

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	19
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	21
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	22
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	25
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	26
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	27
----------------------------------	----

Relatório da Administração	29
----------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	165
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	171
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	172
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	173
--	-----

Índice

Motivos de Reapresentação

174

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	535.029.747
Preferenciais	394.010.416
Total	929.040.163
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	26.589.419	24.802.422	24.026.775
1.01	Ativo Circulante	12.726.831	10.794.488	9.668.009
1.01.01	Disponibilidades	7.424	43.156	36.507
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.638.795	1.626.065	1.075.581
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	891.796	1.084.203	823.674
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	746.999	541.862	251.907
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	692.063	219.766	620.932
1.01.03.01	Carteira Própria	47.809	81.691	216.700
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	626.015	63.296	159.007
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros e Derivativos	18.239	62.769	86.232
1.01.03.04	Vinculados ao Banco Central	0	0	30.483
1.01.03.05	Vinculados a Prestação de Garantias	0	12.010	128.510
1.01.04	Relações Interfinanceiras	17.875	21.357	48.107
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	20	0	0
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	1.299	2.959	2.917
1.01.04.03	Correspondentes no País	16.556	18.398	45.190
1.01.06	Operações de Crédito	7.382.991	6.134.614	5.819.806
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Privado	8.112.020	6.725.116	6.303.257
1.01.06.02	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-729.029	-590.502	-483.451
1.01.08	Outros Créditos	2.795.413	2.330.686	1.875.345
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	172.569	245.201	532.656
1.01.08.02	Rendas a Receber	4.150	5.323	0
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	2.535	4.169	17.529
1.01.08.04	Diversos	1.861.430	1.293.092	668.074
1.01.08.05	Titulos e Créditos a Receber	812.757	842.258	700.934
1.01.08.06	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-58.028	-59.357	-43.848
1.01.09	Outros Valores e Bens	192.270	418.844	191.731
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	149.054	140.922	85.397
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-39.567	-34.134	-31.820

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	82.783	312.056	138.154
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.838.174	12.983.669	13.272.468
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.289	85.732	72.979
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.289	85.732	72.979
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	1.315.505	2.139.409	1.664.832
1.02.02.01	Carteira Própria	331.442	262.759	492.643
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	693.232	1.211.406	889.972
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	159.600	621.324	255.521
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	131.231	43.920	26.696
1.02.05	Operações de Crédito	8.368.030	7.642.774	8.183.741
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Privado	8.622.186	7.914.714	8.461.800
1.02.05.02	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-254.156	-271.940	-278.059
1.02.07	Outros Créditos	2.877.701	2.978.998	2.883.997
1.02.07.01	Carteira de Câmbio	0	0	12.461
1.02.07.02	Diversos	2.857.733	2.894.351	2.847.788
1.02.07.03	Titulos e Créditos a Receber	25.614	100.479	29.358
1.02.07.04	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-5.646	-15.832	-5.610
1.02.08	Outros Valores e Bens	267.649	136.756	466.919
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	267.649	136.756	466.919
1.03	Ativo Permanente	1.024.414	1.024.265	1.086.298
1.03.01	Investimentos	941.987	937.500	1.018.965
1.03.01.02	Participações em Controladas	941.608	934.029	1.018.170
1.03.01.04	Outros Investimentos	379	3.471	795
1.03.02	Imobilizado de Uso	37.834	30.912	32.671
1.03.02.01	Outras Imobilizações de Uso	71.546	51.731	47.282
1.03.02.02	(Depreciações Acumuladas)	-33.712	-20.819	-14.611
1.03.04	Intangível	44.593	55.853	34.662
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	113.192	99.067	70.870
1.03.04.02	(Amortização Acumuladas)	-68.599	-43.214	-36.208

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	26.589.419	24.802.422	24.026.775
2.01	Passivo Circulante	17.843.025	15.928.257	14.186.285
2.01.01	Depósitos	12.089.046	10.613.117	9.829.149
2.01.01.01	Depósitos à Vista	60.015	75.647	107.184
2.01.01.02	Depósitos Interfinanceiros	11.736.273	10.060.290	8.614.458
2.01.01.03	Depósitos a Prazo	292.758	477.180	1.107.507
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.927.684	1.543.421	158.988
2.01.02.01	Carteira Própria	1.222.172	1.121.672	158.988
2.01.02.02	Carteira de Terceiro	705.512	152.179	0
2.01.02.03	Carteira Livre Movimentação	0	269.570	0
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.569.596	2.114.167	2.766.722
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.569.596	2.114.167	1.993.112
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	0	0	773.610
2.01.04	Relações Interfinanceiras	155.796	102.786	107.299
2.01.04.02	Correspondentes no País	155.796	102.786	107.299
2.01.05	Relações Interdependências	6.785	28.988	4.041
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	6.785	28.988	4.041
2.01.09	Outras Obrigações	2.094.118	1.525.778	1.320.086
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	15.016	10.714	8.802
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	650	6	664
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	42.086	42.286	1.540
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	51.580	35.499	48.599
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	1.399	10.153	7.737
2.01.09.06	Dividas Subordinadas	88.113	250.782	95.409
2.01.09.07	Diversas	1.861.278	1.172.945	1.120.127
2.01.09.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	33.996	3.393	37.208
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.333.438	5.228.803	6.204.399
2.02.01	Depósitos	2.459.843	1.608.419	1.815.409
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	29.428	36.803	85.122

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	2.430.415	1.571.616	1.730.287
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	100.338	100.551	1.028.368
2.02.02.01	Carteira Própria	100.338	100.551	870.359
2.02.02.02	Carteira de Terceiros	0	0	158.009
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	773.399	831.259	1.204.068
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	773.399	831.259	1.204.068
2.02.09	Outras Obrigações	1.999.858	2.688.574	2.156.554
2.02.09.02	Dividas Subordinadas	1.663.233	2.107.153	1.460.874
2.02.09.03	Diversas	224.887	555.063	694.041
2.02.09.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	111.738	26.358	1.639
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	794	1.565	1.605
2.05	Patrimônio Líquido	3.412.162	3.643.797	3.634.486
2.05.01	Capital Social Realizado	3.460.732	3.460.732	3.460.732
2.05.01.01	De Domiciliados no Pais	3.051.660	3.080.704	3.211.194
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	409.072	380.028	249.538
2.05.02	Reservas de Capital	0	195.208	195.208
2.05.04	Reservas de Lucro	0	7.719	2.819
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-14.259	-19.862	-24.273
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	-34.311	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	6.320.820	7.357.768	4.828.194
3.01.01	Rendas de Operações de Crédito	6.639.841	6.097.774	4.397.584
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	470.917	363.077	215.649
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	-788.693	713.142	105.490
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	-1.245	183.775	109.471
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-3.449.775	-4.579.878	-3.043.210
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-2.464.145	-3.630.621	-2.158.002
3.02.03	Operações de Empréstimos e Repasses	0	0	-19.302
3.02.04	(Provisão p/Créditos de Liq. Duvidosa)	-985.630	-949.257	-865.906
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	2.871.045	2.777.890	1.784.984
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-3.211.565	-2.879.392	-2.160.648
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	456.865	450.606	355.751
3.04.02	Despesas de Pessoal	-392.041	-303.245	-220.960
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-2.121.623	-1.878.587	-1.371.573
3.04.04	Despesas Tributárias	-189.696	-184.022	-127.067
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	255.426	216.237	122.048
3.04.05.02	Outras Receitas Operacionais	255.426	216.237	122.048
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.159.119	-1.141.308	-922.588
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	-61.377	-39.073	3.741
3.05	Resultado Operacional	-340.520	-101.502	-375.664
3.06	Resultado Não Operacional	-59.606	-54.462	326.750
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	-400.126	-155.964	-48.914
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	162.888	164.016	53.544
3.08.03	Ativo Fiscal Diferido	172.937	165.375	74.506
3.08.04	Provisão para Contribuição Social	-4.376	-741	-7.933
3.08.05	Provisão para Imposto de Renda	-5.673	-618	-13.029
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	-237.238	8.052	4.630
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	-0,25536	0,00867	0,00498

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-237.238	8.052	4.630
4.02	Outros Resultados Abrangentes	5.603	4.411	-7.987
4.02.01	Perdas não Realizadas de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.581	6.429	-12.114
4.02.02	Imposto de Renda	-2.978	-2.018	4.127
4.03	Resultado Abrangente do Período	-231.635	12.463	-3.357

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.085.758	2.057.899	-1.897.476
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.004.945	1.060.144	660.699
6.01.01.01	Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	-237.238	8.052	4.630
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	35.890	25.194	23.823
6.01.01.03	Amortização de ágio	11.645	11.645	11.645
6.01.01.04	Constituição de provisão para contingências	259.926	135.385	161.839
6.01.01.05	Reversão para desvalorização de bens não de uso próprio	-2.408	-7.063	-24.018
6.01.01.06	Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	44.616	59.590	80.842
6.01.01.07	Perda por impairment/Provisões por desvalorização de ativos	18.444	4.386	809
6.01.01.08	(Ganho) na venda de investimento/imobilizado	0	0	-386.530
6.01.01.09	Equivalência patrimonial	61.377	39.073	-3.741
6.01.01.10	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	985.630	949.257	865.906
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-172.937	-165.375	-74.506
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	80.813	997.755	-2.558.175
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-289.830	-469.694	-463.066
6.01.02.02	Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários	-154.209	268.089	-814.743
6.01.02.03	Aumento/(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	622.237	-351.436	-124.974
6.01.02.04	Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras	56.492	22.237	-51.041
6.01.02.05	(Aumento) em operações de crédito	-2.959.264	-723.098	-3.786.807
6.01.02.06	(Aumento) em outros créditos	-187.766	-384.967	-469.370
6.01.02.07	(Aumento) em outros valores e bens	-34.471	-17.691	-287.663
6.01.02.08	Aumento em depósitos	2.327.353	576.978	1.989.341
6.01.02.09	Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto	384.050	456.616	94.760
6.01.02.10	Aumento em recursos de emissão de títulos	550.201	836.013	569.065
6.01.02.11	Aumento/(Redução) em outras obrigações	-211.006	759.801	783.740
6.01.02.12	Aumento/(Redução) em relações interdependências	-22.203	24.947	3.438
6.01.02.13	(Redução)/Aumento em resultado de exercícios futuros	-771	-40	-855
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-37.122	55.200	511.179
6.02.02	Alienação de imobilizado de uso	0	0	17

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.02.04	Alienação de bens não de uso próprio	77.285	64.249	15.228
6.02.05	Redução de investimentos por incorporação	17.289	38.393	0
6.02.06	Aquisição/Alienação de investimentos	-92.360	-6.483	439.407
6.02.07	Aquisição de imobilizado de uso	-21.875	-6.614	-3.474
6.02.08	Aplicações no intangível	-17.461	-38.433	-22.959
6.02.11	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	0	4.088	82.960
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.437.911	-2.012.907	769.001
6.03.01	(Redução)/Emissão de letras financeiras	-528.010	-694.002	-459.457
6.03.02	(Redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	0	-1.041.293	-37.191
6.03.03	(Redução)/Aumento de dividas subordinadas	-285.279	-148.378	-99.915
6.03.04	(Redução)/Emissão de letras de crédito do agronegócio	-624.622	-126.082	35.774
6.03.05	Juros sobre o capital próprio provisionados/pagos	0	-3.152	-1.811
6.03.08	Aumento de capital	0	0	1.331.601
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-389.275	100.192	-617.296
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	396.699	296.507	913.803
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.424	396.699	296.507

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.460.732	195.208	0	7.719	0	-19.862	3.643.797
5.03	Saldo Ajustado	3.460.732	195.208	0	7.719	0	-19.862	3.643.797
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-237.238	0	-237.238
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	-7.719	7.719	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	5.603	5.603
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	5.603	5.603
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	-195.208	0	0	195.208	0	0
5.13	Saldo Final	3.460.732	0	0	0	-34.311	-14.259	3.412.162

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.460.732	195.208	0	2.819	0	-24.273	3.634.486
5.03	Saldo Ajustado	3.460.732	195.208	0	2.819	0	-24.273	3.634.486
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	8.052	0	8.052
5.05	Destinações	0	0	0	0	-3.152	0	-3.152
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.152	0	-3.152
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	4.900	-4.900	0	0
5.06.01	Reserva Legal	0	0	0	403	-403	0	0
5.06.02	Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucro	0	0	0	4.497	-4.497	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	4.411	4.411
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	4.411	4.411
5.13	Saldo Final	3.460.732	195.208	0	7.719	0	-19.862	3.643.797

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.867.020	0	0	0	-542.681	-16.286	2.308.053
5.03	Saldo Ajustado	2.867.020	0	0	0	-542.681	-16.286	2.308.053
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	4.630	0	4.630
5.05	Destinações	593.712	195.208	0	0	540.870	0	1.329.790
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-1.811	0	-1.811
5.05.03	Outras Destinações	593.712	195.208	0	0	542.681	0	1.331.601
5.05.03.01	Aumento de Capital	593.712	737.889	0	0	0	0	1.331.601
5.05.03.02	Absorção de Prejuízo	0	-542.681	0	0	542.681	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	2.819	-2.819	0	0
5.06.01	Reserva Legal	0	0	0	232	-232	0	0
5.06.02	Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros	0	0	0	2.587	-2.587	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-7.987	-7.987
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-7.987	-7.987
5.13	Saldo Final	3.460.732	195.208	0	2.819	0	-24.273	3.634.486

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	4.363.211	5.274.059	3.528.737
7.01.01	Intermediação Financeira	6.322.065	7.173.993	4.828.194
7.01.02	Prestação de Serviços	456.865	450.606	355.751
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-985.630	-949.257	-865.906
7.01.04	Outras	-1.430.089	-1.401.283	-789.302
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.465.390	-3.446.846	-2.177.304
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.565.011	-1.383.595	-985.553
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-2.381	-1.896	-1.263
7.03.02	Serviços de Terceiros	-195.853	-149.911	-135.141
7.03.04	Outros	-1.366.777	-1.231.788	-849.149
7.03.04.01	Comissões pagas a lojistas e promotores	-1.366.777	-1.231.788	-849.149
7.04	Valor Adicionado Bruto	332.810	443.618	365.880
7.05	Retenções	-47.535	-36.839	-35.468
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-47.535	-36.839	-35.468
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	285.275	406.779	330.412
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-61.377	-39.073	3.741
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-61.377	-39.073	3.741
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	223.898	367.706	334.153
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	223.898	367.706	334.153
7.09.01	Pessoal	332.725	264.288	193.867
7.09.01.01	Remuneração Direta	258.564	213.020	160.294
7.09.01.02	Benefícios	51.819	34.942	21.788
7.09.01.03	F.G.T.S.	19.740	13.130	8.627
7.09.01.04	Outros	2.602	3.196	3.158
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	86.213	60.736	101.670
7.09.02.01	Federais	64.913	38.880	84.497
7.09.02.02	Estaduais	3	1	101
7.09.02.03	Municipais	21.297	21.855	17.072
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	42.198	34.630	33.986

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.09.03.01	Aluguéis	42.198	34.630	33.986
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	-237.238	8.052	4.630
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	3.152	1.811
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-237.238	4.900	2.819

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	27.776.057	26.235.567	25.579.362
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.521	48.043	47.298
1.01.01	Disponibilidades	19.521	48.043	47.298
1.02	Aplicações Financeiras	5.590.687	2.856.387	2.764.923
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.436.716	1.666.876	2.372.377
1.02.01.01	Títulos para Negociação	105.941	87.779	656.570
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.034.497	930.664	1.371.486
1.02.01.03	Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	3.294.979	645.474	341.404
1.02.01.04	Depósitos Compulsórios no Banco Central	1.299	2.959	2.917
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.153.971	1.189.511	392.546
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.153.971	1.189.511	392.546
1.03	Empréstimos e Recebíveis	16.589.341	18.202.478	18.268.314
1.03.01	Empréstimos e Adiantamentos de Instituições Financeiras	972.383	1.189.744	957.537
1.03.02	Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	15.596.997	16.986.305	17.267.010
1.03.04	Instrumentos de Dívida	17.034	17.996	33.556
1.03.05	Benefício Residual em Operações Securitizadas	2.927	8.433	10.211
1.05	Outros Ativos	5.223.414	4.797.522	4.185.417
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	311.361	235.774	101.723
1.05.03	Outros	4.912.053	4.561.748	4.083.694
1.05.03.01	Impostos a Compensar	255.616	276.376	353.118
1.05.03.02	Impostos Diferidos	3.094.443	2.950.720	2.846.768
1.05.03.03	Outros Ativos	1.561.994	1.334.652	883.808
1.06	Investimentos	48.988	3.471	3.471
1.06.01	Participações em Coligadas	48.988	3.471	3.471
1.07	Imobilizado	37.838	50.128	55.369
1.07.01	Imobilizado de Uso	37.838	50.128	55.369
1.08	Intangível	266.268	277.538	254.570
1.08.01	Intangíveis	266.268	277.538	254.570
1.08.01.01	Ágio	218.727	218.727	218.727

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.08.01.02	Outros Ativos Intangíveis	47.541	58.811	35.843

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	27.776.057	26.235.567	25.579.362
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	1.242	15.128	22.208
2.01.01	Derivativos	1.242	15.128	22.208
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	2.199.996	2.284.707	2.189.877
2.02.01	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	0	0	773.610
2.02.02	Dívidas Subordinadas	1.571.911	2.196.731	1.415.540
2.02.03	Depósitos de clientes	348.092	0	0
2.02.04	Derivativos	145.892	11.455	727
2.02.05	Obrigações por Empréstimos e Repasses	134.101	76.521	0
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	19.910.925	18.564.415	18.242.517
2.03.01	Depósitos de Instituições Financeiras	13.790.325	11.734.565	9.807.561
2.03.02	Depósitos de Clientes	2.220.741	2.000.264	2.843.003
2.03.03	Recursos de Emissão de Títulos	3.155.708	4.004.143	4.394.441
2.03.04	Dívidas Subordinadas	174.502	154.752	132.774
2.03.05	Obrigações por Empréstimos e Repasses	0	78.209	168.317
2.03.06	Relações com Correspondentes	155.796	102.786	107.299
2.03.07	Obrigações por Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	413.853	489.696	789.122
2.04	Provisões	422.609	303.696	303.904
2.04.01	Provisões para Passivos Contingentes, Compromissos e Outras Provisões	422.609	303.696	303.904
2.05	Passivos Fiscais	109.403	107.462	143.876
2.05.01	Correntes	22.101	13.664	34.335
2.05.02	Diferidos	87.302	93.798	109.541
2.06	Outros Passivos	1.447.559	1.169.268	1.033.454
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	3.684.323	3.790.891	3.643.526
2.08.01	Capital Social Realizado	3.460.732	3.460.732	3.460.732
2.08.01.01	Capital Social - País	3.051.660	3.080.704	3.211.194
2.08.01.02	Capital Social - Exterior	409.072	380.028	249.538
2.08.02	Reservas de Capital	195.208	195.208	195.208
2.08.04	Reservas de Lucros	8.622	154.794	11.839

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-14.259	-19.862	-24.273
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	34.020	0	0
2.08.08.01	Ganhos Abrangentes de Coligadas	34.020	0	0
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	19	20

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	7.714.794	7.205.511	5.248.102
3.01.01	Receitas com Juros e Similares	7.714.794	7.205.511	5.248.102
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-3.521.368	-4.549.854	-3.105.488
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	-2.696.590	-3.938.992	-2.473.369
3.02.02	Perdas (Líquidas de Recuperações) no Valor Recuperável de Ativos Financeiros	-1.053.458	-913.196	-908.542
3.02.03	Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	228.680	302.334	276.423
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	4.193.426	2.655.657	2.142.614
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-4.465.666	-2.606.494	-2.060.790
3.04.02	Despesas de Pessoal	-508.815	-528.521	-453.342
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-2.032.967	-1.719.074	-1.268.056
3.04.04	Despesas Tributárias	-235.121	-243.759	-195.862
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	-431.024	1.078.211	370.492
3.04.05.01	Ganhos (Perdas) Líquidas com Ativos e Passivos Financeiros	-836.059	733.340	120.732
3.04.05.02	Ganhos (Perdas) Líquidas com Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	7.716	2.008	-764
3.04.05.03	Receitas de Tarifas e Comissões	297.292	271.306	208.181
3.04.05.04	Outras Receitas	100.027	71.557	42.343
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.256.876	-1.193.351	-514.022
3.04.06.01	Depreciações e Amortizações	-39.574	-29.565	-29.141
3.04.06.02	Provisões Líquidas	-323.294	-147.292	-212.505
3.04.06.03	Resultado Líquido das Operações de Seguros	0	0	123.996
3.04.06.04	Resultado na Alienação de Investimentos em Participação Societária	0	0	386.530
3.04.06.05	Resultado na Alienação de Ativo não Corrente Destinado a Venda	-66.520	-78.895	-66.000
3.04.06.06	Outras Despesas	-827.488	-937.599	-716.902
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	-863	0	0
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-272.240	49.163	81.824
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	126.068	94.730	691
3.06.01	Corrente	-23.540	-10.564	-28.644
3.06.02	Diferido	149.608	105.294	29.335
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-146.172	143.893	82.515

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-146.172	143.893	82.515
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-146.174	143.891	82.516
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2	2	-1
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,27000	0,27000	0,21000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-146.172	143.893	82.515
4.02	Outros Resultados Abrangentes	39.623	4.411	-7.987
4.02.01	Perdas não Realizadas de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.581	6.429	-12.114
4.02.02	Equivalência Patrimonial sobre Ganhos Abrangentes de Coligadas	34.020	0	0
4.02.03	Efeito tributário	-2.978	-2.018	4.127
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-106.549	148.304	74.528
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-106.551	148.302	74.529
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2	2	-1

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.057.462	2.428.255	-1.386.952
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.212.493	1.216.156	914.096
6.01.01.01	Prejuízo antes dos efeitos tributários	-272.240	49.163	81.824
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	39.574	29.565	29.141
6.01.01.03	Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda	-6.173	-14.305	-28.301
6.01.01.04	Prejuízo na venda de ativos não correntes mantidos para venda	48.864	75.254	86.048
6.01.01.05	Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	24.853	15.991	10.867
6.01.01.06	Perdas no valor recuperável de ativos financeiros	1.053.458	913.196	908.542
6.01.01.08	Perda/(ganho) na venda de imobilizado/investimento	0	0	-386.530
6.01.01.09	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributárias	323.294	147.292	212.505
6.01.01.10	Resultado de Participação em Coligadas	863	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-155.031	1.212.099	-2.301.048
6.01.02.01	(Aumento) em depósitos compulsórios	1.660	-42	-572
6.01.02.02	(Aumento) em instrumentos de dívida	-59.972	490.739	-378.666
6.01.02.03	(Aumento) em derivativos ativos	524.354	-322.548	-149.395
6.01.02.04	Redução/(aumento) em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-136.182	-138.664	-343.838
6.01.02.05	(Aumento)/redução em empréstimos e adiantamentos a clientes	-2.691.721	-459.299	-3.654.216
6.01.02.06	(Aumento) em outros ativos	-531.305	-718.826	-340.232
6.01.02.07	Aumento/(redução) em passivos financeiros para negociação	-13.886	-7.080	13.769
6.01.02.08	(Redução) em relações com correspondentes	53.010	-4.513	-22.441
6.01.02.09	Aumento em depósitos de instituições financeiras	2.055.760	1.927.004	2.316.189
6.01.02.10	(Redução) em depósitos de clientes	568.569	-842.739	-17.927
6.01.02.11	(Redução) em obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-75.843	-299.426	248.698
6.01.02.12	Aumento em passivos fiscais	-19.355	-36.680	-95.927
6.01.02.13	Aumento em outros passivos	172.124	1.634.471	175.720
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.244	-10.298	-52.210
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.597	-321.059	389
6.02.01	Alienação do ativo tangível	0	0	2.726
6.02.02	Aquisição do ativo tangível	-6.660	-8.573	-9.481

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.02.03	Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	103.568	86.651	24.113
6.02.04	Aquisição/Alienação de investimentos	-12.359	-2.676	386.488
6.02.05	Aplicações do ativo intangível	-17.853	-40.318	-22.042
6.02.06	Variação de ativos financeiros disponíveis para venda	-103.833	440.822	-446.472
6.02.07	Variação de ativos financeiros mantidos até o vencimento	35.540	-796.965	65.057
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.437.930	-2.012.908	769.000
6.03.01	(Redução) em obrigações por títulos e valores mobiliários	0	-1.041.293	-37.191
6.03.02	(Redução) em dívidas subordinadas	-285.279	-148.378	-99.915
6.03.03	Aumento de capital e depósito de acionista	0	0	1.331.601
6.03.04	Variação nas participações minoritárias	-19	-1	-1
6.03.05	(Redução) em Recursos de Emissão de Títulos	-1.152.632	-820.084	-423.683
6.03.06	Juros sobre o capital próprio	0	-3.152	-1.811
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-382.065	94.288	-617.563
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	401.586	307.298	924.861
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.521	401.586	307.298

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.460.732	195.208	154.794	0	-19.862	3.790.872	19	3.790.891
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.460.732	195.208	154.794	0	-19.862	3.790.872	19	3.790.891
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-146.172	0	39.623	-106.549	-19	-106.568
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-146.172	0	-146.172	-19	-146.191
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-146.172	146.172	39.623	39.623	0	39.623
5.05.02.06	Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda líquida de efeitos fiscais	0	0	0	0	5.603	5.603	0	5.603
5.05.02.07	Equivalência Patrimonial sobre Ganhos Abrangentes de Coligadas	0	0	0	0	34.020	34.020	0	34.020
5.05.02.08	Absorção de Prejuízo	0	0	-146.172	146.172	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.460.732	195.208	8.622	0	19.761	3.684.323	0	3.684.323

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.460.732	195.208	11.839	0	-24.273	3.643.506	20	3.643.526
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.460.732	195.208	11.839	0	-24.273	3.643.506	20	3.643.526
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-3.152	0	-3.152	0	-3.152
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.152	0	-3.152	0	-3.152
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	143.891	4.411	148.302	0	148.302
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	143.891	0	143.891	0	143.891
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.411	4.411	0	4.411
5.05.02.06	Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda líquida de efeitos fiscais	0	0	0	0	4.411	4.411	0	4.411
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	142.955	-140.739	0	2.216	-1	2.215
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	142.955	-140.739	0	2.216	0	2.216
5.06.04	Redução de Participação de Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-1	-1
5.07	Saldos Finais	3.460.732	195.208	154.794	0	-19.862	3.790.872	19	3.790.891

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.867.020	0	0	-611.547	-16.285	2.239.188	21	2.239.209
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.867.020	0	0	-611.547	-16.285	2.239.188	21	2.239.209
5.04	Transações de Capital com os Sócios	593.712	195.208	0	540.870	0	1.329.790	0	1.329.790
5.04.01	Aumentos de Capital	593.712	737.889	0	0	0	1.331.601	0	1.331.601
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.811	0	-1.811	0	-1.811
5.04.08	Absorção de Prejuízo	0	-542.681	0	542.681	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	278.378	-7.988	270.390	0	270.390
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	278.378	0	278.378	0	278.378
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.988	-7.988	0	-7.988
5.05.02.06	Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda líquida de efeitos fiscais	0	0	0	0	-7.988	-7.988	0	-7.988
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.839	-11.839	0	0	-1	-1
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	11.839	-11.839	0	0	0	0
5.06.04	Redução de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-1	-1
5.07	Saldos Finais	3.460.732	195.208	11.839	195.862	-24.273	3.839.368	20	3.839.388

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	4.400.315	5.486.201	4.135.486
7.01.01	Intermediação Financeira	6.556.749	7.515.424	5.248.102
7.01.02	Prestação de Serviços	489.405	480.926	208.181
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-1.118.428	-1.024.898	-908.542
7.01.04	Outras	-1.527.411	-1.485.251	-412.255
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.558.776	-3.611.635	-2.473.369
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.464.761	-1.195.706	-847.590
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-3.840	-3.701	-2.409
7.03.02	Serviços de Terceiros	-228.483	-190.092	-187.338
7.03.04	Outros	-1.232.438	-1.001.913	-657.843
7.03.04.01	Comissões Pagas a Lojistas e Promotores	-1.232.438	-1.001.913	-657.843
7.04	Valor Adicionado Bruto	376.778	678.860	814.527
7.05	Retenções	-64.627	-54.618	-29.141
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-64.627	-54.618	-29.141
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	312.151	624.242	785.386
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33.157	0	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	33.157	0	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	345.308	624.242	785.386
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	345.308	624.242	785.386
7.09.01	Pessoal	429.733	454.317	390.319
7.09.01.01	Remuneração Direta	328.656	355.317	302.265
7.09.01.02	Benefícios	71.222	71.156	63.413
7.09.01.03	F.G.T.S.	27.084	24.339	20.671
7.09.01.04	Outros	2.771	3.505	3.970
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	101.487	113.033	262.505
7.09.02.01	Federais	60.375	67.496	231.233
7.09.02.02	Estaduais	7	13	49
7.09.02.03	Municipais	41.105	45.524	31.223
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	51.328	48.842	50.047

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.09.03.01	Aluguéis	51.328	48.842	50.047
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	-237.240	8.050	82.515
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	3.152	1.811
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-237.238	4.900	80.705
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-2	-2	-1



Relatório da Administração

4T16



SENHORES ACIONISTAS,

A Administração do Banco Pan S.A. (“Pan”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS

Desde 2011, a partir da assinatura do Acordo de Acionistas do Pan entre Caixa Econômica Federal (“Caixa”), através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A., e Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), foram firmados Acordos de Cooperação Operacional e Comercial de forma a reiterar o compromisso de parceria estratégica entre os acionistas controladores e a Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Pan, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa em adquirir créditos da Companhia sem coobrigação, sempre que esta desejar cedê-los; e (ii) o reforço de liquidez através de acordo de depósitos interbancários ou operações similares realizadas com ambos os acionistas controladores, BTG Pactual e Caixa. Estes são contratos de longo prazo, com previsão de atualização e conferem ao Pan alternativas de *funding* com custo competitivo.

Adicionalmente, o Pan mantém acordo de cooperação mútua junto à Caixa para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, e todos estes acordos demonstram não apenas o forte e reiterado suporte que os controladores têm disponibilizado para a Companhia, como também a complementaridade e alinhamento de interesses entre os três.

AMBIENTE ECONÔMICO

Após recuar 1,2% em outubro, a produção industrial avançou 0,2% em novembro, porém, ainda aquém das expectativas do mercado. No contexto geral, o desempenho da produção industrial permanece ruim, apresentando grande dificuldade para estabilização.

Do lado da demanda, a Pesquisa Mensal do Comércio de novembro apontou avanço mensal de 2,0% no conceito restrito, acumulando queda de 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto o conceito ampliado (que inclui vendas de veículos e materiais de construção) apresentou avanço de 0,6% no período, ambos os resultados influenciados pelas vendas no período de “*Black Friday*”.

A inflação encerrou o ano de 2016 em 6,29%, em comparação aos 10,67% em 2015, respeitando o intervalo da meta e seguindo trajetória declinante em direção ao centro. A prévia da inflação de janeiro, medida pelo IPCA-15, registrou variação mensal de 0,31% resultado bastante abaixo da variação de 0,92% verificada em igual período do ano anterior.

No mercado de trabalho, dezembro é historicamente um mês ruim para criação de empregos pois registram-se menos contratações e mais demissões, mas vale ressaltar que a divulgação de redução líquida de 462,4 mil postos de trabalho foi melhor quando comparada aos resultados de dezembro de 2014 e 2015, -555,5 mil e 596,2 mil respectivamente. A economia perdeu 1,37 milhão de empregos em 2016, o equivalente a 3,5% do mercado formal de trabalho existente em dezembro de 2015.

A PNAD Contínua apontou elevação na taxa de desemprego para 11,9% no trimestre encerrado em novembro, frente à taxa de 2,9% em igual período do ano anterior. Em termos dessazonalizados, a taxa de desemprego também subiu, de 12,0% no trimestre encerrado em outubro para 12,3% em novembro. Apesar do aumento na taxa de desemprego, observamos avanço mensal de 0,2% na população ocupada, primeira alta mensal dos últimos 16 meses, impulsionado pelo setor informal. O rendimento médio real e a massa real de rendimentos avançaram, respectivamente, 0,5% e 0,6% no mês, ainda que continuem rodando abaixo do mesmo período do ano passado em ambos os casos. Apesar da reação dos indicadores de emprego e dos



rendimentos na margem, a subutilização da força de trabalho no Brasil permanece em patamares elevados e os resultados alcançados ainda não podem ser vistos como uma reversão da tendência negativa dos indicadores.

Em relação ao mercado de crédito, houve avanço na desaceleração das concessões de crédito em termos nominais para 2,3% em novembro na comparação anual, ante 2,0% registrado em outubro. Já a taxa de inadimplência para as operações com recursos livres apresentou leve recuo, mas permaneceu praticamente inalterada para as famílias, no patamar de 6,1%. A despeito do recuo nos juros e spread cobrados para instituições não financeiras, o mercado de crédito continua em processo de deterioração.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Apesar do cenário atual, o Pan apresentou uma originação média mensal de créditos de R\$ 1.719 milhões durante o ano de 2016, valor 9% superior à média mensal de R\$ 1.573 milhões em 2015. Durante o 4º trimestre de 2016, o Pan registrou média mensal de R\$ 1.825 milhões, superior à média mensal de R\$ 1.818 milhões do 3º trimestre de 2016, impulsionada pelo volume de financiamento de veículos.

O saldo da Carteira de Crédito, que inclui as carteiras de varejo e empresas, encerrou o 4º trimestre em R\$ 19.196 milhões, apresentando alta de 3% em relação ao saldo de R\$ 18.716 milhões do 3º trimestre de 2016 e crescimento de 9% frente ao saldo de R\$ 17.603 milhões no 4º trimestre de 2015, com crescimento da carteira de consignado, que tem baixo risco de crédito.

Durante o 4º trimestre de 2016, foram realizadas cessões de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 2.891 milhões entre veículos, consignado e imobiliário. No ano de 2016, o montante de créditos cedidos sem coobrigação totalizou R\$ 9.861 milhões.

Crédito Consignado

Na comparação anual, o Pan originou R\$ 9.360 milhões em créditos consignados em 2016, aumento de 28% em relação aos R\$ 7.291 milhões originados em 2015.

Durante o 4º trimestre de 2016, o Banco concedeu R\$ 2.434 milhões em novos créditos consignados para servidores públicos e beneficiários do INSS, recuando 5% em relação aos R\$ 2.569 milhões originados no trimestre anterior, porém crescendo 79% em relação aos R\$ 1.358 milhões originados no 4º trimestre de 2015.

A carteira de crédito avançou de forma importante, contribuindo para a diversificação do portfólio total do Banco, alcançando R\$ 7.836 milhões ao final do 4º trimestre de 2016.

Financiamento de Veículos

O Banco está ativamente presente em 10.446 concessionárias autorizadas e lojas multimarcas de veículos novos e usados, com alto grau de pulverização da originação de financiamentos, onde os 10 maiores grupos de concessionárias e revendedoras respondem por apenas 9% da originação total.

O ano de 2016 foi importante para o Pan no segmento de veículos, pois o banco lançou uma nova plataforma de originação e, desde junho, toda a captura de negócios de veículos está sendo realizada em um único sistema que proporciona mais agilidade, qualidade e segurança no processo para todo o time comercial, parceiros e áreas internas na esteira do produto. Este foi um importante passo para a organização ampliar sua participação no mercado de veículos.

Mesmo com a retração apresentada pelo setor e o constante conservadorismo na concessão devido ao cenário macroeconômico, foram concedidos R\$ 1.786 milhões em novos financiamentos de veículos durante o 4º trimestre de 2016, registrando crescimento de 10% em relação aos R\$ 1.626 milhões originados durante o 3º trimestre de 2016, e 5% superior à originação de R\$ 1.702 milhões registrada no 4º trimestre de 2015. Apesar do crescimento registrado nos últimos trimestres do ano, durante o ano de 2016 a originação de créditos de veículos atingiu R\$ 6.541 milhões registrando recuo de 8% frente aos R\$



7.118 milhões registrados em 2015. A carteira de crédito de veículos encerrou o trimestre em R\$ 5.229 milhões, avançando em relação aos R\$ 5.084 milhões do 3º trimestre de 2016.

A originação de veículos leves foi de R\$ 1.592 milhões no 4º trimestre de 2016, 12% superior aos R\$ 1.418 milhões originados no 3º trimestre de 2016 e 8% superior aos R\$ 1.477 milhões originados no 4º trimestre de 2015. A segregação de origens garante uma diversificação para o Banco em linha com nossa estratégia de mix, com 56% da produção de veículos leves originada em lojas multimarcas e 44% em concessionárias durante o 4º trimestre.

No financiamento de motos, o Pan originou R\$ 162 milhões no 4º trimestre de 2016, inferior aos R\$ 173 milhões do 3º trimestre de 2016 e aos R\$ 184 milhões do 4º trimestre de 2015.

Acompanhando a trajetória do mercado e conservadorismo do Banco, o segmento de veículos pesados registrou uma originação de R\$ 32 milhões no 4º trimestre de 2016, frente aos R\$ 36 milhões do 3º trimestre de 2016 e aos R\$ 40 milhões do 4º trimestre de 2015.

Empresas

Refletindo o cenário econômico atual, a carteira de crédito expandida para empresas, considerando o saldo de avais e fianças no valor de R\$ 279 milhões, encerrou o ano de 2016 com saldo de R\$ 3.190 milhões, frente ao saldo de R\$ 4.124 milhões ao final de 2015. Em dezembro de 2016, esta carteira apresentava saldo de R\$ 168 milhões em operações de ACC em dólares.

O Banco mantém uma política de diversificação de riscos apresentando alta pulverização da carteira entre setores e grupos econômicos, além de possuir um nível expressivo de garantias em suas operações. Dessa forma, os 10 maiores clientes representavam apenas 4% do saldo total da carteira de crédito do Pan ao final deste 4º trimestre.

Cartões de Crédito – Institucional e Consignado

A base de cartões de crédito encerrou o ano de 2016 com 2,0 milhões de plásticos emitidos. O volume de transações atingiu o montante de R\$ 1,1 bilhão, em linha com o volume transacionado no trimestre anterior. Durante o ano de 2016, o volume de transações totalizou R\$ 4.079 milhões, superando em 14% o volume de R\$ 3.562 milhões transacionado em 2015.

A carteira de cartões evoluiu para R\$ 1.417 milhões no final do 4º trimestre de 2016 impulsionada pelo cartão consignado com saldo de R\$ 1.072 milhões.

Crédito Imobiliário

O Pan originou R\$ 70 milhões em créditos imobiliários durante o 4º trimestre de 2016, dentre os quais: (i) R\$ 43 milhões em créditos imobiliários para pessoas físicas nas modalidades de operações de refinanciamento (Crédito Fácil) e (ii) R\$ 27 milhões em créditos adquiridos pela Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Brazilian Securities") para securitização.

Em 2016, pelo efeito de demanda, o Pan originou R\$ 248,7 milhões em créditos imobiliários em relação aos R\$ 316,5 milhões de 2015. Em função do volume de carteira cedida, o Pan encerrou o ano de 2016 com saldo de R\$ 774 milhões, com redução de 12% sobre os R\$ 879 milhões ao final de 2015.



Crédito Pessoal

No segmento de crédito pessoal, o Banco originou R\$ 114 milhões em novos financiamentos durante o 4º trimestre de 2016, frente aos R\$ 100 milhões do 3º trimestre e aos R\$ 109 milhões do 4º trimestre de 2015. Na comparação anual, o volume de financiamentos nesse segmento registrou queda de 13%.

Consórcio

A venda de consórcios registrou o montante de R\$ 80 milhões no 4º trimestre de 2016, frente aos R\$ 111 milhões no trimestre anterior e aos R\$ 201 milhões no 4º trimestre de 2015. No ano de 2016, a venda de consórcios acumulou o montante de R\$ 866 milhões, frente aos R\$ 462 milhões em 2015.

Seguros

Com base no acordo operacional de distribuição firmado com a Pan Seguros S.A., válido até dezembro de 2034, o Pan originou o montante de R\$ 54 milhões em prêmios de seguros durante o 4º trimestre de 2016, 12% superior aos R\$ 48 milhões originados no 3º trimestre de 2016 e 31% superior aos R\$ 41 milhões originados no 4º trimestre de 2015, influenciado em grande parte pelo aumento na originação de financiamentos de veículos. Durante o ano de 2016, o Pan originou R\$ 185 milhões em prêmios de seguros frente aos R\$ 174 milhões originados em 2015.

Dentre os prêmios originados no 4º trimestre, observam-se: R\$ 43,9 milhões de seguro de proteção de crédito, R\$ 5,1 milhões de seguro habitacional, R\$ 3,2 milhões de seguro de cartões e R\$ 1,7 milhão em outros seguros.

Captação De Recursos

Os recursos captados totalizaram R\$ 19,8 bilhões em dezembro de 2016, em linha com o saldo registrado ao final de setembro de 2016 e 4% superior ao saldo de R\$ 19,1 bilhões em dezembro de 2015. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos interfinanceiros, representando R\$ 11,8 bilhões, ou 59% do total; (ii) os depósitos a prazo, representando R\$ 2,5 bilhões, ou 13% do total; (iii) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio, que representavam R\$ 2,0 bilhões, ou 10% do total; (iv) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$ 1,6 bilhão, ou 8% do total; (v) as letras financeiras equivalentes a R\$ 1,3 bilhão, ou 7% do total; e (vi) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 611 milhões, equivalentes a 3% das captações totais.

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Pan declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

Despesas de Provisões

No 4º trimestre de 2016, as despesas de provisões para créditos totalizaram R\$ 306 milhões, enquanto que a recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão foi de R\$ 54 milhões. Dessa forma, a despesa líquida de provisão de créditos totalizou R\$ 252 milhões. Em 2016, a despesa líquida de provisão de créditos foi de R\$ 890 milhões frente ao montante de R\$ 723 milhões em 2015, com contribuição importante de reforços de provisão na carteira de plano empresário, que representa menos de 3% da carteira do banco.

Custos e Despesas

As despesas de pessoal e administrativas (Subtotal I) totalizaram R\$ 292 milhões no 4º trimestre de 2016, com leve redução frente aos R\$ 295 milhões do trimestre anterior. No ano de 2016, o montante foi de R\$ 1.147 milhões, mantendo-se praticamente estável em relação às despesas de R\$ 1.142 milhões em 2015, apresentando redução em termos reais.



As despesas com originação de créditos (Subtotal II) somaram R\$ 239 milhões ao final do trimestre, com queda de 6% frente aos R\$ 256 milhões do 3º trimestre de 2016. Já na comparação anual, essas despesas registraram crescimento de R\$ 625 milhões em 2015 para R\$ 902 milhões em 2016, aumento relacionado à mudança da regra de contabilização de tais despesas, bem como ao aumento do volume originado.

Resultado Líquido, Patrimônio e Capital

No 4º trimestre de 2016, o Pan apresentou lucro de R\$ 197,0 mil, frente ao prejuízo de R\$ 13,0 milhões no 3º trimestre de 2016. No ano de 2016, o Pan apresentou prejuízo de R\$ 237,2 milhões, frente ao lucro de R\$ 8,0 milhões em 2015, com grande efeito da regra de contabilização das despesas de comissões sobre a originação.

Além das influências mencionadas anteriormente, os resultados são impactados pelo volume e *mix* das cessões de carteiras de crédito sem coobrigação realizadas em cada período. As cessões de carteira sem coobrigação (que incluem créditos de veículos, consignado e imobiliário) totalizaram R\$ 2.891 milhões no 4º trimestre de 2016 em comparação aos R\$ 2.647 milhões do anterior. No ano de 2016, este montante foi de R\$ 9.861 milhões, em comparação aos R\$ 10.488 milhões do ano anterior.

No 4º trimestre de 2016, a margem financeira líquida gerencial foi de 16,6%, frente aos 13,9% do 3º trimestre de 2016 e à margem de 11,7% registrada no 4º trimestre de 2015. No ano de 2016, a margem foi 13,2%, melhorando em relação aos 12,4% de 2015.

O Patrimônio Líquido Consolidado do Pan totalizou R\$ 3.412 milhões em dezembro de 2016, frente ao saldo de R\$ 3.412 milhões em setembro de 2016 e aos R\$ 3.644 milhões em dezembro de 2015.

O Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial encerrou o 4º trimestre de 2016 em 13,3%, sendo 9,5% de Capital Principal, frente aos 13,4%, com 9,6% de Capital Principal, registrados ao final do 3º trimestre de 2016 e aos 16,5% do 4º trimestre de 2015, com 11,9% de Capital Principal. O valor da Margem Operacional para o Conglomerado Prudencial no 4º trimestre foi de R\$ 487 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Pan não contratou neste exercício e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2017.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pan S.A. (“Banco”, “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento às empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário às pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários – CRIs, emissão de certificados de recebíveis do agronegócio - CRAs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o PAN realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e conseqüente adequação de capital.

Através de um acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A., abaixo demonstra-se a composição acionária atual do Banco PAN:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,00	102.031.711	25,90	374.896.904	40,35
Caixa Participações S.A. - Caixapar	262.164.546	49,00	112.732.358	28,61	374.896.904	40,35
Conselho de Administração	3	-	4	-	7	-
Mercado	5	-	179.246.343	45,49	179.246.348	19,30
Total	535.029.747	100,00	394.010.416	100,00	929.040.163	100,00

2) BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pan foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Conforme plano de convergência estabelecido pelo BACEN, por meio do Comunicado 14.259, de 10/03/2006, Resolução nº 3.786 do CMN, de 24/09/2009 e Circular 3.472 do BACEN, de 23/10/2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31/12/2010, elaborar e divulgar anualmente IFRS, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation* (atualmente *IFRS Foundation*).

Estas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2016 foram aprovadas pela Diretoria em 30/03/2017.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

2.b) Base de consolidação

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2016	31/12/2015
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	99,97
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	99,99
Brazilian Securities Companhia de Securitização	100,00	100,00
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	100,00	100,00
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	99,99
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1)	-	99,99
Pan Holding S.A. (2) (3)	-	-
BMSR II Participações S.A. (4)	-	-
Fundos exclusivos:		
Fundo de Investimento Imobiliário Premier Realty	100,00	100,00

(1) Empresa incorporada pelo Banco Pan S.A. em 20/12/2016 (aguardando aprovação do BACEN);

(2) Em 26/06/2015, foi alterada a denominação social da Ourinvest Real Estate Holding S.A. para Pan Holding S.A.;

(3) Em 30/09/2015 foi aprovada através de AGE a cisão total da empresa Pan Holding S.A.; e

(4) Empresa incorporada pela Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária em 30/09/2015.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e de saldos de cessões de crédito com cobrança com instituições financeiras decorrente de transações de vendas com retenção de riscos e benefícios.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Receitas com juros e similares” e “Despesas com juros e similares”.

2.c) Reclassificação para fins de comparabilidade

Com a finalidade de aprimorar a apresentação das informações financeiras, o Banco passou a demonstrar alguns itens em rubricas específicas, dessa forma para melhor comparabilidade das Demonstrações Financeiras em IFRS, o Banco efetuou reclassificações que não se referem a mudanças de políticas contábeis, segue:

Balanço Patrimonial	31/12/2015	Reclassificações	31/12/2015
	Publicado		Reclassificado
Empréstimos e adiantamentos a clientes (1)	16.927.109	59.196	16.986.305
Outros empréstimos e recebíveis (2)	4.283	(4.283)	-
Impostos diferidos	2.943.735	6.985	2.950.720
Outros ativos	1.400.021	(65.369)	1.334.652
Investimentos em coligadas e outros (3)	-	3.471	3.471

(1) Refere-se a “valores a receber de empréstimos consignados”, onde os valores foram recebidos, porém ainda não ocorreu o repasse ao Banco por Governos Estaduais e Municipais;

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- (2) Valores a receber de empresas de construção/incorporação. Ativos registrados na empresa Brazilian Securities; e
- (3) Refere-se a investimentos do Banco PAN que foram segregados em Nota Explicativa específica (nota 8).

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a Resolução nº 3.786/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que a partir de 31/12/2010 requer a elaboração de demonstração financeira consolidada de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidas para o português pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) por meio do resultado.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação / transações em moeda estrangeira

As informações contábeis individuais de cada entidade são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário, na qual cada entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e de suas subsidiárias e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado.

b) Definições, reconhecimento, classificação e reclassificação dos instrumentos financeiros

i. Definições e reconhecimento

Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

- Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.
- Derivativo: é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo ou inferior em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.
- As compras e vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data em que é assumido o compromisso de compra ou venda dos ativos e dos passivos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos e contabilizados pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa no reconhecimento inicial.
- Os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação. A mensuração subsequente é feita através do custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.
- Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.
- Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data de fechamento da operação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros” na demonstração consolidada do resultado.
- Os valores pelos quais os ativos financeiros, exceto instrumento de capital são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações financeiras consolidadas.

ii. Instrumentos financeiros

O Banco reconhece o ativo financeiro ou o passivo financeiro nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, se torna parte as disposições contratuais do instrumento na data da negociação.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

iii. Classificação e reclassificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

De acordo com o IAS 39, o Banco classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

a) Ativos financeiros para negociação: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os instrumentos derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).

b) Designados a valor justo: essa categoria inclui os derivativos designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*). Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo, incluindo aqueles para negociação, são reconhecidos no resultado na conta “Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros”, e os juros na conta “Receita com juros e similares”.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- **Ativos financeiros disponíveis para venda:** correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou aqueles não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos de dívidas classificados como “disponíveis para venda” são mensurados ao valor justo. As receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Resultados decorrentes de alterações no valor justo, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado, são contabilizados no item “Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda”, líquidos de efeitos tributários na demonstração de resultados abrangente, e acumulados na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- **Investimentos mantidos até o vencimento:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto:

- (a) os que a Entidade designa no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado;
- (b) os que a Entidade designa como disponível para venda; e
- (c) os que satisfazem a definição de empréstimos e recebíveis.

Estes investimentos são mensurados pelo custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida pela taxa efetiva de juros.

- **Empréstimos e recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo este mensurado pelo custo amortizado, deduzido por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinada no reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro poderá ser reclassificado entre categorias em circunstâncias excepcionais previstas no IAS 39. Para a reclassificação de um instrumento financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, qualquer ganho ou perda já reconhecido no resultado não é revertido e o valor justo do instrumento financeiro, na data de sua reclassificação, se torna seu novo custo. Será reclassificado da categoria de instrumentos financeiros mantidos até o vencimento quando não houver mais a intenção ou capacidade financeira de se manter o ativo até o vencimento. Da categoria de empréstimos e recebíveis deverá ser reclassificado quando do aparecimento de mercado frequentemente negociado e havendo a intenção de negociação por parte da Administração.

iv. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- **Caixa e equivalentes de caixa:** saldos de caixa, depósitos à vista no Brasil e no Exterior, e investimento de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa com vencimentos originais em até noventa dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- **Empréstimos e recebíveis:** incluem os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. As operações de crédito e de arrendamento mercantil compreendem os empréstimos e títulos descontados, financiamentos e outros créditos.
- **Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras:** créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, exceto os representados por títulos.
- **Instrumentos de dívida:** representam os bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- **Instrumentos de patrimônio:** são os instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- **Outros ativos:** referem-se, basicamente, a saldos a receber no curto prazo junto a entidades não consideradas como “Instituições Financeiras” ou clientes decorrentes principalmente de valores pendentes de liquidação no curto prazo, valores a liquidar e quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.
- **Custos de aquisição diferidos:** As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado mensalmente, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices.
- **Derivativos:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*) e outros instrumentos financeiros derivativos.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

De acordo com o IAS 39, os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Passivos financeiros para negociação:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos não designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).
Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos passivos financeiros para negociação são reconhecidos no resultado na conta “Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros”.
- **Passivos financeiros ao valor justo no resultado:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*), incluindo os passivos financeiros objetos de cobertura contábil.
Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos passivos financeiros para negociação são reconhecidos no resultado na conta “Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros”.
- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** correspondem aos passivos que são atualizados, subsequentemente, pela taxa efetiva de juros, que desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro (custo da transação).
As despesas de juros dos instrumentos financeiros passivos, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado na conta de “Despesas de juros e similares”.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

vi. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- **Depósitos de instituições financeiras:** depósitos de qualquer natureza, inclusive no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- **Depósitos de clientes:** inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do Banco junto aos seus clientes.
- **Obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior:** inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- **Derivativos:** valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos incluindo os instrumentos designados em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge (hedge accounting)*.
- **Relações com correspondentes:** inclui os passivos assumidos em operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, em virtude de parcelas recebidas antecipadamente a serem repassadas aos cessionários, mensurados com base na taxa de cessão.
- **Dívidas subordinadas** ^(*): refere-se às operações de captação por meio de emissão de notas subordinadas no Exterior.
- **Recursos de emissão de títulos** ^(*): refere-se a fontes de captação para financiamento das operações do PAN. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por empréstimos e repasses** ^(*): refere-se a fontes de captação no País e no Exterior para financiamento das operações do PAN. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** representa a obrigação em operações de cessão de crédito com coobrigação ou sem coobrigação, nas quais há a retenção substancial de riscos e benefícios dos ativos. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

^(*) Estas categorias são objetos de *hedge accounting*.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto ativos mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento, os empréstimos e adiantamentos e outros ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis são registrados pelo custo amortizado, sendo seu valor justo correspondente divulgado em nota explicativa nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Nesse caso, o ganho ou perda acumulada na conta específica do patrimônio líquido é transferido para o resultado do exercício na conta de "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros". Os juros/ganhos e perdas de variação cambial de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do exercício. Os juros dos ativos financeiros disponíveis para venda são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido – (VPL), e outros métodos, considerando as taxas de *input* observadas no mercado na respectiva data base.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Certos passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

Existem também os passivos financeiros a valor justo no resultado que se referem a obrigações de títulos e valores mobiliários no Exterior, dívidas subordinadas e instrumentos financeiros derivativos gerados em posições passivas em contratos de *swap* e “futuros”. O valor justo é mensurado pelo critério do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas divulgadas no mercado futuro na data do balanço.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir demonstra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31/12/2016 e 31/12/2015, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Cotações de preço em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Total	Cotações de preço em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	74.227	31.714	105.941	9.381	78.398	87.779
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	57	3.294.922	3.294.979	-	645.474	645.474
Ativos financeiros disponíveis para venda	706.294	328.203	1.034.497	583.261	347.403	930.664
Passivos financeiros para negociação	748	494	1.242	10.153	4.975	15.128
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	652	2.199.344	2.199.996	-	2.284.707	2.284.707

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A seguir, os modelos internos adotados para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo cuja mensuração foi baseada em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2):

	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares		Técnicas de avaliação	Principais premissas
	31/12/2016	31/12/2015		
ATIVO:				
Ativos financeiros para negociação	3.654.839	1.071.275		
Contratos de swap	31.714	78.398	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Recebíveis Imobiliários	4.315	38.619	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares)
Ativos financeiros disponíveis para venda	27.399	39.779		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	328.203	347.403	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares)
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	328.203	347.403		
Contratos de swap	3.294.922	645.474	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Empréstimos e adiantamentos a clientes	157.058	645.474	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
	3.137.864	-		
PASSIVO:				
Passivos financeiros para negociação	2.199.838	2.289.682		
Contratos de swap	494	4.975		
Contratos de NDF	494	4.351	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	-	624		
Contratos de swap	2.199.344	2.284.707	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Depósitos de clientes	145.240	11.455	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Dívidas subordinadas	348.092	-	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Obrigações por Empréstimos no Exterior	1.571.911	2.196.731	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
	134.101	76.521	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa

Banco Pan S.A. – Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida, patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Mercado Ativo: é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: Dados observáveis, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por, dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3: O Banco não apresentava em 31/12/2016 e 31/12/2015 instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que não utilizam substancialmente dados de mercado observáveis.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como “para negociação” são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado na rubrica “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros”.

v. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros para negociação e outros passivos financeiros ao valor justo no resultado, são mensurados pelo custo amortizado no balanço patrimonial.

A seguir apresenta-se uma comparação entre os principais valores contábeis dos ativos e passivos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis	16.569.380	19.154.890	18.176.049	19.377.336
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.596.997	18.182.507	16.986.305	18.187.592
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	972.383	972.383	1.189.744	1.189.744
Ativos mantidos até o vencimento	1.153.971	1.164.693	1.189.611	1.144.279
Instrumentos de dívida	1.153.971	1.164.693	1.189.611	1.144.279
Passivos financeiros ao custo amortizado	19.910.925	21.161.769	18.564.415	19.221.302
Depósitos de instituições financeiras	13.790.325	13.791.712	11.734.565	11.737.689
Depósitos de clientes	2.220.741	3.571.165	2.000.264	2.685.864
Recursos de emissão de títulos	3.155.708	3.061.879	4.004.143	4.010.740
Dívidas subordinadas	174.502	173.914	154.752	149.206
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	78.209	83.441
Relações com correspondentes	155.796	155.796	102.786	102.786
Obrigações por op. de venda ou de transf. de ativos financeiros	413.853	407.303	489.696	451.576

As premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas a seguir:

- As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se, basicamente, às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As operações de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os instrumentos de dívidas mantidos até o vencimento incluem cotas de fundos de investimentos, títulos públicos e DPGE. Seus valores justos foram calculados pelas respectivas cotas, PU Anbima e pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro BM&FBOVESPA, respectivamente.
- Os passivos financeiros ao custo amortizado referem-se, basicamente, às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação por meio de depósitos com taxas prefixadas e as captações no Exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (BM&FBOVESPA).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando, e apenas se:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- O Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Banco não transferiu substancialmente

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

O Banco realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém quando todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco estes não são baixados do balanço patrimonial.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Conforme o IAS 39, os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado por meio de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

De acordo com a política interna de gestão de riscos, o Banco documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens hedgeados quando da designação inicial da operação, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*.

O Banco avalia, no início da operação e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo dos respectivos itens hedgeados durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade estabelecidos pelo IAS 39.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

• **Hedge de valor justo**

Quando um derivativo é designado como *hedge* de valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo e as variações no valor justo do item objeto de *hedge* são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

• **Estrutura de *hedge* contábil**

No primeiro semestre de 2011, o Banco estruturou operação de *hedge* contábil de valor justo utilizando *swaps* cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de juros (cupom cambial) das captações externas em aberto (obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior e dívidas subordinadas).

Dessa forma, o Banco passou a realizar a marcação a mercado das dívidas subordinadas e obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no Exterior, e dos derivativos de *hedge*, realizando testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e passou a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de *hedge* diretamente no resultado do exercício.

No segundo semestre de 2015, o Banco estruturou operação de *hedge* contábil de valor justo utilizando *swaps* cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de juros (cupom cambial) do empréstimo no Exterior em aberto realizada junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). No primeiro semestre de 2016, foi estruturada outra operação de *hedge* contábil semelhante, para outro empréstimo no Exterior realizada junto ao BID, protegida por contratos derivativos futuros e *swap* cambial.

Dessa forma, o Banco passou a realizar a marcação a mercado de obrigações por empréstimos junto ao BID emitidos no Exterior, e dos derivativos de *hedge*, realizando testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil, passando a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de *hedge* diretamente no resultado do exercício.

No primeiro semestre de 2016, o Banco designou mais uma estrutura de *hedge* contábil de valor justo, correspondente à parcela da carteira de crédito de varejo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações de crédito de juros pré-fixados passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício.

Já no segundo semestre de 2016, foi realizado o *hedge* contábil de valor justo de passivos pré-fixados de longo prazo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações passivas de longo prazo passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício.

• **Instrumentos de *hedge***

Os instrumentos de *hedge* de exposições cambiais são derivativos que possuem como perna ativa valores em Dólar Americano (US\$) e como perna passiva valores em Reais (taxa pré-fixada ou atreladas ao DI).

Os instrumentos de *hedge* para exposições à taxas de juros pré-fixadas são derivativos que possuem uma perna indexada à taxa pré-fixada e outra perna indexada à taxa de juros DI.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

• **Objetos de *hedge***

Os itens objeto de *hedge* de exposições cambiais são as captações realizadas no Exterior (passivos), sendo dívidas subordinadas, obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no Exterior e a operação de empréstimos realizada junto ao BID, todos em Dólar Americano (US\$).

Os itens objeto de *hedge* de exposições de taxas de juros pré-fixadas são parcela da carteira de crédito varejo e passivos de longo prazo.

g) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificados como “para negociação” são reconhecidas quando há evidência de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com as mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

Os ativos financeiros são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados para os ativos financeiros classificados na categoria de “Empréstimos e Recebíveis”, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso das operações.

As evidências objetivas de que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado possuem redução ao valor recuperável incluem: quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros, dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador, análise com base nas renegociações efetuadas pelo Banco, desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras, dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Na avaliação da redução ao valor recuperável coletivo, o Banco utiliza estudos históricos da probabilidade de inadimplência e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indicam que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

A redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento é reconhecida no resultado na conta de “Perdas (líquidas de recuperações) no valor recuperável de ativos financeiros” em contrapartida da respectiva conta patrimonial do ativo financeiro. O reconhecimento de juros de ativos financeiros é suspenso quando a operação não representa benefícios prováveis de recuperação. Maiores detalhes quanto à redução de valores recuperáveis de ativos financeiros estão apresentados na nota 7.2.1 – Risco de Crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável com instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do exercício. Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida em instrumentos de dívida disponíveis para venda, esta é revertida contra o resultado do exercício. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento de patrimônio disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para redução ao valor recuperável atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Os empréstimos renegociados sujeitos à avaliação da redução do valor recuperável são tratados como novos empréstimos, mantendo-se inalterada a avaliação do risco de crédito ao devedor para fins de mensuração da redução do valor recuperável.

O Banco utiliza como prática a baixa para prejuízo das operações vencidas há mais de um ano, essas operações passam a ser controladas fora do balanço patrimonial.

Em caso de redução ao valor recuperável dos ativos mantidos até o vencimento, a perda é reconhecida como uma diminuição do valor contábil do ativo, sendo incluído no resultado do exercício.

h) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

A redução do valor recuperável (*impairment*) dos ativos não financeiros – é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objetos de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável.

i) Vendas com compromisso de recompra e compras com compromisso de revendas

As compras de ativos financeiros vinculadas a contratos de revenda são reconhecidas como um financiamento concedido, garantido por ativo financeiro, sendo consideradas, quando aplicável, como “Caixa e equivalentes de caixa”.

As vendas de ativos financeiros vinculadas a contratos de recompra são reconhecidas como um financiamento recebido, garantido por ativo financeiro, sendo apresentadas no balanço patrimonial na conta “Depósitos de instituições financeiras” (passivo).

As variações do resultado entre os preços de compra e de venda são reconhecidos como “Receitas de juros e similares” e “Despesas de juros e similares” ao longo do prazo do respectivo contrato.

j) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam aos critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, por meio da utilização de percentuais históricos de recuperação que representam a melhor estimativa da Administração.

k) Investimentos em empresas coligadas e outros

De acordo com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), coligadas são todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto. Os investimentos em coligadas são registrados nas demonstrações contábeis pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Ativos tangíveis

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

São representados pelos valores de imóveis, veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis/equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais gastos subsequentes são reconhecidos imediatamente na rubrica de “Outras despesas administrativas”, quando incorridos.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para veículos e sistemas de processamento de dados, 10 anos para sistemas de comunicação, instalações, benfeitorias realizadas no prazo do aluguel e móveis/equipamentos de uso e 25 anos para imóveis.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das demonstrações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo possa ter valor não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação entre o valor líquido recebido e o valor contábil e são reconhecidos como “Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda” na demonstração do resultado.

Benfeitorias em imóveis de terceiros: Somente são reconhecidos ativos tangíveis cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis.

m) Ativos intangíveis

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção de entidade ou exercidos com essa finalidade, e no caso de ativos intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinação de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. São representados por:

i. Licenças:

As licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as licenças com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

amortização acumulada. A amortização, para estes casos, é realizada pelo método linear de acordo com o prazo contratual, a partir da disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O teste de *impairment* é realizado no mínimo a cada data de encerramento de exercício e sempre que houver evidência objetiva de perda da respectiva classe de ativos.

ii. Softwares:

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os mesmos e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Estes custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios forem atendidos:

- A administração tem intenção e capacidade para uso ou venda do *software* sendo tecnicamente viável sua conclusão e provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com confiabilidade.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

n) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive, se aplicável, ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido pelo seu valor justo. Ações emitidas e transferidas como parte de pagamento são mensuradas ao valor justo na data da emissão. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado pelo custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável. Eventuais perdas por *impairment* de ágio não são revertidas posteriormente.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

o) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras consolidadas, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessárias) ao final do exercício. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.

Os riscos decorrentes das ações administrativas ou judiciais de caráter tributário, cível e trabalhista são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.
- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.

p) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos que foram utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas estão resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

As receitas e despesas com juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

ii. Receitas de tarifas e comissões

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- As receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo, são reconhecidas no resultado pelo prazo contratual das operações; e
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços.

iii. Receitas e despesas operacionais

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados / incorridos pela entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

q) Garantias financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas ao valor justo, na rubrica de “Receitas de tarifas e comissões”, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros recebidos e a receber desses contratos ao longo de seu prazo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

r) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são: salários, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

ii. Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica e curso de qualificação e/ou requalificação profissional aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

Os benefícios que vencem num prazo superior a doze meses após a data do balanço, quando aplicáveis, são descontados a valor presente.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

s) Imposto sobre a renda – corrente e diferido

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras a alíquota de 20% a partir de set/2015 e para as demais empresas alíquota de 9%.

Por meio de estudo técnico realizado pela Administração, a expectativa de recuperação dos créditos tributários contabilizados é de até dez anos (vide detalhamento na nota 15d). A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis ou não tributáveis.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de renda e Contribuição social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

t) Operações de arrendamento mercantil (arrendador)

Os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro e apresentados no balanço patrimonial na conta de “Empréstimos e Recebíveis”.

O balanço patrimonial foi elaborado considerando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, a valor presente, demonstradas a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Carteira de arrendamento	102	491
Imobilizado de arrendamento	11.679	48.681
Depreciações acumuladas	(11.325)	(41.665)
Superveniência de depreciação	8.662	31.888
Credores por antecipação do valor residual	(7.390)	(29.676)
Saldo a valor presente	1.728	9.719

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

u) Operações de consórcio

A taxa de administração de consórcio é contabilizada quando do seu recebimento dos grupos de consórcio, à medida que os serviços são prestados. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das cotas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundo de investimento no qual os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo “outros passivos”.

v) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento.

w) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações ordinárias pela média ponderada das ações ordinárias em poder dos acionistas na data do balanço. O lucro diluído por ação é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo básico por ação pelos investimentos com potencial de diluição.

Em 31/12/2016 e 31/12/2015 não existiam investimentos com potencial de diluição no Banco.

x) Patrimônio líquido

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho da Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

y) Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Banco.

As receitas e despesas diretamente relacionadas com cada segmento são consideradas na avaliação do desempenho do segmento de negócios.

De acordo com o IFRS 8, o Banco possui os seguintes segmentos de negócios: (i) Financeiro; (ii) Consórcios; (iii) Securitização de Recebíveis; (iv) Promotora de Vendas; e (v) Outros.

z) Benefício residual em operações securitizadas

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

4) USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS, CRÍTICAS E JULGAMENTOS

As demonstrações financeiras consolidadas são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:

a) Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo incluem principalmente títulos e valores mobiliários classificados como ativos e passivos financeiros para negociação, inclusive derivativos e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros (nota 9): os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiro determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a, curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevante. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.

b) Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros da categoria “Empréstimos e Recebíveis”

Os ativos classificados na categoria de Empréstimos e recebíveis são mensurados por meio do custo amortizado, exceto a parcela que possui *hedge* contábil e atualizados pela taxa efetiva de juros.

Para fins de IFRS no âmbito do IAS 39, na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e recebíveis exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como:

- análise das características gerais da carteira de empréstimos e recebíveis;
- risco das operações; e
- qualidade das garantias (quando aplicável).

O Banco utiliza-se de modelos internos para analisar as carteiras de empréstimos e recebíveis para determinar a provisão necessária para perdas conforme nota 7. Nesses modelos são aplicados fatores estatísticos de perda histórica observável de um período de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns para grupos de empréstimo com características de risco semelhantes.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda incorrida.

c) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ativos não correntes mantidos para venda

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Conforme nota 15, ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Variações nos montantes depositados;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

e) Provisões, Contingências e Outros Compromissos

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer dos assessores legais e reconhecidas quando considerado provável o risco de perda, decorrente de uma exigência para liquidar as obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança.

O detalhamento das provisões, contingências e outros compromissos está apresentado na nota 26.

5) NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

5.1. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS APLICÁVEIS EM 31/12/2016

- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – alterações contemplam a revisão do IFRS 5 – “Ativo Não Circulante Mantidos para Venda” e “Operações Descontinuadas, IFRS 7” – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 – “Benefícios aos Empregados” e IAS 34 – “Relatório Financeiro Intermediário”. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as demonstrações contábeis consolidadas.

- IFRS 11 – “Negócios em Conjunto” – alteração compreende os critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos e operações controlados em conjunto, que constituem um negócio, conforme estabelecido no IFRS 3 – Combinações de Negócios. Os impactos dessas alterações serão avaliados quando houver este tipo de operações em conjunto.

- Alterações da IAS 16 – Imobilizado e IAS – 38 Ativos Intangíveis: A alteração define o princípio da base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuro do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos significativos.

- Alterações IAS 1 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras” – tem o objetivo de incentivar as Instituições a identificar quais são as informações que são relevantes para serem divulgadas nas suas demonstrações financeiras. É esclarecido que a materialidade se aplica para o conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo também as notas explicativas e aplicável para todo e qualquer requerimento das normas IFRS. Não foram identificados impactos significativos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Alterações IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 “Aplicando a Exceção à Consolidação” – documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Efetivo a partir de 01/01/2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações nas demonstrações consolidadas.

5.2. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor em períodos após a data destas demonstrações financeiras:

- IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” – este normativo visa substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e inclui: (i) modelo lógico de classificação e mensuração; (ii) modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (iii) remoção da variação da volatilidade no resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (iv) nova abordagem para contabilidade de *hedge*. Efetivo a partir de 01/01/2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações estão sendo avaliados.

- IFRS 15 – “Receitas de Contratos com Clientes” – este normativo requer que o reconhecimento da receita seja realizado de modo a retratar a transferência de bens ou serviços ao cliente por um valor que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos destes bens ou serviços. Substitui o IAS 18, IAS 11, IFRICs 13, 15 e 18. Efetivo a partir de 01/01/2018 entretanto o IASB permite a adoção antecipada. Os possíveis impactos estão sendo avaliados.

- IFRS 16 – Arrendamentos – substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2019. Os impactos da adoção desta norma estão sendo avaliados.

- Alterações IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas” e IAS 28 – “Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto” (*joint venture*) – alterações referem a uma inconsistência entre as exigências das duas regras ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Efetivo a partir de 01/01/2016 com adoção antecipada permitida pelo IASB. Não teremos impactos.

- Alteração da IAS 12 – “Impostos sobre a Renda” – A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

6) COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 19/07/2012, o Banco finalizou a operação de compra de 100% das ações integrantes do capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE), por meio da aquisição de 100% do capital de sua controladora, Pan Holding S.A. (antiga Ourinvest Real Estate Holding).

As combinações de negócios, que ocorreram após a adoção das normas internacionais foram contabilizadas e estão sendo divulgadas de acordo com o IFRS 3 Combinação de Negócios.

O valor do ágio reconhecido na aquisição de R\$ 218.727 compreende o valor de sinergia esperada pela aquisição do grupo de empresas que a *holding* controlava e rentabilidade futura. Durante o processo de alocação do preço de compra, o Banco reconheceu ativos líquidos ao valor justo na transação. Não foram identificados e reconhecidos outros ativos intangíveis em função da não identificação dos mesmos na análise da combinação de negócios. O valor total transferido na aquisição compreende o caixa e equivalentes de caixa.

O Banco procedeu ao teste de recuperação do ágio para a identificação de possível perda com redução ao valor recuperável, não sendo necessário proceder nenhum ajuste no mesmo. Foram utilizadas as seguintes premissas para o teste do ágio:

- Plano de negócios revisados relativos aos próximos dez (10) anos do grupo de empresas que fundamentam o ágio em sua essência integrantes da combinação de negócios.
- Ajuste a valor presente dos resultados anuais antes dos tributos do mencionado grupo de empresas, utilizando-se uma taxa projetada do DI de 11,48% e uma de *stress* de 14,25%.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

7) GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL E RISCOS FINANCEIROS

7.1. Introdução e visão geral

Os principais riscos aos quais o Banco está exposto, e que são provenientes de suas atividades, são apresentados a seguir:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a estrutura de Gerenciamento de Riscos de Capital.

7.2. Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinados a ele o Diretor Presidente e a estrutura de Auditoria. As diretorias, segmentadas por tipo de atividade e negócio, estão ligadas diretamente ao Diretor Presidente. Entre essas, está a Diretoria de Controladoria e Compliance, que possui a atribuição de definir as metodologias e métricas de risco, assim como o monitoramento e reporte de todos os riscos financeiros e não financeiros aos quais a atividade bancária está sujeita.

A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle dos riscos de mercado, crédito, liquidez e capital é a Gerência de Riscos Financeiros e Capital. A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle do risco operacional é a Gerência de Riscos Não Financeiros. Ambas as gerências pertencem à Superintendência de Riscos e Controles.

O Banco PAN adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

- **Risco de Crédito:** é o risco associado: (i) ao não cumprimento, pelo tomador, garantidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito ou instrumento financeiro devido à deterioração de risco do tomador ou emissor; (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. No tratamento do risco de crédito, o risco de concentração a tomadores, garantidores, contrapartes, emissores e setores econômicos deve ser levado em consideração.
- **Risco de Liquidez:** é o risco associado à possibilidade do PAN não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- **Risco de Mercado:** é o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do PAN, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.
- **Risco Operacional:** é o risco decorrente da ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos relacionados que impactem o alcance dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais do PAN. Essa definição inclui o risco legal, que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo PAN, bem

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo PAN.

O Pan classifica os eventos de Risco Operacional nas seguintes categorias:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- Interrupção das atividades da instituição; e
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação.

7.2.1.Risco de crédito

Na estrutura do Banco Pan, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito e na cobrança e recuperação de ativos, a carteira é dividida nos segmentos empresas, varejo e crédito imobiliário, sendo o primeiro composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas e os demais a pessoas físicas (Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Leasing, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Consignado e Crédito Imobiliário).

a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada à estratégia de negócios definida pela alta Administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Grupo.

b) Ciclo de Crédito

O Banco Pan tem como premissa básica para a concessão de crédito, a análise da capacidade de caixa e capacidade de acesso às linhas de crédito da empresa ou a capacidade de pagamento da pessoa física.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para cada um dos principais segmentos de atuação, empresas, varejo e crédito imobiliário:

I. Empresas

Nas operações com empresas, os clientes são avaliados atendendo aos princípios de seletividade e aderência do ramo de atividade à modalidade da operação proposta. O processo de concessão de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

crédito é suportado pelas informações fornecidas pelos clientes, relatórios de visitas do gerente comercial, bem como pelo cumprimento das exigências mínimas estabelecidas ou aquelas que são divulgadas pela Diretoria e/ou Banco Central do Brasil.

A classificação do *rating* do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado.

A partir do *rating* do cliente é definido um *rating* da operação, que leva em consideração as garantias envolvidas.

II. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de *bureaus* de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo Banco Central do Brasil.

III. Crédito Imobiliário

As aprovações de uma operação levam em conta, principalmente, a verificação da capacidade de pagamento dos clientes pessoas físicas, e no caso de pessoas jurídicas, principalmente, as condições e a viabilidade do empreendimento objeto da operação, bem como as garantias oferecidas. A viabilidade de um empreendimento é constatada por um estudo, desenvolvido por empresa especializada, sendo que as liberações são realizadas de acordo com o cronograma da obra, sempre através do reembolso do percentual já executado. A formalização interna para as liberações de recursos é aprovada pelo diretor responsável pela operação, ou na ausência deste, por um diretor estatutário.

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores.

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário realizar o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e de cada empresa do Conglomerado Pan, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir tem-se o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras próprias, cedida com coobrigação para 31/12/2016 e 31/12/2015. A exposição máxima atingiu R\$ 26,8 bilhões, sendo R\$ 2,5 bilhões deste montante limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas (R\$ 25,3 bilhões, sendo R\$ 2,5 bilhões deste montante limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas em 31/12/2015).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

I. Exposição máxima ao risco de crédito

	31/12/2016		31/12/2015	
	Total	Redução ao valor recuperável	Total	Redução ao valor recuperável
Empréstimos e adiantamentos a clientes	19.680.049	945.188	17.798.530	812.225
Benefício residual em operações securitizadas	2.927	-	8.433	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	972.383	-	1.189.744	-
Instrumentos de dívida	2.277.251	-	2.143.383	-
Instrumentos financeiros derivativos	163.908	-	688.262	-
Recebíveis imobiliários	27.399	-	39.779	-
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	2.545.276	-	2.499.325	-
Valores a receber por cessão de créditos	1.128.806	-	921.297	-
Exposição máxima ao risco de crédito	26.797.999	945.188	25.288.753	812.225

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas

Instrumento de dívida são representados, substancialmente, por 84,8% em títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.

Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de redução ao valor recuperável.

Carteira de Crédito	31/12/2016	31/12/2015
Não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução ao valor recuperável	13.802.851	11.299.556
Vencidos mas não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	2.791.993	2.744.315
Sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	3.085.205	3.754.659
Total de empréstimos e adiantamento a clientes	19.680.049	17.798.530
Perdas por redução ao valor recuperável	(945.188)	(812.225)
Valor líquido	18.734.861	16.986.305

A concentração de risco dos maiores devedores segue na tabela a seguir:

Maiores devedores	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	434.910	2,21	483.277	2,72
50 seguintes maiores devedores	1.042.311	5,30	1.146.832	6,44
100 seguintes maiores devedores	1.026.921	5,22	1.233.121	6,93
Demais devedores	17.175.907	87,27	14.935.300	83,91
Total	19.680.049	100,00	17.798.530	100,00

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados, motos, máquinas pesadas e náutica.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 78.373 (R\$ 67.027 em 31/12/2015). Os produtos contemplados na carteira de renegociação são os financiamentos de veículos leves, motos e pesados.

(I) A tabela a seguir apresenta os ativos vencidos mas não sujeitos a perda ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2016		31/12/2015	
	Saldo	%	Saldo	%
1 a 30	1.731.466	62,00	1.802.631	65,63
31 a 60	662.304	23,73	587.950	21,46
61 a 90	398.223	14,27	353.734	12,91
Total	2.791.993	100,00	2.744.315	100,00

(II) A tabela a seguir apresenta os ativos sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2016		31/12/2015	
	Saldo	%	Saldo	%
A vencer	1.652.399	53,56	2.582.090	68,77
Vencidos acima de 90 dias	1.432.806	46,44	1.172.569	31,23
Total	3.085.205	100,00	3.754.659	100,00

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A distribuição setorial da carteira de crédito é demonstrada na tabela a seguir.

Setor	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	15.933.600	80,96	13.370.861	75,12
Agroindústria	498.061	2,53	676.591	3,80
Açúcar e Etanol	182.903	0,93	252.963	1,42
Agronegócio e Proteína Animal	315.158	1,60	423.628	2,38
Comércio	586.544	2,98	707.341	3,97
Atacado e Varejo	586.544	2,98	707.341	3,97
Indústria de Base	283.469	1,44	446.065	2,51
Autopeças	16.382	0,08	11.814	0,07
Indústria Química	23.103	0,12	49.269	0,28
Outras Indústrias	147.578	0,75	309.299	1,74
Papel e Celulose	68.522	0,35	65.280	0,36
Têxtil	27.884	0,14	10.403	0,06
Serviços	2.378.375	12,09	2.597.672	14,60
Construção e Incorporação	1.368.002	6,95	1.554.526	8,73
Financeiros	137.020	0,70	113.421	0,64
Locação de veículos	22.003	0,11	31.621	0,18
Mídia, TI e Telecom	2.327	0,01	18.647	0,10
Outros Serviços	650.553	3,31	683.763	3,84
Saúde, Segurança e Educação	35.435	0,18	4.636	0,03
Transporte e Logística	139.360	0,71	177.374	1,00
Utilitários	23.675	0,12	13.684	0,08
Total	19.680.049	100,00	17.798.530	100,00

Na tabela a seguir, temos a distribuição da carteira de crédito segundo os critérios exigidos pelo órgão regulador de bancos brasileiros (BACEN), por meio da Resolução nº 2.682/99.

Ratings de risco do BACEN	31/12/2016	31/12/2015
Rating A	14.516.580	12.096.321
Rating B	1.811.039	2.496.332
Rating C	1.056.558	1.192.795
Rating D	818.331	727.106
Rating E	339.344	355.388
Rating F	250.855	190.845
Rating G	178.355	176.622
Rating H	708.987	563.121
Total	19.680.049	17.798.530

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

e) Provisão para redução ao valor recuperável – Perda Incorrida

O cálculo da perda incorrida em operações de crédito do varejo analisadas de forma coletiva é realizado segmentado por produto, preservando as características de risco de crédito e recuperação de cada grupo, dentre elas Operações de Crédito Consignado, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Financiamento de Veículos, Financiamento Imobiliário, Crédito Pessoal com ou sem a presença de garantia atrelada e Operações com Cartão de Crédito.

As evidências de perdas são estimadas para cada grupo de ativo de acordo com experiência histórica de pagamentos observados. Esta avaliação é realizada em uma janela de tempo suficiente para que os efeitos de condições incomuns sejam minimizados.

As metodologias e pressupostos usados são revistos regularmente para reduzir diferenças entre as estimativas e a efetiva perda incorrida.

Metodologia de perda incorrida – Varejo

Para o cálculo da estimativa de perdas das operações varejo para carteira própria e cedida com coobrigação, são realizados os seguintes procedimentos:

- Avaliação do comportamento da carteira de crédito em relação aos pagamentos e migração de saldo por faixas de atraso, para identificar o ponto de corte que evidencia a baixa propensão à recuperação do crédito. As operações analisadas compõem a carteira originada do Banco, incluindo as carteiras objeto de cessão de crédito.
- Avaliação do comportamento histórico de rolagem em uma janela de tempo de vinte e quatro meses identificando o momento de inscrição em prejuízo, para mensurar a perda incorrida nos diferentes grupos de ativos.
- Utiliza-se como estimativa de perda da carteira futura a média histórica dos doze meses anteriores à data base da análise onde é possível apurar a rolagem.
- A expectativa de perda da carteira total é composta pela estimativa de perda para cada produto.

Além das informações de recuperação de crédito ao longo do tempo, outros componentes precisam ser adicionados ao cálculo para permitir a correta estimativa da perda incorrida.

Para tornar a estimativa mais precisa, os custos de cobrança são deduzidos da recuperação estimada. Os procedimentos para a recuperação de crédito envolvem diversas ações como envio de cartas, telefonemas, negativação, entre outros. Todas as despesas realizadas na tentativa de recuperar os ativos são consideradas.

Metodologia de perda incorrida – Empresas

Para a carteira de crédito Empresas (segmento *Ativos Atacado*) foram analisadas todas as operações individualmente, utilizando os seguintes critérios para mensuração da provisão para perdas por *impairment*.

O modelo de classificação descrito na Norma de *Rating* Crédito Empresas leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente. Essas informações são adquiridas em visitas técnicas e em pesquisas junto ao mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes, além da estrutura de garantias da operação.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

PD – Probability of default

A PD das operações está relacionada ao *rating* atribuído pelo modelo de classificação.

LGD - Loss Given Default

O LGD das operações está relacionado ao tipo de garantia.

EAD - Exposure at Default

De maneira conservadora é utilizado EAD como o saldo devedor da operação.

LIP - Loss Identification Period

É atribuído ao LIP valor igual a 1.

7.2.2.Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco associado à possibilidade do PAN não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

i.Gerenciamento ao risco de liquidez

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de liquidez são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de liquidez e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de liquidez em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações;
- Identificar previamente o risco de liquidez inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A unidade responsável pelo Controle de Risco de Liquidez gera e analisa, diariamente, um conjunto de informações e relatórios sobre as exposições e fluxos de caixa do PAN, incluindo aqueles relacionados à análise de descasamento dos ativos e passivos em moeda, prazo e taxa, e ao controle de limites aprovados e aqueles com as projeções de fluxos de caixa em cenários de normalidade e estresse em um horizonte de 90 dias, que são reportados para a mesa de operações e para a Diretoria.

Com relação aos aspectos regulatórios, mensalmente a área de Controle de Risco de Liquidez analisa e envia ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL), com informações relevantes sobre a liquidez do Conglomerado Pan.

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de liquidez em consonância ao plano estratégico e

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

ii.Exposição ao risco de liquidez

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

	31/12/2016 – Valor Futuro							
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	-	42.453	8.021	24.255	90.037	233.693	5.420.203	5.818.662
Depósitos de instituições financeiras	-	11.724.685	35.034	2.878	28.475	16.340	538.838	12.346.250
Total de depósitos	-	11.767.138	43.055	27.133	118.512	250.033	5.959.041	18.164.912
Dívidas subordinadas	-	-	-	73.820	-	176.889	2.433.566	2.684.275
Recursos de emissão de títulos	-	597.166	288.043	142.378	742.432	977.178	744.152	3.491.349
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	2.720	-	2.962	3.132	151.180	159.994
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	-	5.078	32.857	18.892	1.266.251	1.562.955	2.886.033
Cessão de crédito com coobrigações	-	23.265	21.238	25.810	58.824	124.726	224.608	478.471
Total	-	12.387.569	360.134	301.998	941.622	2.798.209	11.075.502	27.865.034

	31/12/2015 – Valor Futuro							
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	-	44.660	146.346	31.138	73.137	125.667	5.038.854	5.459.802
Depósitos de instituições financeiras	-	10.138.370	14.099	17.082	72.230	10.637	58.109	10.310.527
Total de depósitos	-	10.183.030	160.445	48.220	145.367	136.304	5.096.963	15.770.329
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	100.999	106.366	4.467.964	4.675.329
Recursos de emissão de títulos	-	344.051	769.508	438.560	719.012	1.360.882	1.543.820	5.175.833
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	1.845	-	-	3.116	192.006	196.967
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	633	-	1.686	1.198	2.167	21.536	27.220
Cessão de crédito com coobrigações	-	27.967	20.477	27.886	63.955	130.487	297.972	568.744
Total	-	10.555.681	952.275	516.352	1.030.531	1.739.322	11.620.261	26.414.422

(*) os depósitos de clientes referem-se, basicamente, a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

A tabela anterior apresentou os fluxos de caixa futuros referentes aos passivos financeiros, por prazo de vencimento, incluindo os valores a pagar estimados com operações de instrumentos financeiros

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

derivativos. Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 31/12/2016 e 31/12/2015.

Com relação ao valor presente dos fluxos de vencimentos dos valores a pagar passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

7.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é definido como o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do PAN, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

i. Gerenciamento do risco de mercado

A instância maior de gestão de riscos no Grupo PAN é o Conselho de Administração a quem subordina-se o diretor presidente e toda a diretoria. As Diretorias de Tesouraria, Captação e Seguros e a Diretoria de Controladoria e Compliance são as áreas envolvidas no gerenciamento de riscos financeiros. O Comitê de Tesouraria (ALM), que, tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, estabelecer e acompanhar limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de risco revisar e propor periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de mercado são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de mercado e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações;
- Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Banco PAN.

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco (“VaR” – Value at Risk):** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado é de 95% ou 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;
- **Perdas em cenários de estresse:** são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais. Adicionalmente, são realizados

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do *banking book*, conforme determinado pela Circular BACEN 3.365/07;

- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- **Análise de sensibilidade (gregas):** sensibilidade dos preços das opções em relação aos preços dos ativos-objetos, volatilidades, taxas de juros e tempo;
- **Análise dos descasamentos** dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros;
- **Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros** utilizados na mitigação de risco de mercado (operações com o objetivo de “*hedge*” de exposições em moeda estrangeira, por exemplo).

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado utiliza uma composição de métricas para a mensuração diária da exposição ao risco de taxa de juros da carteira *banking*, que quando avaliadas em conjunto, tornam possível à Instituição ter uma visão mais clara e abrangente sobre os riscos de mercado incorridos. São exemplos de métricas:

- **VaR paramétrico:** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado para a mensuração da RBAN é de 95% ou 99% de confiança;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- **GAP ANALYSIS:** a análise de gaps é uma ferramenta importante na identificação das diferenças entre os valores tomados ou aplicados das posições da Instituição Financeira. Por meio de sua análise, é possível identificar as operações ou produtos que apresentam os maiores riscos de mercado, ou as diferenças de prazo, que geram risco de inclinação das curvas.

ii. Classificação das operações

De acordo com a Circular Bacen nº 3.354/07, o Banco Pan deve adotar critérios mínimos na especificação da identificação das operações incluídas na carteira de negociação. A área de Controle de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco PAN nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a “*hedge*” de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações internas da sua negociabilidade.

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

A carteira de não negociação é composta, de forma geral, pelas operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, não classificadas na carteira de negociação, inclusive aqueles destinados a “*hedge*” de outros elementos desta carteira.

- **Gestão de risco - Informações regulatórias**

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado realiza a mensuração e cálculo, diariamente, do capital exigido pelas exposições pertencentes à carteira *trading* e pela exposição cambial do Banco PAN, cujos resultados são enviados ao BACEN por meio do Demonstrativo Diário de Risco (DDR).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Mensalmente, são mensuradas as posições em risco, marcadas a mercado, do Banco PAN, que são enviadas ao BACEN por meio do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

iii. Exposição aos riscos de mercado - carteiras mantidas para negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

O VaR é calculado tanto por meio da metodologia padrão estabelecida pelo BACEN na Circular nº 3.634/13, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas, quanto por modelo interno, utilizado para fins gerenciais e para o controle de limites internos aprovados. O modelo gerencial é baseado na abordagem paramétrica, com base na metodologia *Exponential Weighted Moving Average* (EWMA), para estimar a volatilidade a um nível de confiança de 99%.

Apresenta-se a seguir a posição de VaR desta carteira pela metodologia do BACEN:

	31/12/2016	31/12/2015	Δ%
VaR prefixados	11	3.078	-99,64%
Média 60 dias	2.965	4.332	-31,56%
Multiplicador	2	1,37	45,99%
Prefixados	16.132	16.508	-2,28%

	31/12/2016			31/12/2015		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	9.442	50.889	2	7.683	49.735	-
Média 60 dias	9.400	23.223	2.666	7.653	12.864	3.153
Multiplicador	2	3	1	2	2	1
Prefixados	54.014	164.173	15.348	39.710	146.756	15.143
Cupom de índice de preços	252	12.383	-	2.433	38.747	-
Cupom de taxa de juros	353	5.542	-	1.051	9.249	-

Pela metodologia interna, o VaR de 1 dia sofreu redução semelhante à abordagem padronizada:

	31/12/2016	31/12/2015	Δ%
VaR prefixados	3	974	-99,69%
VaR sem efeito diversificação	3	974	-99,69%
VaR com efeito diversificação (1)	3	974	-99,69%

(1) Diversificação entre os fatores de risco e vértices.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O quadro a seguir apresenta os valores médios, máximos e mínimos de VaR:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	2.281	12.124	2	1.659	11.145	45
VaR IPCA	9	708	-	153	1.715	-
VaR USD	134	1.556	-	255	4.232	-
VaR Cambial	230	2.211	-	530	3.407	-
VaR sem efeito diversificação	2.654	16.599	2	2.597	20.500	45
VaR com efeito diversificação	2.294	12.162	3	1.742	11.536	-

Embora o VaR seja uma ferramenta importante para a mensuração dos riscos de mercado, as premissas nas quais os modelos são baseados apresentam algumas limitações, incluindo as especificadas a seguir, que devem ser consideradas na gestão dos riscos incorridos:

- Um período de manutenção de 1 dia presume que é possível proteger ou vender posições dentro desse período, o que não necessariamente se observa, principalmente em momentos de estresse ou em mercados pouco líquidos. Entretanto, o perfil atual da carteira *trading*, constituído de operações de curto prazo e títulos de alta liquidez minimizam o impacto dessa assunção.
- Um nível de confiança de 99% não reflete perdas que possam ocorrer além desse nível. Mesmo dentro do modelo usado, existe uma probabilidade de 1% de que as perdas superem o VaR mensurado.
- O uso de dados históricos como base para determinar a possível faixa de resultados futuros nem sempre pode incluir todos os cenários possíveis, especialmente aqueles de natureza excepcional.
- O modelo assume uma distribuição normal para os retornos financeiros. Nas séries de retornos observados há mais observações distantes da média do que seria o caso de uma distribuição normal. Assim, enquanto uma distribuição normal se encerra rapidamente para refletir a raridade de eventos improváveis, a cauda da distribuição empírica permanece relativamente espessa.
- Abordar a correlação de preço entre os ativos de forma linear, corresponde à adoção de uma premissa demasiadamente forte, pois, justamente em momentos de crise, os preços tendem, ainda que por curto espaço de tempo, a apresentar comportamentos divergentes em relação ao histórico, o que pode resultar, por exemplo, em potencial aumento do risco incorrido advindo de posições que deveriam apresentar um risco conjunto inferior ao risco individual de cada uma. Tais alterações no padrão histórico de volatilidade (ou quebra de premissas) podem levar os modelos a apresentar violações e limitar a capacidade preditiva dos mesmos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Para superar essas limitações, o Banco aplica medidas destinadas a mensurar riscos em momentos de estresse. São calculados, para o mesmo horizonte do VaR (1 dia), e o teste de estresse histórico, com horizonte diário.

	31/12/2016	31/12/2015	Δ%
ES	3	1.116	-99,73%
Teste Estresse Histórico	43	6.661	-99,35%

O *Conditional VaR*, também conhecido como *Expected Shortfall* (ES) estima a perda média esperada da carteira quando o VaR é violado. A 99% de confiança, espera-se que o VaR seja violado duas ou três vezes por ano. O teste de estresse histórico é a perda que a Instituição incorreria, caso os piores cenários de variação nos fatores de risco acontecidos no passado ocorressem novamente, utilizando dados de mercado desde setembro de 2008 (ápice da crise do *subprime*).

	31/12/2016			31/12/2015		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
ES	3.249	13.934	214	1.987	13.216	-
Teste Estresse Histórico	22.160	94.198	30	12.515	68.830	-

As variações nos valores do teste de estresse seguiram as tendências observadas nas medidas de risco em cenário de normalidade, VaR (metodologias padrão e interna).

iv. Exposição ao risco de taxa de juros - carteira de operações não classificadas na carteira de negociação

A mensuração, monitoramento e controle do risco de taxa de juros da carteira *banking* são realizados por meio de uma composição de métricas que são avaliadas em conjunto, dentre elas o VaR paramétrico, a análise de sensibilidade a movimentos das curvas de mercado, a avaliação dos descasamentos de ativos e passivos, dentre outros.

A mensuração da parcela de capital referente ao risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, a Rban, é realizada pela metodologia de VaR paramétrico delta-normal, para um horizonte de 10 dias. São avaliados também os impactos em cenários de estresse, que estimam o percentual de variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação em relação ao Patrimônio de Referência, com utilização de choques compatíveis com 1° e 99° percentis de uma distribuição histórica de variações de taxas de juros.

Apresentamos a seguir a posição de Rban nos respectivos fins de exercícios para os fatores de risco de taxa de juros da carteira *banking*:

Rban	31/12/2016	31/12/2015	Δ%
Prefixados	59.454	60.737	-2,11%
Agregado das posições inferiores a 5%	15.762	15.367	2,57%
Diversificação	(1.441)	(3.175)	-54,61%
Rban Carteira	73.775	72.929	1,16%

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Rban	31/12/2016			31/12/2015		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
Prefixados	50.271	78.946	29.185	61.790	111.240	38.972
Cupom de Índice de Preços	2.648	37.070	-	18.257	37.871	-
Cupom de Taxa de Juros	-	-	-	2.030	9.892	-
Agregado das posições inferiores a 5%	14.974	28.763	2.654	8.921	18.941	4.894
Diversificação	6.205	13.775	807	13.641	22.901	3.175
Rban Carteira	64.825	99.238	36.719	77.356	145.791	47.209

A Rban é utilizada na gestão do risco de taxa de juros, junto com as demais métricas destacadas anteriormente, e sua mensuração é realizada e reportada diariamente pela unidade responsável pelo controle de risco de mercado. As estratégias para *hedges* das exposições ao risco de taxa de juros são avaliadas no Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO).

Outra ferramenta de gestão do risco de taxa de juros é a análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a diversos cenários de curvas de taxas de juros. Tal análise mensura os impactos da carteira total do Banco (*trading e banking*) decorrente de variações nas taxas de juros e no câmbio. São apresentados a seguir os resultados da análise de sensibilidade, com a descrição dos cenários utilizados.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

Fator de risco	Carteira Conglomerado - exposições sujeitas a variações de:	Cenários		
		(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Prefixadas	(1.641)	(453.198)	(881.088)
Cupom Outras Taxas de Juros	Taxas de Cupom de Taxas de Juros	(333)	(84.079)	(157.559)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(422)	(59.398)	(112.749)
Moeda Estrangeira	Taxas de Câmbio	(551)	(13.773)	(27.546)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom Cambial	(9)	(898)	(1.785)
Total em 31/12/2016		(2.956)	(611.346)	(1.180.727)
Total em 31/12/2015		(2.186)	(773.335)	(1.570.755)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A seguir apresenta-se os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2016 e 31/12/2015.

Ativos – Dólar	31/12/2016	31/12/2015
Operações de Crédito (ACC/CCE)	286.653	566.486
Outros Recebíveis	9.782	22.585
Total de Ativos	296.435	589.071

Passivos – Dólar	31/12/2016	31/12/2015
Dívida subordinada	1.576.844	2.203.182
Obrigações por empréstimos no Exterior	134.101	154.730
Total de Passivos	1.710.945	2.357.912

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banco com o objetivo de realizar o gerenciamento dos riscos de mercado decorrentes das exposições em moedas, taxas de juros, além dos prazos de vencimentos das exposições.

Em 31/12/2016 e 31/12/2015, o valor dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, foi igual a:

	Valor de Referência		Valor Justo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Posição comprada				
Swap	1.309.090	1.112.537	1.946.661	2.627.538
DDI	59.898	62.964	59.898	62.964
DOL	-	99.573	-	99.573
Total	1.368.988	1.275.074	2.006.559	2.790.075
Posição vendida				
Swap	147.086	131.141	125.744	139.215
DDI	214.951	575.394	214.951	575.394
DOL	21.299	58.035	21.299	58.035
NDF	-	12.469	-	12.986
Total	383.336	777.039	361.994	785.630

7.2.4. Risco operacional

Visando o aperfeiçoamento e a adequada estrutura para o gerenciamento do risco operacional, o Grupo PAN empenha contínuos esforços e investimentos para, em conformidade com as leis, resoluções e normas internas e externas, implementar ações que permitam a efetividade do gerenciamento de riscos, o qual é realizado considerando o nível de complexidade dos seus negócios, produtos, processos e sistemas.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

i. Processo de gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional é composto das seguintes etapas: identificação; avaliação; mensuração; mitigação; monitoramento; controle; e reporte dos riscos, e nesse processo são considerados também os respectivos controles internos.

Devido a sua natureza complexa, o risco operacional, possui características tanto subjetivas quanto objetivas, que implicam na utilização de metodologias qualitativas para identificar e avaliar os riscos, bem como metodologias quantitativas, como por exemplo, a base de dados de perdas e indicadores de riscos, performance e controle, para garantir que o gerenciamento do risco operacional seja efetivo e agregue valor à Instituição.

ii. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura para o gerenciamento do risco operacional compreende as diversas áreas e comitês do Conglomerado, e está fundamentada nas três linhas de defesa, na qual a primeira está relacionada a gestão e controle dos negócios e dos riscos provenientes desses negócios; a segunda linha é representada pelas áreas de risco e controle, que atuam de forma integrada ao negócio, porém independente, a fim de garantir o cumprimento das políticas, limites e critérios de avaliação e mensuração de riscos; e a Auditoria Interna atuando como a terceira linha de defesa, apontando para eventuais deficiências no sistema de controles internos e gerenciamento de riscos e de capital.

Dentre as áreas de risco e controle, o Grupo Pan conta com estrutura de governança de gestão de riscos e capital, responsável por garantir que todo o processo seja realizado segundo critérios estabelecidos pelo Grupo, e uma unidade organizacional dirigida para o controle do risco operacional, cujas principais atribuições são:

- Zelar para que a estrutura de gerenciamento do risco operacional seja adequada à natureza e a complexidade da Instituição, assim como assegurar a adequada implantação desta estrutura em linha com as definições e orientações estratégicas definidas pela Alta Gestão;
- Coordenar o processo de implantação do gerenciamento e controle do risco operacional em todos os níveis e empresas do Grupo Pan, por meio de disseminação da cultura e conhecimento, desenvolvimento de metodologia e critérios e suporte na aplicação destas metodologias através de ferramentas e procedimentos necessários a esse processo;
- Promover e coordenar ações e alternativas de mitigação do risco operacional, em conjunto com os gestores dos processos de negócio e de suporte;
- Capturar e reportar as perdas operacionais; e
- Identificar preventivamente o risco operacional inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias nos procedimentos e controles internos adotados pelo Grupo Pan.

iii. Gerenciamento de Capital

Ao longo de 2013 e 2014, o Banco Central divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aqueles referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O Conglomerado Prudencial PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de Capital Exigido, tomam-se como base a circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional.

O quadro a seguir apresenta o Patrimônio de Referência (PR) e o capital exigido (RWA), além dos índices de Capital Principal, Capital Nível I e Índice de Basileia do Conglomerado Financeiro PAN (dezembro/14) e do Conglomerado Prudencial PAN (dezembro/15). Demonstra-se a seguir o cálculo do Índice de Basileia.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de referência nível I	1.908.118	2.400.644
Capital Principal	1.908.118	2.400.644
Patrimônio de referência nível II	779.430	919.813
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.687.548	3.320.457
Patrimônio de referência	2.687.548	3.320.457
- Risco de crédito	18.697.144	18.804.777
- Risco de mercado	329.776	324.085
- Risco operacional	1.285.684	971.467
Ativo ponderado pelo risco – RWA	20.312.604	20.100.329
Índice de Basileia	13,23%	16,52%
Capital nível I	9,39%	11,94%
Capital nível II	3,84%	4,58%

Dívidas subordinadas por prazo de vencimento

As dívidas subordinadas atuais, que não contêm as cláusulas mais restritivas previstas em Basileia III, deverão ter seu saldo totalmente excluído do capital da Instituição Financeira até janeiro de 2022. A partir de janeiro/16, o percentual máximo que poderá ser utilizado do saldo da dívida subordinada equivale a 60% em relação ao valor informado em dezembro/12.

O Pan utiliza três instrumentos de dívidas subordinadas autorizados e elegíveis a compor seu PR Nível II. O quadro abaixo apresenta um resumo destes instrumentos, bem como seus prazos de vencimento, taxa de juros, periodicidade de pagamento de juros e valor nominal.

	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	31/12/2016	31/12/2015
Dívidas Subordinadas (1)	US\$ 500.000	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.576.844	2.203.182
Letras Financeiras (2)	R\$ 10.000	R\$	100,0% da taxa CDI + 1,35% ao ano	17.190	14.876
Letras Financeiras (3)	R\$ 100.000	R\$	100,0% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	156.631	139.288
Total				1.750.665	2.357.346

- (1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de “Receitas com juros e similares”, cujo montante foi de R\$ 68.879 no exercício findo em 31/12/2016 e (despesa de R\$ (207.498) no exercício findo em 31/12/2015). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (nota 9d), com vencimento em 23/04/2020;
- (2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018; e
- (3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

8) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades em moeda nacional	12.387	17.058
Disponibilidades em moeda estrangeira	7.134	30.985
Total de disponibilidades	19.521	48.043
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	-	353.543
Total de caixa e equivalentes de caixa	19.521	401.586

(1) Inclui apenas as operações, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

9) ATIVOS FINANCEIROS: MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO / MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO – DERIVATIVOS (ATIVO E PASSIVO)

O Banco Pan participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais e de compensação.

A Administração do Banco é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é atribuída à área de gestão de riscos corporativos, que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de processamento das operações.

O Banco utiliza instrumentos derivativos prioritariamente para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais em contrapartida às respectivas contas de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

9.a) Posições dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumentos Derivativos	Ativos / Passivos financeiros para negociação		Ao valor justo no resultado (*)	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Indexador:				
Swap				
- Diferencial a receber	4.315	38.619	157.058	645.474
- Diferencial a pagar	(494)	(4.351)	(145.240)	(11.455)
Termo de moeda				
- Posição comprada – NDF	-	(624)	-	-
Contratos futuros				
- Posição ativa	2.478	4.169	57	-
- Posição passiva	(748)	(10.153)	(652)	-
Total líquido	5.551	27.660	11.223	634.019

(*) Os swaps classificados como ao valor justo por meio do resultado referem-se a operação de *hedge* contábil de valor justo apresentada na (nota 3f).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

9.b) Abertura por vencimento (valor de referência):

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Swap	-	20.960	70.890	686.708	2.031.325	2.809.883	2.684.688
- Dólar x CDI	-	-	51.362	49.337	1.066.407	1.167.106	1.050.324
- CDI x Dólar	-	-	19.528	12.528	-	32.056	87.114
- CDI x Pré	-	-	-	610.543	822.934	1.433.477	1.441.011
- Pré x Dólar	-	20.960	-	14.300	-	35.260	44.025
- Libor x CDI	-	-	-	-	62.214	62.214	62.214
- Libor x Dólar	-	-	-	-	79.770	79.770	-
Termo de moeda	-	-	-	-	-	-	12.470
- Pré x Dólar	-	-	-	-	-	-	12.470
Contratos futuros	588.165	756.118	296.901	793.787	4.472.272	6.907.243	6.649.854
- DDI	1.628	24.286	58.004	70.351	120.580	274.849	638.358
- DI	584.907	712.163	238.897	723.436	4.351.692	6.611.095	5.853.890
- Dólar	1.630	19.669	-	-	-	21.299	157.606
Total	588.165	777.078	367.791	1.480.495	6.503.597	9.717.126	9.347.012

9.c) Local de negociação e contrapartes:

Valor de referência	31/12/2016	31/12/2015
CETIP (balcão)	2.809.883	2.697.158
BM&FBOVESPA (bolsa)	6.907.243	6.649.854
Total	9.717.126	9.347.012

Contrapartes: Em 31/12/2016 estão assim distribuídas: BM&F 71,08%, Instituições Financeiras 27,73%, e outros 1,19%.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

9.d) Hedge Contábil – Valor de Mercado:

	31/12/2016	31/12/2015
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.289.204	2.579.697
Swap – Dólar (1)	1.805.442	2.497.447
Futuros DDI BM&F – Dólar (2)	66.144	-
Swap – Dólar (2)	64.530	82.250
Futuros DI1 BM&F - Taxa Pré – Reais (3)	353.088	-
Posição Passiva	(3.700.766)	-
Swap – Taxa Pré – Reais (4)	(1.760.994)	-
Futuros DI1 BM&F - Taxa Pré – Reais (4)	(1.939.772)	-
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	3.137.864	-
Operações de Crédito (4)	3.137.864	-
Posição Passiva	(2.059.037)	(2.279.703)
Dívidas Subordinadas no Exterior (1)	(1.576.844)	(2.203.182)
Empréstimos no Exterior (2)	(134.101)	(76.521)
Certificados de depósitos a prazo (3)	(348.092)	-

(1) Em 23/06/2016 houve uma liquidação antecipada dos (*Bonds*), correspondente a 8,64% da dívida, no montante de US\$ 43.208, consequentemente foi realizada a baixa proporcional do instrumento derivativo que foi designado como *hedge* contábil;

(2) Utilizado como proteção da operação de empréstimo no Exterior junto com o BID;

(3) Utilizado como proteção do risco pré fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; e

(4) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal.

9.e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap – ganhos/perdas não realizadas	579.053	(1.245.125)	(666.072)	1.619.040	(1.272.093)	346.947
Swap – ganhos/perdas realizadas	254.137	(192.215)	61.922	543.309	(83.775)	459.534
Termo de moeda – ganhos/perdas não realizadas	2.186	(1.562)	624	27.575	(27.994)	(419)
Termo de moeda – ganhos/perdas realizadas	2.349	-	2.349	978	(4.092)	(3.114)
Opções - ganhos/perdas não realizadas	1.092	(1.475)	(383)	514	(971)	(457)
Opções - ganhos/perdas realizadas	812	(1.351)	(539)	1.696	(1.207)	489
Contratos futuros – ganhos/perdas realizadas	1.416.987	(1.646.793)	(229.806)	1.871.347	(1.940.502)	(69.155)
Total	2.256.616	(3.088.521)	(831.905)	4.064.459	(3.330.634)	733.825

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

10) INSTRUMENTOS DE DÍVIDA**a) Composição**

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros mantidos para negociação	71.749	5.212
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	46.340	3.703
Notas do Tesouro Nacional – NTN	25.409	1.509
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.034.497	930.664
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	706.294	394.082
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	189.179
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	328.203	347.403
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.153.971	1.189.511
Letras do Tesouro Nacional – LTN	896.852	790.674
Notas do Tesouro Nacional – NTN	256.785	398.520
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	334	317
Empréstimos e recebíveis	17.034	17.996
Certificado de Depósito Bancário – CDB	16.892	14.721
CEPAC	33	33
Outros	109	3.242
Total	2.277.251	2.143.383

b) Variações

“Instrumentos de dívida – ativos financeiros mantidos para negociação”:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo do início do exercício	5.212	475.980
Adições (alienações) líquidas	54.117	(500.172)
Ajuste a valor de mercado	84	4.385
Juros	12.336	25.019
Saldo do fim do exercício	71.749	5.212

“Instrumentos de dívida – ativos financeiros disponíveis para venda”:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo do início do exercício	930.664	1.371.486
Adições (alienações) líquidas	(30.272)	(574.441)
Ajuste a valor de mercado	784	4.970
Juros	135.565	130.272
Ágio/ Deságio	(2.244)	(1.623)
Saldo do fim do exercício	1.034.497	930.664

“Instrumentos de dívida – ativos financeiros mantidos até o vencimento”:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo do início do exercício	1.189.511	392.546
Adições (alienações) líquidas	(184.207)	697.016
Juros	148.667	99.949
Saldo do fim do exercício	1.153.971	1.189.511

“Instrumentos de dívida – empréstimos e recebíveis”:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo do início do exercício	17.996	33.556
Adições (alienações) líquidas	(4.144)	(19.516)
Juros	3.182	3.956
Saldo do fim do exercício	17.034	17.996

c) Prazo de vencimento

	31/12/2016	31/12/2015
Sem vencimento	377	3.492
Até 360 dias	701.029	219.305
Acima de 360 dias	1.575.845	1.920.586
Total	2.277.251	2.143.383

11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**a) Composição**

	31/12/2016	31/12/2015
Classificação:		
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	972.383	1.189.744
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras total líquidos	972.383	1.189.744
Tipo:		
Compra com compromisso de revenda	891.796	1.084.203
Depósitos interfinanceiros	80.587	105.541
Total	972.383	1.189.744

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Prazo de vencimento

Prazo	31/12/2016	31/12/2015
Até 30 dias	-	18.427
De 31 a 90 dias	913.705	1.086.109
De 91 a 180 dias	839	4.120
De 181 a 360 dias	52.292	60.067
Acima de 360 dias	5.547	21.021
Total	972.383	1.189.744

12) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES**a) Composição**

	31/12/2016	31/12/2015
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis - nota 7.2.1d		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado (1)	19.680.049	17.798.530
Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(945.188)	(812.225)
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	18.734.861	16.986.305

(1) Objeto de *hedge* contábil (nota 9d).

b) Abertura

	31/12/2016	31/12/2015
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal (1)	5.298.817	6.002.054
Empréstimos em consignação (1)	8.096.025	5.347.896
Capital de giro	1.473.079	1.973.287
Financiamentos habitacionais	536.381	631.391
Financiamento à exportação	524.382	740.102
Financiamento a titulares de cartões de crédito próprios (2)	1.416.649	853.919
Títulos e créditos a receber (3)	897.463	956.469
Adiantamento contratos de câmbio e rendas a receber	172.740	202.360
Empréstimos com garantia imobiliária	621.450	720.063
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	122.074	181.482
Outros	520.989	189.507
Total	19.680.049	17.798.530

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (nota 9d);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard; e

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e crédito a receber com características de concessão de crédito.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Prazo de vencimento

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Vencidos há mais de 14 dias	1.283.299	6,52	879.764	4,94
A vencer				
Até 30 dias	2.232.290	11,34	1.744.909	9,80
De 31 a 60 dias	751.301	3,82	674.290	3,79
De 61 a 90 dias	702.449	3,57	645.693	3,63
De 91 a 180 dias	1.977.899	10,05	1.843.561	10,36
De 181 a 360 dias	3.131.624	15,91	2.924.794	16,43
Acima de 360 dias	9.601.187	48,79	9.085.519	51,05
Total	19.680.049	100,00	17.798.530	100,00

d) Operações de venda e transferência de ativos financeiros

Nos exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/2015, foram realizadas cessões de créditos com instituição financeira, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	4.816.223	4.492.214	324.009	5.706.863	5.296.568	410.295
Empréstimo em consignação	6.941.601	5.177.993	1.763.608	6.241.440	5.025.384	1.216.056
Financiamentos habitacionais	6.149	5.916	233	170.341	163.052	7.289
Empreendimentos imobiliários	-	-	-	2.853	2.766	87
Empréstimos com garantia imobiliária	230.030	184.761	45.269	-	-	-
Total	11.994.003	9.860.884	2.133.119	12.121.497	10.487.770	1.633.727

(1) Contabilizado em “Receitas com juros e similares – Lucro nas cessões de crédito” (nota 29).

13) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS POR NÃO RECUPERAÇÃO (IMPAIRMENT) DE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo do início do exercício	(812.225)	(799.599)
Complemento de provisão	(1.053.458)	(913.196)
Baixa contra a provisão	920.495	900.570
Saldo do fim do exercício	(945.188)	(812.225)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

14) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/12/2016	31/12/2015
Veículos terrestres	50.114	64.897
Material em estoque	640	2.672
Imóveis	313.963	214.128
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(53.356)	(45.923)
Total	311.361	235.774

Os bens e as propriedades tomadas em dação de pagamento são mantidos para venda e os recursos obtidos pela venda são utilizados para reduzir as dívidas em aberto.

15) CRÉDITO TRIBUTÁRIO E PASSIVOS FISCAIS**a) Composição do crédito tributário e passivos fiscais**

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios e sobre os efeitos da taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis	(81.291)	(12.869)
Sobre prejuízos fiscais	1.490.833	1.496.211
Sobre diferenças temporárias	1.677.863	1.483.342
Sobre provisão para perda por redução ao valor recuperável	1.162.863	1.086.129
Sobre provisão de ações cíveis	99.173	68.717
Sobre provisão de ações trabalhistas	83.455	56.312
Sobre provisão de ações tributárias	4.603	7.055
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	18.059	15.939
Sobre ajuste ao valor de mercado	46.564	64.810
Outras	270.184	168.416
Total do ativo	3.094.443	2.950.720

	31/12/2016	31/12/2015
Passivo		
Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação	79.718	83.631
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	7.584	10.167
Provisão para impostos e contribuições	22.101	13.664
Total do passivo	109.403	107.462

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2016			31/12/2015		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	1.844.783	1.105.937	2.950.720	1.853.473	1.000.280	2.853.753
(+) Constituição de créditos	694.881	535.188	1.230.069	430.296	436.799	867.095
(-) Realização de créditos	(612.788)	(473.558)	(1.086.346)	(438.986)	(331.142)	(770.128)
Saldo do fim do exercício	1.919.891	1.167.567	3.087.458	1.844.783	1.105.937	2.950.720

c) Movimentação do imposto de renda corrente e diferido passivo

	31/12/2016			31/12/2015		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	103.279	4.183	107.462	130.055	13.821	143.876
(-) Realização de Passivos	1.736	205	1.941	(26.776)	(9.638)	(36.414)
Saldo do fim do exercício	105.015	4.388	109.403	103.279	4.183	107.462

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2016, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 06/02/2017.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Ano	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Ajustes de IFRS		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2016	-	384.365	-	14.303	-	(28.869)	-	369.799
2017	915.887	592.849	4.293	24.096	(97.072)	(37.543)	823.108	579.402
2018	655.545	288.168	96.006	20.022	(74.479)	(21.644)	677.072	286.546
2019	93.370	176.972	91.733	96.798	(10.608)	(13.292)	174.495	260.478
2020	24.072	66.724	117.600	160.322	(2.735)	(5.012)	138.937	222.034
2021	23.394	1.257	136.758	221.825	(2.658)	(94)	157.494	222.988
2022	11.272	10.883	159.029	254.561	(1.281)	(817)	169.020	264.627
2023	31.134	10.312	195.161	301.384	(3.537)	(777)	222.758	310.919
2024	21.553	10.312	212.782	342.203	(2.449)	(775)	231.886	351.740
2025	7.002	23.232	243.798	17.628	(796)	(1.742)	250.004	39.118
2026	18.046	-	194.268	-	(2.050)	-	210.264	-
Total	1.801.275	1.565.074	1.451.428	1.453.142	(197.665)	(110.565)	3.055.038	2.907.651

Em 31/12/2016, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco totalizava R\$ 1.807.469 (R\$ 1.558.769 em 31/12/2015).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 39.405 (R\$ 43.069 em 31/12/2015), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

e) Créditos Tributários não Ativados

Em 31/12/2016, o Banco possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 1.141.506 (R\$ 1.130.522 em 31/12/2015), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 456.602 (R\$ 452.206 em 31/12/2015), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas para o registro do referido crédito.

f) Encargos com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes da tributação	(272.240)	49.163
Encargos / créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	122.508	(22.123)
Ajustes de crédito tributário de Exercícios Anteriores	-	(6)
Constituição de Crédito Tributário de CSLL (1)	-	123.199
Reclassificação entre empresas - Ágio Cisão Total	-	(1.210)
Outros valores	(5.109)	(4.771)
Diferença de alíquota entre as empresas	8.669	(359)
Imposto de renda e contribuição social	126.068	94.730

(1) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança é válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

16) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

	Vencimento final	Indexador	Juros % a.a.	31/12/2016	31/12/2015
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	4.997	6.182
Cédula de Crédito Imobiliário	22/01/2044	INCC/IGPM/POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 Até 20,05	22.402	33.597
Total				27.399	39.779

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto.

Os mesmos são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que estes são adquiridos quando apresentarem características como: garantias, históricos de pagamento ou outros fatores que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

17) OUTROS ATIVOS

	31/12/2016	31/12/2015
Valores a receber por cessão de créditos	1.128.806	921.297
Depósitos judiciais e fiscais	266.922	243.404
Devedores diversos País	62.486	59.705
Valores a receber de sociedade ligadas	36.730	30.607
Relações interfinanceiras	16.576	18.398
Outros	50.474	61.241
Total	1.561.994	1.334.652

18) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E OUTROS

	31/12/2016	31/12/2015
Stone Pagamentos S.A. (1)	48.609	3.092
Câmara Interbancária de Pagamentos	379	379
Total	48.988	3.471

(1) Em 27/06/2016 o PAN aportou capital no montante de R\$ 12.360 na Stone Pagamentos S.A., a partir de ago/2016 o PAN passou a exercer influência significativa na empresa e desta forma começou a reconhecer tal investimento via equivalência patrimonial. O PAN possuía em 31/12/2016 participação de 10,10% neste investimento.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

19) ATIVO TANGÍVEL**a) Composição**

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2016	31/12/2015
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	47.680	(20.376)	27.304	36.433
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.425	(513)	912	1.033
Sistemas de processamento de dados	20%	22.444	(12.822)	9.622	12.451
Sistemas de transportes	20%	36	(36)	-	211
Total em 31/12/2016		71.585	(33.747)	37.838	-
Total em 31/12/2015		81.088	(30.960)	-	50.128

b) Variações

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transportes	31/12/2016
Saldos em 31/12/2015	36.433	1.033	12.451	211	50.128
Aquisições	4.517	24	2.295	-	6.836
Baixas	(6.530)	(4)	(682)	(174)	(7.390)
Depreciação	(7.116)	(141)	(4.442)	(37)	(11.736)
Saldo em 31/12/2016	27.304	912	9.622	-	37.838

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transportes	31/12/2015
Saldos em 31/12/2014	43.128	1.100	10.860	281	55.369
Aquisições	2.550	131	5.772	-	8.453
Baixas	(1.269)	(54)	(156)	-	(1.479)
Depreciação	(7.976)	(144)	(4.025)	(70)	(12.215)
Saldo em 31/12/2015	36.433	1.033	12.451	211	50.128

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

20) OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS**a) Composição**

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2016	31/12/2015
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	117.199	(69.658)	47.541	58.811
Total em 31/12/2016		117.199	(69.658)	47.541	-
Total em 31/12/2015		102.688	(43.877)	-	58.811

b) Variações

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo do início do exercício	58.811	35.843
Adições	18.663	47.263
Baixas	(2.095)	(6.945)
Amortização do exercício	(27.838)	(17.350)
Saldo do fim do exercício	47.541	58.811

21) DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**a) Composição**

	31/12/2016	31/12/2015
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	13.790.325	11.734.565
Tipos:		
Venda com compromisso de recompra	2.024.624	1.637.718
Depósitos interfinanceiros	11.765.701	10.096.847
Total	13.790.325	11.734.565

b) Prazo de vencimento

	31/12/2016	31/12/2015
Até 30 dias	13.593.975	11.274.927
De 31 a 90 dias	36.558	275.770
De 91 a 180 dias	5.820	11.129
De 181 a 360 dias	27.604	41.638
Acima de 360 dias	126.368	131.101
Total	13.790.325	11.734.565

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

22) DEPÓSITOS DE CLIENTES**a) Composição**

	31/12/2016	31/12/2015
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.568.833	2.000.264
Tipos:		
Depósitos à vista	54.762	73.247
Depósitos a prazo (1)	2.514.071	1.927.017
Total	2.568.833	2.000.264

(1) Objeto de *hedge* contábil (nota 9d).

b) Prazo de vencimento

	31/12/2016	31/12/2015
Sem vencimento	54.762	73.247
Até 30 dias	51.479	53.974
De 31 a 90 dias	5.691	232.382
De 91 a 180 dias	58.361	87.149
De 181 a 360 dias	161.388	103.280
Acima de 360 dias	2.237.152	1.450.232
Total	2.568.833	2.000.264

23) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
No Exterior (1) (2)	-	-	-	2.038	132.063	134.101	154.730
Total em 31/12/2016	-	-	-	2.038	132.063	134.101	-
Total em 31/12/2015	1.096	-	-	-	153.634	-	154.730

(1) Operação da Brazilian Securities junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e

(2) Objeto de *hedge* contábil (nota 9d).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

24) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Composição

	31/12/2016	31/12/2015
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	3.155.708	4.004.143
Tipos:		
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	1.721.091	1.615.174
Letras Financeiras – LF	1.170.627	1.555.272
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	256.377	825.064
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	7.613	8.633
Total	3.155.708	4.004.143

b) Prazo de vencimento

	31/12/2016	31/12/2015
Até 30 dias	558.526	175.075
De 31 a 90 dias	311.291	915.674
De 91 a 180 dias	383.848	603.373
De 181 a 360 dias	778.083	1.011.778
Acima de 360 dias	1.123.960	1.298.243
Total	3.155.708	4.004.143

25) DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Remuneração	31/12/2016	31/12/2015
No Exterior (1)(2):					
2020	10	US\$ 500.000	Taxa de 8,50% a.a.	1.576.844	2.203.182
Custos associados à emissão				(4.933)	(6.451)
Subtotal no Exterior				1.571.911	2.196.731
No País:					
2018 (3)	06	R\$ 10.000	100,0% CDI + 1,35% a.a.	17.190	14.876
2019 (4)	06	R\$ 100.000	100,0% IPCA + 5,60% a.a.	156.631	139.287
2019 (5)	05	R\$ 500	111% CDI	681	589
Subtotal no País				174.502	154.752
Total				1.746.413	2.351.483

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 68.879 no exercício findo em 31/12/2016 (despesa de R\$ (207.498) no exercício findo em 31/12/2015). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (nota 9d);

(2) Em 23/06/2016 foi realizado liquidação antecipada dos (*Bonds*) correspondente a 8,64% da dívida no montante de US\$ 43.208;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018;

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e

(5) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Variações

No Exterior	31/12/2016	31/12/2015
Saldos do início do exercício	2.196.731	1.415.540
Juros	120.459	158.254
Amortização	(135.783)	-
Pagamento de Juros	(138.843)	(148.378)
Variação cambial	(316.837)	624.300
MTM	(155.334)	145.497
Custo associado à emissão	1.518	1.518
Saldos do fim do exercício	1.571.911	2.196.731

No País	31/12/2016	31/12/2015
Saldos do início do exercício	154.752	132.774
Juros	19.750	21.978
Saldos do fim do exercício	174.502	154.752

26) PROVISÕES**a) Composição**

	31/12/2016	31/12/2015
Processos cíveis	222.741	153.638
Processos trabalhistas	188.330	132.741
Processos tributários	11.538	17.317
Total	422.609	303.696

b) Variações

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2015	153.638	132.741	17.317	303.696
Baixas	(101.579)	(102.669)	(12)	(204.260)
Constituições líquidas de reversões	170.682	158.258	(5.767)	323.173
Saldo em 31/12/2016	222.741	188.330	11.538	422.609

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2014	180.478	96.602	26.824	303.904
Baixas	(96.828)	(50.618)	(1.107)	(148.553)
Constituições líquidas de reversões	69.988	86.757	(8.400)	148.345
Saldo em 31/12/2015	153.638	132.741	17.317	303.696

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretensão enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco Pan ou das empresas controladas.

Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. O processo aguarda resultado de diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais antes do julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco Pan S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento final do Recurso Voluntário da empresa.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo e aguarda julgamento.

No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco Pan S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de *swap* da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Processos ainda em fase de julgamentos na esfera administrativa. Os processos encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento final do Recurso Voluntário da empresa.

No 2º trimestre de 2016, o Banco Pan S.A. recebeu dois autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visa exigir ISS incidentes sobre honorários decorrentes de serviços de cobrança, no período de 11/2011 a 10/2012, cujo montante atualizado de principal, multa e juros totalizou R\$ 8.650. O processo encontra-se no Conselho Municipal de Tributos, aguardando decurso do prazo para apresentação de recursos em face de decisão que determinou o cancelamento do Auto de Infração.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

27) OUTROS PASSIVOS

	31/12/2016	31/12/2015
Operações com cartões de crédito	665.762	664.709
Provisão para pagamentos a efetuar	492.834	225.313
Arrecadação de cobrança	77.501	51.521
Obrigações fiscais e previdenciárias	46.854	45.539
Negociação e intermediação de valores	33.390	45.341
Valores a pagar a sociedades ligadas	20.190	14.759
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	15.142	11.040
Valores específicos de consórcio	4.080	7.366
Outros	91.806	103.680
TOTAL	1.447.559	1.169.268

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

28) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.460.732 em 31/12/2016 e 31/12/2015. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Ordinárias	535.029.747	535.029.747
Preferenciais	394.010.416	394.010.416
Total	929.040.163	929.040.163

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

No exercício de 2016, o saldo da reserva para integridade do Patrimônio Líquido foi utilizado para a absorção do prejuízo do exercício.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em reunião do Conselho de Administração de 01/02/2016, aprovou-se o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2015, referendado na Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre as contas dos administradores de 2015, no valor bruto de R\$ 3.152, sendo R\$ 0,003392520 brutos por ação (R\$ 0,002881753 líquido de imposto de renda na fonte de 15%). A seguir demonstra-se o cálculo dos juros sobre o capital próprio relativo ao exercício findo em 31/12/2015.

	31/12/2015	% (1)
Lucro líquido	8.052	
(-) Reserva Legal	(403)	
Base de cálculo	7.649	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	3.152	41,2%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(472)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	2.677	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

d) Prejuízo/Lucro básico e diluído por ação

O prejuízo/lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, demonstrado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo/Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	(146.174)	143.891
Prejuízo/Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	(146.174)	143.891
Número Médio Ponderado de ações ordinárias em circulação (mil)	535.029	535.029
Prejuízo/Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	(0,27)	0,27

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

29) RECEITA LÍQUIDA COM JUROS

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas com juros e similares		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.892.657	4.821.894
Lucro nas cessões de crédito (nota 12d)	2.133.119	1.633.727
Títulos e valores mobiliários	295.930	257.367
Títulos emprestados a operações compromissadas	161.165	128.317
Outras	231.923	364.206
Total de receitas com juros	7.714.794	7.205.511
Despesas com juros e similares		
Depósitos de instituições financeiras	(1.563.096)	(1.103.339)
Recurso de emissão de títulos	(503.181)	(598.411)
Depósitos de clientes	(402.049)	(488.971)
Títulos tomados em empréstimos e operações compromissadas	(302.397)	(223.793)
Créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios	(42.568)	(71.087)
Operações de arrendamento mercantil	(19.323)	(98.508)
Títulos e valores mobiliários	(4.063)	(41.473)
Variações cambiais líquidas (1)	302.042	(629.417)
Dívidas subordinadas	15.812	(330.705)
Outras	(177.767)	(353.288)
Total de despesas com juros	(2.696.590)	(3.938.992)
Total	5.018.204	3.266.519

(1) Contempla variações cambiais de ativos e passivos.

30) RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

	31/12/2016	31/12/2015
Cartões de crédito	120.725	105.108
Avaliação de Bens	78.772	82.165
Comissão / intermediação	61.959	49.533
Administração de consórcios	24.748	22.174
Outras	11.088	12.326
Total	297.292	271.306

31) DESPESAS DE PESSOAL

	31/12/2016	31/12/2015
Proventos	303.764	322.796
Encargos sociais	106.166	98.543
Benefícios	71.222	71.156
Honorários	24.892	32.521
Outros	2.771	3.505
Total	508.815	528.521

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

32) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2016	31/12/2015
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.232.438	1.001.913
Serviços de terceiros	228.483	190.092
Serviços do sistema financeiro	153.169	152.407
Processamento de dados	140.334	113.518
Aluguéis	51.328	48.842
Comunicações	49.576	43.816
Despesas com busca e apreensão de bens	28.767	25.058
Propaganda, promoções e publicidade	19.777	26.773
Taxas e emolumentos	7.603	8.735
Viagens	6.111	8.739
Transporte	5.033	5.077
Manutenção e conservação de bens	4.904	4.918
Materiais de consumo	703	804
Outras	104.741	88.382
Total	2.032.967	1.719.074

33) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição à COFINS	162.465	162.114
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	29.383	35.062
Contribuição ao PIS	27.161	27.519
Impostos e taxas	16.112	19.064
Total	235.121	243.759

34) PROVISÕES (LÍQUIDAS)

	31/12/2016	31/12/2015
Riscos tributários / fiscais	5.767	6.040
Riscos cíveis	(170.596)	(66.627)
Riscos trabalhistas	(158.465)	(86.705)
Total	(323.294)	(147.292)

35) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de encargos e despesas	100.027	71.557
Despesa de cessão de operações de crédito	(505.108)	(472.375)
Variação monetária ativa/passiva	(191.081)	(387.593)
Gravames	(23.851)	(25.502)
Prejuízo com operações de crédito / financiamento e fraudes	(18.553)	(17.890)
Outras	(88.895)	(34.239)
Total	(727.461)	(866.042)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

36) PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas do Banco incluem partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto e aqueles em que o Banco é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada do Banco.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Grau de relação	Prazo máximo	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
			Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
			(Passivo)	(Passivo)	(Despesas)	(Despesas)
Disponibilidades (a)						
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	10.320	3.318	-	-
Total			10.320	3.318	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (b)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	Sem prazo	-	-	5.327	13.039
Caixa Econômica Federal	Controlador	01/07/2016	-	-	5.647	2.539
Total			-	-	10.974	15.578
Cessão de crédito (c)						
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	1.128.806	921.297	-	-
Total			1.128.806	921.297	-	-
Outros Ativos						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	Sem prazo	-	456	-	-
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	30.053	25.376	-	-
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	6.583	4.583	-	-
Panamericana Adm. E Corretagem de Seg. de Prev. Privada Ltda.	Ligada	Sem prazo	13	11	-	-
Total			36.649	30.426	-	-
Depósitos de clientes (d)						
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	(340)	(245)	-	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	Ligada	Sem prazo	(154)	(101)	-	-
Pessoal chave da administração		Sem prazo	(1)	(3)	-	-
Total			(495)	(349)	-	-
Depósitos de instituições financeiras (e)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	02/01/2017	(435.077)	(310.000)	(66.077)	(213.264)
Caixa Econômica Federal	Controlador	26/01/2017	(11.231.214)	(9.691.077)	(1.484.658)	(857.720)
Total			(11.666.291)	(10.001.077)	(1.550.735)	(1.070.984)
Depósitos de clientes (f)						
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	Ligada	23/11/2018	(29.815)	(14.569)	(3.003)	(1.948)
Banco BTG Pactual S.A.	Ligada	19/07/2018	(208)	-	(13)	-
Total			(30.023)	(14.569)	(3.016)	(1.948)

Banco Pan S.A. – Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Derivativos						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	02/01/2017	(527.189)	(630.001)	(72.086)	(27.648)
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	-	(901)	(477)	(932)
Total			(527.189)	(630.902)	(72.563)	(28.580)
Recursos de emissão de títulos (g)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	13/08/2018	(161.299)	(508.200)	(37.080)	(67.339)
Pessoal chave da administração		04/02/2021	(37.845)	(33.409)	(4.525)	(3.681)
Total			(199.144)	(541.609)	(41.605)	(71.020)
Derivativos (h)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	15/02/2022	13.399	351.450	(280.326)	124.447
Total			13.399	351.450	(280.326)	124.447
Outros Passivos						
PAN Seguros	Ligada	Sem prazo	(19.927)	(14.759)	-	-
Total			(19.927)	(14.759)	-	-
Receitas de tarifas e comissões (i)						
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	-	-	58.081	49.252
Total			-	-	58.081	49.252
Despesa de pessoal (j)						
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	-	-	(395)	(340)
Total			-	-	(395)	(340)
Outras despesas administrativas						
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	-	-	(4.178)	(2.071)
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	Sem prazo	-	-	(271)	(868)
BTG Pactual Corretora	Ligada	Sem prazo	-	-	(115)	(108)
Tecban S.A.	Ligada	Sem prazo	-	-	(1.362)	(990)
Câmara Interbancária de Pagamentos	Ligada	Sem prazo	-	-	(9.712)	(9.136)
Total			-	-	(15.638)	(13.173)
Receitas com juros e similares						
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	-	-	2.104.548	1.633.727
Total			-	-	2.104.548	1.633.727

(a) Referem-se as contas corrente das empresas Pan Holding S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

(g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97,7% do CDI;

(h) Referem-se às operações de *swap*;

(i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios; e

(j) Referem-se à parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Remuneração dos administradores:

No Banco Pan, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2016, o valor global máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2016 no montante de R\$ 30.000 (R\$ 35.000 em 2015) (despesas de honorários). No Grupo PAN o valor para o ano 2016 é de R\$ 60.000 (R\$ 70.000 em 2015).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de honorários	24.892	32.521
Contribuição ao INSS	5.601	7.317
Total	30.493	39.838

(1) Registrados na rubrica de “Despesas de Pessoal”.

O Banco não possui planos de benefício pós-emprego, para os quais seja requerida a constituição de passivo atuarial, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

37) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/05/2015, a PREVIC aprovou a retirada de patrocínio do Banco PAN no Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer parte da política/plano de benefícios adotado pela instituição. No exercício findo em 31/12/2015, o montante da contribuição foi de R\$ 230 no exercício.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2016 a R\$ 71.222 (R\$ 69.373 no exercício de 31/12/2015).

38) ATIVOS OFERECIDOS EM GARANTIA

	31/12/2016	31/12/2015
Instrumentos de dívida:		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	361.592	100.590
Letras do Tesouro Nacional – LTN	782.181	726.020
Notas do Tesouro Nacional – NTN	175.474	448.092
Certificado de Depósito Bancário – CDB	14.480	12.784
Cotas de Fundos de Renda Fixa	100	3.132
Total	1.333.827	1.290.618

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

39) GARANTIAS PRESTADAS E COMPROMISSOS CONTRATUAIS

O “máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores de principal (*notional*) que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

	31/12/2016	31/12/2015
Garantias e outras fianças:		
Garantias financeiras	(278.756)	(277.656)
Depositários de valores em custódia	(14.926)	(53.055)
Total de garantias prestadas	(293.682)	(330.711)

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro, portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham nenhum impacto em sua liquidez.

40) SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Financeiro;
- Consórcios;
- Securitização;
- Promotora de Vendas; e
- Outros.

O segmento Financeiro corresponde as operações bancárias em geral e operações de arrendamento mercantil.

O segmento Consórcio tem como objetivo administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis, utilitários, motocicletas, eletroeletrônicos e imóveis, por meio de autofinanciamento.

O segmento de Securitização tem como objetivo a aquisição e securitização de créditos hipotecários e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

hipotecários e imobiliários; a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs, podendo emitir outros títulos de créditos; e a prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e créditos imobiliários.

O segmento de Promotora de Vendas constitui a atuação como correspondente bancário do Banco.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

As demonstrações de resultado sintéticas e outros dados significativos estão relacionados a seguir:

	31/12/2016						
	Financeiro	Consórcios	Securitização	Promotora de Vendas	Outros	Eliminações	Total
Receitas com juros e similares	7.581.965	1.835	104.256	34.554	16.792	(24.608)	7.714.794
Despesas com juros e similares	(2.684.500)	-	(36.692)	(6)	-	24.608	(2.696.590)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	4.897.465	1.835	67.564	34.548	16.792	-	5.018.204
Perdas por redução ao valor recuperável com ativos financeiros (líquidas)	(1.053.458)	-	-	-	-	-	(1.053.458)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	228.680	-	-	-	-	-	228.680
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS	4.072.687	1.835	67.564	34.548	16.792	-	4.193.426
Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros	(788.609)	-	(47.450)	-	-	-	(836.059)
Resultado de instrumentos de patrimônio mantidos para negociação	84	-	(4.238)	-	-	-	(4.154)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(788.693)	-	(43.212)	-	-	-	(831.905)
Ganhos (perdas) líquidas com ativos financeiros disponíveis para venda	7.716	-	-	-	-	-	7.716
Receitas de tarifas e comissões	269.128	24.764	1.939	161.650	-	(160.189)	297.292
Despesas administrativas	(2.524.893)	(29.918)	(22.796)	(123.756)	(608)	160.189	(2.541.782)
Despesas de pessoal	(394.829)	(4.171)	(10.717)	(99.098)	-	-	(508.815)
Outras despesas administrativas	(2.130.064)	(25.747)	(12.079)	(24.658)	(608)	160.189	(2.032.967)
Depreciações e amortizações	(36.266)	(36)	-	(3.272)	-	-	(39.574)
Despesas tributárias	(200.041)	(2.878)	(7.197)	(23.945)	(1.060)	-	(235.121)
Provisões (líquidas)	(265.157)	557	(74)	(57.033)	(1.587)	-	(323.294)
Outras receitas (despesas) operacionais	(736.562)	(247)	4.283	69	1.727	3.269	(727.461)
Resultado na alienação de ativo não corrente destinado à venda	(65.875)	-	70	(715)	-	-	(66.520)
Resultado de participação em coligadas	(863)	-	-	-	-	-	(863)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(268.735)	(5.923)	(3.661)	(12.454)	15.264	3.269	(272.240)

Banco Pan S.A. – Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2015						
	Financeiro	Consórcios	Securitização	Promotora de Vendas	Outros	Eliminações	Total
Receitas com juros e similares	7.067.246	2.042	100.651	33.689	17.447	(15.564)	7.205.511
Despesas com juros e similares	(3.871.856)	-	(82.700)	-	-	15.564	(3.938.992)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	3.195.390	2.042	17.951	33.689	17.447	-	3.266.519
Perdas por redução ao valor recuperável com ativos financeiros (líquidas)	(905.435)	-	(7.761)	-	-	-	(913.196)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	302.334	-	-	-	-	-	302.334
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APOS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS	2.592.289	2.042	10.190	33.689	17.447	-	2.655.657
Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros	717.528	-	15.811	-	1	-	733.340
Resultado de instrumentos de patrimônio mantidos para negociação	4.386	-	(4.872)	-	1	-	(485)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	713.142	-	20.683	-	-	-	733.825
Ganhos (perdas) líquidas com ativos financeiros disponíveis para venda	2.008	-	-	-	-	-	2.008
Receitas de tarifas e comissões	245.640	22.186	1.728	264.948	-	(263.196)	271.306
Despesas administrativas	(2.226.239)	(19.811)	(28.916)	(235.216)	(609)	263.196	(2.247.595)
Despesas de pessoal	(310.344)	(4.986)	(15.833)	(197.358)	-	-	(528.521)
Outras despesas administrativas	(1.915.895)	(14.825)	(13.083)	(37.858)	(609)	263.196	(1.719.074)
Depreciações e amortizações	(25.259)	(62)	-	(4.244)	-	-	(29.565)
Despesas tributárias	(195.298)	(3.002)	(5.609)	(38.513)	(1.337)	-	(243.759)
Provisões (líquidas)	(158.877)	(2.937)	26.730	(12.208)	-	-	(147.292)
Outras receitas (despesas) operacionais	(854.351)	727	(13.328)	1.284	(51.291)	50.917	(866.042)
Resultado na alienação de ativo não corrente destinado à venda	(72.631)	108	(5.219)	(1.169)	16	-	(78.895)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	24.810	(749)	1.387	8.571	(35.773)	50.917	49.163

Banco Pan S.A. – Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Financeiro	Consórcios	Securitização	Promotora de Vendas	Outros	Eliminações	Total
Total de ativos em 31/12/2016	27.842.277	54.051	398.187	215.151	164.464	(898.073)	27.776.057
Total de passivos em 31/12/2016	24.157.953	11.418	184.108	12.805	9.817	(284.367)	24.091.734
Total de ativos em 31/12/2015	26.132.657	36.610	400.737	279.645	153.370	(767.452)	26.235.567
Total de passivos em 31/12/2015	22.341.767	20.037	186.648	52.970	7.658	(164.404)	22.444.676



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

As demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), foram aprovadas pela Diretoria em 30/03/2017.

A DIRETORIA

CONTADOR

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pan S.A. (“Banco”, “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento às empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário às pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários – CRIs, emissão de certificados de recebíveis do agronegócio - CRAs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o PAN realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e conseqüente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira.

Através de um acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A., abaixo demonstra-se a composição acionária atual do Banco PAN:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,00	102.031.711	25,90	374.896.904	40,35
Caixa Participações S.A.	262.164.546	49,00	112.732.358	28,61	374.896.904	40,35
Conselho de Administração	3	-	4	-	7	-
Mercado	5	-	179.246.343	45,49	179.246.348	19,30
Total	535.029.747	100,00	394.010.416	100,00	929.040.163	100,00

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas (“Consolidado”), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
8. Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;

Ao longo de 2016 o Banco Central aprovou os CPC's abaixo mencionados que passarão a vigorar em 01/01/2017:

10. CPC 04 – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; e
11. CPC 27 – Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/2016, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 06/02/2017.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2016	31/12/2015
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	99,97
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária.	100,00	100,00
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	99,99
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	99,99
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1)	-	99,99

(1) Empresa incorporada pelo Banco Pan S.A. em 20/12/2016 (aguardando aprovação do BACEN).

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward – NDF*) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados na nota 7c e 7g.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no Exterior.

O Banco PAN, adotou a partir de 02/01/2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.

No exercício encerrado em 31/12/2016, o valor lançado para despesa relativo a 2/3 das comissões no ato da originação foi de R\$ (304.727).

j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

k) Investimentos:

As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras a alíquota de 20% a partir de set/2015 e para as demais empresas alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

r) Passivos circulante e exigível a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

t) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

u) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

v) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)(6)	Outros (7)(8)	Eliminações (9)	Total
Circulante	12.839.568	1.888	123.667	14.626	32.222	(69.897)	12.942.074
Realizável a longo prazo	13.851.293	52.051	271.696	196.470	132.215	(214.470)	14.289.255
Permanente	878.236	113	2.824	4.055	-	(610.981)	274.247
Total em 31/12/2016	27.569.097	54.052	398.187	215.151	164.437	(895.348)	27.505.576
Total em 31/12/2015	25.994.196	36.610	400.737	279.645	153.355	(767.451)	26.097.092

Passivo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)(6)	Outros (7)(8)	Eliminações (9)	Total
Circulante	18.385.987	3.883	27.675	5.096	7.243	(69.897)	18.359.987
Exigível a longo prazo	5.770.154	7.536	156.433	7.708	5.272	(214.470)	5.732.633
Resultado de exercícios futuros	794	-	-	-	-	-	794
Patrimônio líquido	3.412.162	42.633	214.079	202.347	151.922	(610.981)	3.412.162
Total em 31/12/2016	27.569.097	54.052	398.187	215.151	164.437	(895.348)	27.505.576
Total em 31/12/2015	25.994.196	36.610	400.737	279.645	153.355	(767.451)	26.097.092

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

Demonstração do Resultado	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)(6)	Outros (7)(8)	Eliminações (9)	Total
- Receitas da intermediação financeira	6.536.663	1.835	(8.797)	33.962	17.694	(24.608)	6.556.749
- Despesas da intermediação financeira	(3.718.055)	-	16.243	-	-	24.608	(3.677.204)
Resultado bruto da intermediação financeira	2.818.608	1.835	7.446	33.962	17.694	-	2.879.545
- Outras receitas/despesas operacionais	(3.230.670)	(7.758)	(11.179)	(45.700)	(1.305)	-	(3.296.612)
- Resultado de equivalência patrimonial	29.888	-	-	-	-	3.270	33.157
- Resultado não operacional	(65.853)	-	70	(716)	-	-	(66.498)
- Provisão para IR e CSLL	2.10.787	1.984	1.321	4.553	(5.477)	-	213.168
- Minoritário	2	-	-	-	-	-	2
Resultado Líquido em 31/12/2016	(237.238)	(3.939)	(2.342)	(7.901)	10.912	3.270	(237.238)
Resultado Líquido em 31/12/2015	(12.187)	(511)	(7.318)	6.385	(40.828)	62.511	8.052

(1) Representado pelas empresas Banco Pan S.A., Pan Arrendamento Mercantil S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(2) Em 30/09/2015 a empresa BMSR II Participações S.A foi totalmente cindida;

(3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.;

(4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(5) Representados pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.;

(6) A empresa Panserv Prestadora de Serviços Ltda. foi incorporada pelo Banco Pan em 20/12/2016;

(7) Representados pelas empresas Brazilian Finance & Real Estate S.A. e Pan Holding S.A.;

(8) Em 30/09/2015 a empresa Pan Holding S.A foi totalmente cindida; e

(9) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades em moeda nacional	290	12.171	12.387	17.058
Disponibilidades em moeda estrangeira	7.134	30.985	7.134	30.985
Total de disponibilidades (caixa)	7.424	43.156	19.521	48.043
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	-	353.543	-	353.543
Total	7.424	396.699	19.521	401.586

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição Bancada							
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	18.000
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	162.615	-	-	-	162.615	640.289
Subtotal	-	162.615	-	-	-	162.615	658.289
Posição Financiada							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Subtotal	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Posição Vendida							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	269.867
Subtotal	-	-	-	-	-	-	269.867
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.641	58.242	118.004	564.112	9.289	756.288	627.594
Total em 31/12/2016	6.641	950.038	118.004	564.112	9.289	1.648.084	-
Total em 31/12/2015	32.158	1.102.432	49.284	442.191	85.732	-	1.711.797

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição Bancada							
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	18.000
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	162.615	-	-	-	162.615	640.289
Subtotal	-	162.615	-	-	-	162.615	658.289
Posição Financiada							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Subtotal	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Posição Vendida							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	269.867
Subtotal	-	-	-	-	-	-	269.867
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	21.909	838	52.292	5.548	80.587	105.541
Total em 31/12/2016	-	913.705	838	52.292	5.548	972.383	-
Total em 31/12/2015	18.427	1.086.109	4.120	60.067	21.021	-	1.189.744



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de aplicações em operações compromissadas:				
Posição bancada	30.529	28.144	30.529	28.144
Posição financiada	101.741	61.185	101.741	61.185
Posição vendida	15.402	27.688	15.402	27.688
Subtotal	147.672	117.017	147.672	117.017
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	86.889	45.486	13.493	11.300
Total (Nota 7h)	234.561	162.503	161.165	128.317

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2016 e em 31/12/2015, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Carteira Própria:	379.251	344.450	719.922	733.501
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	2.411	1.938
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	328.203	347.403
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	196.015	177.483	206.045	217.066
Letras do Tesouro Nacional – LTN	140.080	64.654	140.080	64.654
Notas do Tesouro Nacional – NTN	42.822	101.996	42.822	101.996
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	27	27
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	334	317	334	317
Outros	-	-	-	100
Vinculados a compromisso de recompra:	1.319.247	1.274.702	1.319.247	1.274.702
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	361.592	100.590	361.592	100.590
Letras do Tesouro Nacional – LTN	782.181	726.020	782.181	726.020
Notas do Tesouro Nacional – NTN	175.474	448.092	175.474	448.092
Vinculados ao Banco Central:	-	-	51.151	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (1)	-	-	51.151	-
Vinculados à prestação de garantias:	131.231	55.930	186.916	135.165
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	92.742	16.810	133.847	80.129
Notas do Tesouro Nacional – NTN	38.489	39.120	38.489	39.120
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	14.480	12.784
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	100	3.132
Total de títulos e valores mobiliários	1.829.729	1.675.082	2.277.236	2.143.368
Instrumentos financeiros derivativos:	177.839	684.093	161.373	684.093
Diferenciais a receber de “swap”	177.839	684.093	161.373	684.093
Total	2.007.568	2.359.175	2.438.609	2.827.461

(1) Valor vinculado ao BACEN, decorrente do aumento de capital da empresa Pan Arrendamento Mercantil, que foi homologado pelo BACEN em 25/01/2017 (Nota 13a).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Composição por categorias e prazos individual e consolidado:

Banco	31/12/2016						31/12/2015			
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1) (2)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1) (2)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação										
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	46.340	-	46.340	46.368	(28)	3.703	1
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	21.053	4.356	-	-	25.409	25.286	123	-	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	1.509	10
Total de títulos para negociação	-	21.053	4.356	46.340	-	71.749	71.654	95	5.212	11
Títulos disponíveis para venda										
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	559.756	44.253	604.009	604.807	(798)	291.180	38
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	189.179	(1.633)
Total de títulos disponíveis para venda	-	-	-	559.756	44.253	604.009	604.807	(798)	480.359	(1.595)
Títulos mantidos até o vencimento (3)										
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	652.437	244.415	-	-	896.852	896.852	-	790.674	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	334	-	247.838	-	8.947	256.785	256.785	-	398.520	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	334	-	-	-	-	334	334	-	317	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	334	652.437	492.253	-	8.947	1.153.971	1.153.971	-	1.189.511	-
Total	334	673.490	496.609	606.096	53.200	1.829.729	1.830.432	(703)	1.675.082	(1.584)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Consolidado	31/12/2016					31/12/2015				
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:										
Letra Financeira do Tesouro – LFT	-	-	-	46.340	-	46.340	46.368	(28)	3.703	1
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	21.053	4.356	-	-	25.409	25.286	123	-	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	1.509	10
Cotas de fundo de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-
Total de títulos para negociação	-	21.053	4.356	46.340	-	71.749	71.654	95	5.239	11
Títulos disponíveis para venda:										
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	654.837	51.457	706.294	707.237	(943)	394.082	39
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	189.179	(1.633)
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	1.907	11.582	-	16.892	16.892	-	14.722	-
Cotas de fundos de investimento	-	3.403	127	-	-	127	127	-	3.132	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	24.036	60.209	52.814	191.144	328.203	349.038	(20.835)	347.403	(28.765)
Total de títulos disponíveis para venda	-	27.566	62.116	719.233	242.601	1.051.516	1.073.294	(21.778)	948.518	(30.359)
Títulos mantidos até o vencimento (3):										
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	652.437	244.415	-	-	896.852	896.852	-	790.674	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	247.838	-	8.947	256.785	256.785	-	398.520	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	334	-	-	-	-	334	334	-	317	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	334	652.437	492.253	-	8.947	1.153.971	1.153.971	-	1.189.611	-
Total	334	701.056	558.725	765.573	251.548	2.277.236	2.298.919	(21.683)	2.143.368	(30.348)

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;

(2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 10.723 (31/12/2015 – inferior em R\$ 45.332); e

(3) Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Instrumentos financeiros derivativos:

Banco	31/12/2016				31/12/2015			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:	2.947.467	177.839	182.473	(4.634)	2.834.742	684.093	684.292	(199)
Swap	2.947.467	177.839	182.473	(4.634)	2.822.272	684.093	684.292	(199)
Termo de moeda	-	-	-	-	12.470	-	-	-
Posição passiva:	2.947.467	(145.734)	(63.867)	(81.867)	2.834.742	(29.751)	(20.647)	(9.104)
Swap	2.947.467	(145.734)	(63.867)	(81.867)	2.822.272	(29.127)	(20.397)	(8.730)
Termo de moeda	-	-	-	-	12.470	(624)	(250)	(374)
Subtotal posição líquida	-	32.105	118.606	(86.501)	-	654.342	663.645	(9.303)
Contratos futuros	-	1.135	1.135	-	-	(5.984)	(5.984)	-
Posição ativa	6.907.243	2.535	2.535	-	6.649.854	4.169	4.169	-
Posição passiva	6.907.243	(1.400)	(1.400)	-	6.649.854	(10.153)	(10.153)	-
Total		33.240	119.741	(86.501)		648.358	657.661	(9.303)

Consolidado	31/12/2016				31/12/2015			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:	2.809.883	161.373	169.659	(8.286)	2.697.158	684.093	684.307	(214)
Swap	2.809.883	161.373	169.659	(8.286)	2.684.688	684.093	684.307	(214)
Termo de moeda	-	-	-	-	12.470	-	-	-
Posição passiva:	2.809.883	(145.734)	(64.185)	(81.549)	2.697.158	(16.430)	(5.233)	(11.197)
Swap	2.809.883	(145.734)	(64.185)	(81.549)	2.684.688	(15.806)	(4.983)	(10.823)
Termo de moeda	-	-	-	-	12.470	(624)	(250)	(374)
Subtotal posição líquida	-	15.639	105.474	(89.835)	-	667.663	679.074	(11.411)
Contratos futuros	-	1.135	1.135	-	-	(5.984)	(5.984)	-
Posição ativa	6.907.243	2.535	2.535	-	6.649.854	4.169	4.169	-
Posição passiva	6.907.243	(1.400)	(1.400)	-	6.649.854	(10.153)	(10.153)	-
Total		16.774	106.609	(89.835)		661.679	673.090	(11.411)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

d) Abertura por vencimento (valor de referência):

Banco	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Swap	-	20.960	70.890	686.708	2.168.909	2.947.467	2.822.272
Dólar x CDI	-	-	51.362	49.337	1.066.407	1.167.106	1.050.324
CDI x Dólar	-	-	19.528	12.528	-	32.056	87.114
CDI x Pré	-	-	-	610.543	822.934	1.433.477	1.441.011
Pré x Dólar	-	20.960	-	14.300	-	35.260	44.025
Libor x CDI	-	-	-	-	62.214	62.214	-
CDI x Libor	-	-	-	-	137.584	137.584	137.584
Libor x CDI	-	-	-	-	-	-	62.214
Libor x Dólar	-	-	-	-	79.770	79.770	-
Termo de moeda	-	-	-	-	-	-	12.470
Pré x Dólar	-	-	-	-	-	-	12.470
Contratos futuros	588.165	756.118	296.901	793.787	4.472.272	6.907.243	6.649.854
DDI	1.628	24.286	58.004	70.351	120.580	274.849	638.358
DI	584.907	712.163	238.897	723.436	4.351.692	6.611.095	5.853.890
Dólar	1.630	19.669	-	-	-	21.299	157.606
Total	588.165	777.078	367.791	1.480.495	6.641.181	9.854.710	9.484.596

Consolidado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Swap	-	20.960	70.890	686.708	2.031.325	2.809.883	2.684.688
Dólar x CDI	-	-	51.362	49.337	1.066.407	1.167.106	1.050.324
CDI x Dólar	-	-	19.528	12.528	-	32.056	87.114
CDI x Pré	-	-	-	610.543	822.934	1.433.477	1.441.011
Pré x Dólar	-	20.960	-	14.300	-	35.260	44.025
Libor x CDI	-	-	-	-	62.214	62.214	62.214
Libor x Dólar	-	-	-	-	79.770	79.770	-
Termo de moeda	-	-	-	-	-	-	12.470
Pré x Dólar	-	-	-	-	-	-	12.470
Contratos futuros	588.165	756.118	296.901	793.787	4.472.272	6.907.243	6.649.854
DDI	1.628	24.286	58.004	70.351	120.580	274.849	638.358
DI	584.907	712.163	238.897	723.436	4.351.692	6.611.095	5.853.890
Dólar	1.630	19.669	-	-	-	21.299	157.606
Total	588.165	777.078	367.791	1.480.495	6.503.597	9.717.126	9.347.012

e) Local de negociação e contrapartes:

Valor de referência	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CETIP (balcão)	2.947.467	2.834.742	2.809.883	2.697.158
BM&FBOVESPA (bolsa)	6.907.243	6.649.854	6.907.243	6.649.854
Total	9.854.710	9.484.596	9.717.126	9.347.012

Contrapartes: Em 31/12/2016 estão assim distribuídas: BM&F 70,09%, Instituições Financeiras 27,73%, e outros 2,18%.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

f) Hedge Contábil – Valor de Mercado:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Instrumentos Financeiros				
Posição Ativa	2.158.530	2.497.447	2.289.204	2.579.697
Swap – Dólar (1)	1.805.442	2.497.447	1.805.442	2.497.447
Futuros DDI BM&F – Dólar (2)	-	-	66.144	-
Swap – Dólar (2)	-	-	64.530	82.250
Futuros DI1 BM&F - Taxa Pré – Reais (3)	353.088	-	353.088	-
Posição Passiva	(3.700.766)	-	(3.700.766)	-
Swap – Taxa Pré – Reais (4)	(1.760.994)	-	(1.760.994)	-
Futuros DI1 BM&F - Taxa Pré – Reais (4)	(1.939.772)	-	(1.939.772)	-
Objeto de Hedge				
Posição Ativa	3.137.864	-	3.137.864	-
Operações de Crédito (4)	3.137.864	-	3.137.864	-
Posição Passiva	(1.924.936)	(2.203.182)	(2.059.037)	(2.279.703)
Dívidas Subordinadas no Exterior (1)	(1.576.844)	(2.203.182)	(1.576.844)	(2.203.182)
Empréstimos no Exterior (2)	-	-	(134.101)	(76.521)
Certificados de depósitos a prazo (3)	(348.092)	-	(348.092)	-

(1) Em 23/06/2016 houve uma liquidação antecipada dos (*Bonds*), correspondente a 8,64% da dívida, no montante de US\$ 43.208, consequentemente foi realizada a baixa proporcional do instrumento derivativo que foi designado como hedge contábil;

(2) Utilizado como proteção da operação de empréstimo no Exterior junto com o BID;

(3) Utilizado como proteção do risco pré fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; e

(4) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal.

g) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	Banco			Consolidado		
	31/12/2016			31/12/2016		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	875.929	(1.436.867)	(560.938)	833.190	(1.437.340)	(604.150)
Termo de moeda	4.535	(1.562)	2.973	4.535	(1.562)	2.973
Opções	1.904	(2.826)	(922)	1.904	(2.826)	(922)
Futuro	1.416.987	(1.646.793)	(229.806)	1.416.987	(1.646.793)	(229.806)
Total em 31/12/2016	2.299.355	(3.088.048)	(788.693)	2.256.616	(3.088.521)	(831.905)
Total em 31/12/2015	3.950.951	(3.237.809)	713.142	4.064.459	(3.330.634)	733.825

h) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Títulos de renda fixa	236.356	200.574	302.266	258.319
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	234.561	162.503	161.165	128.317
Total	470.917	363.077	463.431	386.636

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor (1)	5.228.802	29,74	5.929.863	37,57	5.228.802	27,64	5.929.863	34,23
Empréstimo em consignação (1)	7.060.546	40,16	4.491.946	28,46	7.060.546	37,32	4.491.946	25,93
Capital de giro	1.467.984	8,35	1.965.511	12,45	1.467.984	7,76	1.965.511	11,34
Financiamentos à exportação	524.382	2,98	740.102	4,69	524.382	2,77	740.102	4,27
Financiamentos habitacionais	1.756	0,01	11.266	0,07	535.014	2,83	627.108	3,62
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	1.416.649	8,06	853.919	5,41	1.416.649	7,49	853.919	4,93
Empréstimos com garantia imobiliária	-	-	-	-	621.450	3,29	720.063	4,16
Créditos vinculados à cessão (3)	350.438	1,99	419.142	2,66	350.438	1,85	419.142	2,42
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	-	-	-	-	122.074	0,65	181.482	1,05
Crédito pessoal (1)	14.489	0,08	48.249	0,31	14.489	0,08	48.249	0,28
Renegociações	78.373	0,46	67.027	0,42	78.373	0,41	67.027	0,39
Operações de arrendamento mercantil (4)	-	-	-	-	1.728	0,01	9.719	0,06
Conta garantida	425.514	2,42	112.788	0,71	425.514	2,24	112.788	0,65
Outros	-	-	17	-	-	-	18	-
Total das operações de crédito	16.568.933	94,25	14.639.830	92,75	17.847.443	94,34	16.166.937	93,31
Outros créditos (5)	838.371	4,77	942.737	5,97	897.463	4,74	956.469	5,52
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (6)	172.740	0,98	202.360	1,28	172.740	0,92	202.360	1,17
Total	17.580.044	100,00	15.784.927	100,00	18.917.646	100,00	17.325.766	100,00
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	165.273	-	-	-	165.273	-	-	-
Carteira de crédito ajustada ao valor de mercado	17.745.317	-	15.784.927	-	19.082.919	-	17.325.766	-

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de hedge contábil (Nota 7);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios do ativo financeiro objeto da operação (Nota 8f);

(4) Registrado a valor presente;

(5) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(6) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

	Banco										
	Níveis de risco										
	Operações em curso anormal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2016	Total em 31/12/2015
Parcelas Vincendas	-	746.333	334.809	376.126	309.217	95.677	92.459	63.079	258.583	2.276.283	2.429.056
01 a 30	-	37.036	16.482	19.730	10.530	5.490	4.761	3.420	14.728	112.177	100.085
31 a 60	-	35.025	16.636	20.630	10.272	5.444	4.676	3.357	14.478	110.518	96.666
61 a 90	-	33.596	17.340	18.267	34.006	4.854	5.650	3.050	13.157	129.920	110.110
91 a 180	-	87.287	43.049	60.861	57.795	13.330	12.029	8.409	35.641	318.401	271.043
181 a 365	-	150.587	91.314	86.367	64.075	21.233	21.185	15.460	57.044	507.265	498.335
Acima de 365	-	402.802	149.988	170.271	132.539	45.326	44.158	29.383	123.535	1.098.002	1.352.817
Parcelas Vencidas	-	56.352	47.955	69.616	218.168	110.010	74.417	61.336	327.386	965.240	733.704
01 a 14	-	50.678	5.254	15.124	9.392	2.713	3.099	1.555	6.486	94.301	131.225
15 a 30	-	5.674	39.692	8.652	4.393	20.601	2.004	1.997	9.442	92.455	88.277
31 a 60	-	-	3.009	41.864	43.308	8.400	5.016	4.063	15.740	121.400	94.754
61 a 90	-	-	-	2.832	113.262	6.368	5.209	3.997	16.153	147.821	72.357
91 a 180	-	-	-	1.144	30.731	48.927	40.434	35.174	60.538	216.948	175.393
181 a 365	-	-	-	-	17.082	23.001	18.655	14.550	219.027	292.315	171.698
Subtotal	-	802.685	382.764	445.742	527.385	205.687	166.876	124.415	585.969	3.241.523	3.162.760
Provisão Requerida	-	4.013	3.828	13.372	52.738	61.706	83.438	87.089	585.969	892.153	783.637

	Níveis de risco										
	Operações em curso normal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2016	Total em 31/12/2015
Parcelas Vincendas	-	12.693.667	1.039.570	350.785	169.255	33.432	11.961	8.231	31.620	14.338.521	12.622.167
01 a 30	-	1.764.894	43.617	25.037	9.818	1.149	817	375	13.467	1.859.174	1.378.372
31 a 60	-	488.550	43.377	18.032	33.256	661	195	127	898	585.096	521.016
61 a 90	-	443.283	31.303	18.594	7.709	639	1.806	119	703	504.156	480.596
91 a 180	-	1.170.904	158.898	70.190	35.141	22.702	324	233	1.226	1.459.618	1.409.616
181 a 365	-	1.905.057	327.734	87.370	33.683	2.488	8.020	6.286	10.041	2.380.679	2.170.191
Acima de 365	-	6.920.979	434.641	131.562	49.648	5.793	799	1.091	5.285	7.549.798	6.662.376
Subtotal	-	12.693.667	1.039.570	350.785	169.255	33.432	11.961	8.231	31.620	14.338.521	12.622.167
Provisão Requerida	-	63.469	10.395	10.524	16.926	10.030	5.980	5.762	31.620	154.706	153.994
Total (1)	-	13.496.352	1.422.334	796.527	696.640	239.119	178.837	132.646	617.589	17.580.044	15.784.927
Total Provisão	-	67.482	14.223	23.896	69.664	71.736	89.418	92.851	617.589	1.046.859	937.631



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Consolidado										
	Níveis de risco										
	Operações em curso anormal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2016	Total em 31/12/2015
Parcelas Vincendas	-	915.901	406.372	440.867	330.743	109.554	97.336	66.037	267.405	2.634.215	2.722.440
01 a 30	-	39.862	17.604	20.690	10.869	5.714	4.852	3.491	14.973	118.055	104.613
31 a 60	-	38.013	17.768	21.634	10.623	5.675	4.774	3.431	14.722	116.640	101.113
61 a 90	-	36.536	18.457	19.249	34.350	5.082	5.744	3.124	13.399	135.941	114.468
91 a 180	-	95.817	46.308	63.729	58.798	13.998	12.306	8.625	36.197	335.778	286.586
181 a 365	-	166.511	97.419	91.712	65.944	22.463	21.670	15.767	57.928	539.414	521.187
Acima de 365	-	539.162	208.816	223.853	150.159	56.622	47.990	31.599	130.186	1.388.387	1.594.473
Parcelas Vencidas	-	59.714	56.132	105.821	225.782	181.252	131.885	97.140	386.186	1.243.912	1.006.229
01 a 14	-	53.646	6.030	15.863	13.049	2.839	3.156	29.739	6.561	130.883	199.370
15 a 30	-	6.068	46.233	8.922	7.494	20.637	2.025	9.266	13.518	114.163	120.783
31 a 60	-	-	3.869	76.324	43.584	25.406	28.588	4.112	15.901	197.784	162.439
61 a 90	-	-	-	3.363	113.466	6.523	5.280	4.048	16.317	148.997	104.410
91 a 180	-	-	-	1.349	31.107	89.740	74.016	35.319	60.971	292.502	245.547
181 a 365	-	-	-	-	17.082	36.107	18.820	14.656	272.918	359.583	173.680
Subtotal	-	975.615	462.504	546.688	556.525	290.806	229.221	163.177	653.591	3.878.127	3.728.669
Provisão Requerida	-	4.878	4.625	16.400	55.652	87.242	114.611	114.223	653.591	1.051.222	881.696

	Níveis de risco										
	Operações em curso normal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2016	Total em 31/12/2015
Parcelas Vincendas	-	13.100.379	1.129.792	477.803	236.969	38.239	14.020	9.765	32.552	15.039.519	13.597.097
01 a 30	-	1.772.010	43.872	69.627	9.851	1.445	820	376	13.501	1.911.502	1.434.497
31 a 60	-	495.515	53.783	25.928	33.289	669	198	128	969	610.479	566.553
61 a 90	-	459.593	46.277	25.515	7.742	646	1.809	1.580	736	543.898	524.563
91 a 180	-	1.190.866	201.094	70.641	86.639	25.513	2.145	236	1.325	1.578.459	1.535.718
181 a 365	-	1.957.771	331.900	137.248	37.540	2.528	8.037	6.291	10.098	2.491.413	2.357.854
Acima de 365	-	7.224.624	452.866	148.844	61.908	7.438	1.011	1.154	5.923	7.903.768	7.177.912
Subtotal	-	13.100.379	1.129.792	477.803	236.969	38.239	14.020	9.765	32.552	15.039.519	13.597.097
Provisão Requerida	-	65.502	11.298	14.335	23.697	11.472	7.009	6.836	32.552	172.701	171.758
Total (1)	-	14.075.994	1.592.296	1.024.491	793.494	329.045	243.241	172.942	686.143	18.917.646	17.325.766
Total Provisão	-	70.380	15.923	30.735	79.349	98.714	121.620	121.059	686.143	1.223.923	1.053.454

(1) Não inclui marcação a mercado no montante de R\$ 165.273 (Nota 8a).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ⁽¹⁾:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo do início do exercício	954.613	842.259	1.070.436	959.818
- Constituição/reversão de provisão	985.630	949.257	1.118.428	1.024.898
- Baixas contra a provisão	(868.592)	(836.903)	(940.149)	(914.280)
Saldo do fim do exercício	1.071.651	954.613	1.248.715	1.070.436
- Créditos recuperados (2)	200.789	259.249	228.680	302.334
- Efeito no resultado (3)	(784.841)	(690.008)	(889.748)	(722.564)

- (1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; (iii) outros créditos sem características de crédito (Nota 11); e (iv) créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios (Nota 21b);
- (2) No exercício findo em 31/12/2016, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 228.680 (sendo R\$ 200.789 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 2.958 de recuperação de operação de arrendamento mercantil e R\$ 24.933 de recuperação de créditos imobiliários); e
- (3) Despesa de provisão constituída deduzido a receita de créditos recuperados.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

d) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	Banco				Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	14.568.685	82,87	12.100.600	76,66	15.341.467	81,08	12.971.002	74,87
Agroindústria	498.061	2,83	676.591	4,28	498.061	2,63	676.591	3,91
Açúcar e Etanol	182.903	1,04	252.963	1,60	182.903	0,97	252.963	1,46
Agronegócio e Proteína Animal	315.158	1,79	423.628	2,68	315.158	1,66	423.628	2,45
Comércio	586.445	3,34	706.584	4,48	586.544	3,11	707.341	4,08
Atacado e Varejo	586.445	3,34	706.584	4,48	586.544	3,11	707.341	4,08
Indústrias de Base	283.179	1,61	445.576	2,82	283.469	1,51	446.065	2,57
Autopeças	16.382	0,09	11.814	0,07	16.382	0,09	11.814	0,07
Indústria Química	23.103	0,13	49.269	0,31	23.103	0,13	49.269	0,28
Outras Indústrias	147.288	0,84	308.810	1,96	147.578	0,78	309.299	1,79
Papel e Celulose	68.522	0,39	65.280	0,41	68.522	0,36	65.280	0,38
Têxtil	27.884	0,16	10.403	0,07	27.884	0,15	10.403	0,06
Serviços	1.643.674	9,35	1.855.576	11,76	2.208.105	11,67	2.524.767	14,57
Construção e Incorporação	803.443	4,57	886.401	5,62	1.366.635	7,22	1.550.243	8,95
Financeiros	137.020	0,78	113.421	0,72	137.020	0,71	113.421	0,65
Locação de Veículos	22.003	0,13	31.621	0,20	22.003	0,12	31.621	0,18
Mídia, TI e Telecom	2.327	0,01	18.647	0,12	2.327	0,01	18.647	0,11
Outros Serviços	480.411	2,73	609.792	3,86	481.650	2,55	615.140	3,55
Saúde, Segurança e Educação	35.435	0,21	4.636	0,03	35.435	0,19	4.636	0,03
Transporte e Logística	139.360	0,79	177.374	1,12	139.360	0,74	177.374	1,02
Utilitários	23.675	0,13	13.684	0,09	23.675	0,13	13.685	0,08
Total (1)	17.580.044	100,00	15.784.927	100,00	18.917.646	100,00	17.325.766	100,00

(1) Não inclui marcação a mercado no montante de R\$ 165.273 (Nota 8a).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

e) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	Banco				Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	405.678	2,31	465.059	2,95	434.910	2,31	545.855	3,15
50 seguintes maiores devedores	909.449	5,17	1.039.428	6,58	1.042.311	5,51	1.392.001	8,03
100 seguintes maiores devedores	889.182	5,06	1.099.030	6,96	1.026.921	5,43	1.361.446	7,86
Demais devedores	15.375.735	87,46	13.181.410	83,51	16.413.504	86,75	14.026.464	80,96
Total	17.580.044	100,00	15.784.927	100,00	18.917.646	100,00	17.325.766	100,00

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

Nos exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/2015, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	Banco					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	4.816.223	4.492.214	324.009	5.706.863	5.296.568	410.295
Empréstimo em consignação	6.941.601	5.177.993	1.763.608	6.241.440	5.025.384	1.216.056
Financiamentos habitacionais	6.149	6.097	52	170.341	168.463	1.878
Empreendimentos imobiliários	-	-	-	2.853	2.830	23
Empréstimos com garantia imobiliária	230.030	214.049	15.981	-	-	-
Total	11.994.003	9.890.353	2.103.650	12.121.497	10.493.245	1.628.252

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	4.816.223	4.492.214	324.009	5.706.863	5.296.568	410.295
Empréstimo em consignação	6.941.601	5.177.993	1.763.608	6.241.440	5.025.384	1.216.056
Financiamentos habitacionais	6.149	5.916	233	170.341	163.052	7.289
Empreendimentos imobiliários	-	-	-	2.853	2.766	87
Empréstimos com garantia imobiliária	230.030	184.761	45.269	-	-	-
Total	11.994.003	9.860.884	2.133.119	12.121.497	10.487.770	1.633.727

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Cessão após à Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam a R\$ 350.438, no Banco PAN e Consolidado (R\$ 419.142 em 31/12/2015), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 414.116 (R\$ 489.692 em 31/12/2015).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro nas cessões de crédito (Nota 8f)	2.103.650	1.628.252	2.133.119	1.633.727
Crédito direto ao consumidor (1)	1.366.885	1.460.885	1.366.885	1.460.885
Empréstimos em consignação (1)	1.712.913	1.185.966	1.712.913	1.185.966
Cartão de crédito	593.124	438.772	593.124	438.777
Financiamento à exportação	259.076	680.353	259.076	680.353
Capital de giro/Conta Garantida	346.772	404.492	346.772	404.492
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (2)	200.789	259.249	228.680	302.334
Crédito pessoal (1)	41.286	27.688	41.286	27.688
Renegociações	13.842	7.981	13.842	7.976
Habitacionais	364	1.811	81.078	91.954
Rendas de empreendimentos imobiliários	-	-	13.809	28.005
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	-	-	132.978	127.995
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (3)	-	-	521	2.486
Outras	1.140	2.325	1.140	2.325
Total	6.639.841	6.097.774	6.925.223	6.394.963

(1) Marcação a mercado de *hedge* contábil sobre os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal.

(2) No consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e

(3) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

Banco e Consolidado	31/12/2016	31/12/2015
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	164.620	233.525
Rendas a receber	7.949	11.676
Total do Ativo	172.569	245.201
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	165.441	190.690
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(164.791)	(190.684)
Total do Passivo	650	6

b) Resultado de operação de câmbio:

Banco e Consolidado	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de financiamento à exportação	185.982	759.326
Varição Cambial	(187.227)	(575.551)
Total	(1.245)	183.775



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que poderão ser utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2016	31/12/2015
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	4.997	6.182
Cédula de Crédito Imobiliário	22/01/2044	INCC/IGPM /POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 até 20,05	22.402	33.597
Total				27.399	39.779

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos possuem cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto.

Os mesmos são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos quando apresentarem características como: garantias, históricos de pagamento ou outros fatores que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Créditos tributários (Nota 32b)	2.875.973	2.686.160	3.292.108	3.061.285
Valores a receber por cessão de créditos	1.128.806	921.297	1.128.806	921.297
Títulos e créditos a receber (1)	838.371	942.737	897.463	956.469
Depósitos judiciais e fiscais	236.543	205.857	266.922	243.404
Impostos e contribuições a compensar	201.784	204.598	255.616	276.376
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	100.109	62.814	100.109	62.814
Valores a receber de sociedades ligadas	45.307	37.257	36.730	30.607
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	10.724	5.849	11.427	6.603
Benefício residual em operações securitizadas (3)	-	-	2.927	8.433
Adiantamentos e antecipações salariais	1.531	908	1.592	1.526
Outros	118.386	62.703	126.643	70.964
Total	5.557.534	5.130.180	6.120.343	5.639.778

(1) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;

(2) Refere-se basicamente a: (i) valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2016 é de R\$ 21.583 (R\$ 13.710 em 31/12/2015); e (ii) provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 2.945 (R\$ 2.706 em 31/12/2015); e

(3) Refere-se a operações oriundas da Brazilian Securities Companhia de Securitização.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

12) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio e outros:

	Valor Residual							
	Banco				Consolidado			
	Custo	Provisão para perdas	31/12/2016	31/12/2015	Custo	Provisão para perdas	31/12/2016	31/12/2015
Veículos	22.469	(4.100)	18.369	26.925	22.508	(5.121)	17.387	26.355
Veículos em regime especial	26.118	(20.842)	5.276	3.995	27.606	(20.843)	6.763	5.191
Imóveis	99.827	(14.625)	85.202	73.196	309.169	(27.392)	281.777	199.971
Imóveis em regime especial	-	-	-	-	4.794	-	4.794	1.585
Total dos bens não de uso próprio	148.414	(39.567)	108.847	104.116	364.077	(53.356)	310.721	233.102
Outros bens	640	-	640	2.672	640	-	640	2.672
Total de outros valores e bens	149.054	(39.567)	109.487	106.788	364.717	(53.356)	311.361	235.774

b) Despesas antecipadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Comissões pagas a correspondentes bancários	337.465	439.368	341.582	439.444
Gastos na emissão de títulos no Exterior	4.933	6.451	4.933	6.481
Outras	8.034	2.993	9.786	5.042
Total	350.432	448.812	356.301	450.967

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Notas Explicativas

13) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado Ajustado	Saldo dos Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1) Exercício findo em
			ON	PN	Cotas			31/12/2016	31/12/2015	
Pan Arrendamento Mercantil S.A. (2)(3)	106.735	105.254	11	-	-	100,00	(7.039)	105.254	62.429	31/12/2015 (5.454)
Panamericano Administradora de Consórcio (2)(4)(5)	42.388	42.633	-	-	48.168	100,00	(3.939)	42.633	16.572	(137)
Pan Holding S.A.(6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.388)
Brazilian Securities Companhia de Securitização (8)	174.201	214.079	77.865	-	-	100,00	(2.342)	216.029	214.690	19.759
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (2)(7)	107.662	151.922	239	478	-	100,00	10.912	151.922	143.321	2.771
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (2)(7)	236.631	111.748	748	748	-	100,00	(84.225)	171.303	266.202	(5.956)
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (2)(7)	179.864	202.347	-	-	179.264	100,00	7.997	205.858	197.629	(5.975)
Stone Pagamentos S.A. (8)(9)(10)	491.792	481.276	480	-	-	10,10	33.157	48.609	-	(706)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (11)	-	-	-	-	-	-	(15.898)	-	33.186	(15.898)
Total								941.608	934.029	(39.073)

(1) Considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresas que tiveram suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2016 auditadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;

(3) Em 31/10/2016 o Banco PAN aumentou capital no montante de R\$ 100.000, (sendo aportado 50% do valor R\$ 50.000 na data do evento e o restante estava condicionado a aprovação do Banco Central, aprovação essa que foi homologado em 25/01/2017). O Banco PAN tem até 1 ano para fazer essa integralização;

(4) O Banco PAN adquiriu em 05/11/2015 da empresa Pan Arrendamento Mercantil a quantidade de 2.958 cotas, 21,01% da empresa Panamericano Administradora de Consórcio, assim o Banco passou a deter diretamente 99,99% da empresa;

(5) Em 31/10/2016 o Banco PAN aumentou capital no montante de R\$ 30.000;

(6) Empresa totalmente cindida em 30/09/2015;

(7) Empresas controladas diretamente pelo Banco a partir de 30/09/2015. Anteriormente estas empresas eram controladas diretas da Pan Holding S.A.. O valor contábil dos respectivos investimentos contém o ágio na aquisição já líquido de amortização que formam o montante de R\$ 65.017 (Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária R\$ 59.556, BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. R\$ 3.511 e Brazilian Securities Companhia de Securitização R\$ 1.950);

(8) Empresa auditada por outro auditor independente;

(9) Em 27/06/2016 o Banco PAN aportou capital no montante de R\$ 12.360;

(10) A partir de ago/2016 o Banco PAN reclassificou o investimento da Stone para coligada por passar a exercer influência significativa, e assim começou a utilizar o método de equivalência patrimonial; e

(11) Empresa incorporada pelo Banco PAN em 20/12/2016 (aguardando aprovação do Bacen).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Outros Investimentos:

	Banco e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Stone Pagamentos S.A. (1)	-	3.092
Câmara Interbancária de Pagamentos	379	379
Total	379	3.471

(1) A partir de 01/08/2016 o Banco PAN passou a reconhecer o investimento pelo método de Equivalência Patrimonial (Nota 13a).

14) IMOBILIZADO

a) Os Ativos imobilizados são compostos por:

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Banco	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2016	31/12/2015
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	47.642	(20.341)	27.301	17.340
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.424	(512)	912	1.032
Sistemas de processamento de dados	20%	22.444	(12.823)	9.621	12.329
Sistemas de transportes	20%	36	(36)	-	211
Total em 31/12/2016		71.546	(33.712)	37.834	-
Total em 31/12/2015		51.731	(20.819)	-	30.912

Consolidado	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2016	31/12/2015
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	47.680	(20.376)	27.304	36.433
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.425	(513)	912	1.033
Sistemas de processamento de dados	20%	22.444	(12.822)	9.622	12.451
Sistemas de transportes	20%	36	(36)	-	211
Total em 31/12/2016		71.585	(33.747)	37.838	-
Total em 31/12/2015		81.088	(30.960)	-	50.128

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

Banco	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transportes	Total
Saldo em 31/12/2015	17.340	1.032	12.329	211	30.912
Aquisições	19.639	24	2.385	-	22.048
Baixas (1)	(5.813)	(4)	(682)	(174)	(6.673)
Depreciação	(3.865)	(140)	(4.411)	(37)	(8.453)
Saldo em 31/12/2016	27.301	912	9.621	-	37.834



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Consolidado	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transportes	Total
Saldo em 31/12/2015	36.433	1.033	12.451	211	50.128
Aquisições	4.517	24	2.295	-	6.836
Baixas (1)	(6.530)	(4)	(682)	(174)	(7.390)
Depreciação	(7.116)	(141)	(4.442)	(37)	(11.736)
Saldo em 31/12/2016	27.304	912	9.622	-	37.838

(1) No exercício encerrado em 31/12/2016, foram baixados valores do ativo imobilizado por "impairment", no montante de R\$ 6.277 no Banco PAN e no Consolidado, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

15) INTANGÍVEL

a) Ágio:

O ágio na aquisição de investimento totalizou a R\$ 116.449 (Consolidado R\$ 250.532), representado por expectativa de rentabilidade futura, que será amortizado linearmente em 10 anos ou quando de sua realização. Esse ágio está registrado nas demonstrações financeiras individuais em investimento e nas demonstrações financeiras consolidadas no intangível.

No exercício encerrado em 31/12/2016, foram amortizados ágios no montante de R\$ 11.645 no Banco PAN e R\$ 25.053 no Consolidado.

b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Banco	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2016	31/12/2015
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	113.192	(68.599)	44.593	55.853
Total em 31/12/2016		113.192	(68.599)	44.593	-
Total em 31/12/2015		99.067	(43.214)	-	55.853

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2016	31/12/2015
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	117.199	(69.658)	47.541	58.811
Ágio (Nota 15a)	10%	250.532	(110.652)	139.880	164.933
Total em 31/12/2016		367.731	(180.310)	187.421	-
Total em 31/12/2015		353.220	(129.476)	-	223.744

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Banco	Gastos com desenvolvimento logiciais
Saldo em 31/12/2015	55.853
Adições	18.272
Baixas (1)	(2.095)
Amortização	(27.437)
Saldo em 31/12/2016	44.593



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Consolidado	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio (Nota 15a)	Total
Saldo em 31/12/2015	58.811	164.933	223.744
Adições	18.663	-	18.663
Baixas (1)	(2.095)	-	(2.095)
Amortização	(27.838)	(25.053)	(52.891)
Saldo em 31/12/2016	47.541	139.880	187.421

(1) No exercício encerrado em 31/12/2016, foram baixados valores do intangível por "impairment", no montante de R\$ 1.284 no Banco PAN e no Consolidado, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

16) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos à vista (1)	60.015	-	-	-	-	60.015	75.647
Depósitos interfinanceiros	11.666.291	36.558	5.820	27.604	29.428	11.765.701	10.097.093
Depósitos a prazo (2)	51.479	5.691	58.361	177.227	2.430.415	2.723.173	2.048.796
Total em 31/12/2016	11.777.785	42.249	64.181	204.831	2.459.843	14.548.889	-
Total em 31/12/2015	10.130.698	238.582	98.672	145.165	1.608.419	-	12.221.536

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos à vista (1)	54.762	-	-	-	-	54.762	73.247
Depósitos interfinanceiros	11.666.291	36.558	5.820	27.604	29.428	11.765.701	10.096.847
Depósitos a prazo (2)	51.479	5.691	58.361	161.388	2.237.152	2.514.071	1.927.017
Total em 31/12/2016	11.772.532	42.249	64.181	188.992	2.266.580	14.334.534	-
Total em 31/12/2015	10.128.298	238.582	98.278	144.919	1.487.034	-	12.097.111

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7f).

b) Captações no mercado aberto:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Carteira Própria	1.222.172	-	-	-	100.338	1.322.510	1.222.223
Letras do Tesouro Nacional – LTN	789.143	-	-	-	-	789.143	685.340
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	261.000	-	-	-	100.338	361.338	100.551
Notas do Tesouro Nacional – NTN	172.029	-	-	-	-	172.029	436.332
Carteira de Terceiros	705.512	-	-	-	-	705.512	152.179
Notas do Tesouro Nacional – NTN	705.512	-	-	-	-	705.512	152.179
Carteira Livre Movimentação	-	-	-	-	-	-	269.570
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	269.570
Total em 31/12/2016	1.927.684	-	-	-	100.338	2.028.022	-
Total em 31/12/2015	1.273.851	269.570	-	-	100.551	-	1.643.972



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Carteira Própria	1.222.172	-	-	-	96.940	1.319.112	1.215.969
Letras do Tesouro Nacional – LTN	789.143	-	-	-	-	789.143	685.340
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	261.000	-	-	-	96.940	357.940	94.298
Notas do Tesouro Nacional – NTN	172.029	-	-	-	-	172.029	436.331
Carteira de Terceiros	705.512	-	-	-	-	705.512	152.179
Notas do Tesouro Nacional – NTN	705.512	-	-	-	-	705.512	152.179
Carteira Livre Movimentação	-	-	-	-	-	-	269.570
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	269.570
Total em 31/12/2016	1.927.684	-	-	-	96.940	2.024.624	-
Total em 31/12/2015	1.273.851	269.570	-	-	94.298	-	1.637.718

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Títulos e Valores Mobiliários – País							
Letras Financeiras – LF	365.265	84.689	71.352	84.434	564.887	1.170.627	1.555.272
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	28.328	33.602	69.439	14.013	110.995	256.377	825.064
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	69.076	134.599	177.517	437.282	97.517	915.991	565.090
Total em 31/12/2016	462.669	252.890	318.308	535.729	773.399	2.342.995	-
Total em 31/12/2015	152.927	773.492	490.422	697.326	831.259	-	2.945.426

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Títulos e Valores Mobiliários - País							
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	153	133	197	347	6.783	7.613	8.633
Letras Financeiras – LF	365.265	84.689	71.352	84.434	564.887	1.170.627	1.555.272
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	28.328	33.602	69.439	14.013	110.995	256.377	825.064
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	164.780	192.867	242.860	679.289	441.295	1.721.091	1.615.174
Total em 31/12/2016	558.526	311.291	383.848	778.083	1.123.960	3.155.708	-
Total em 31/12/2015	175.075	915.674	603.373	1.011.778	1.298.243	-	4.004.143

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos Interfinanceiros	1.563.108	1.103.722	1.563.096	1.103.339
Depósitos a Prazo	425.847	503.265	402.049	488.971
Letras Financeiras	215.390	283.832	215.390	283.832
Variação Cambial	(316.837)	828.454	(316.837)	828.454
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior e Dívidas Subordinadas	139.521	215.585	139.521	215.585
Letras de Crédito Imobiliário	99.225	62.688	231.756	201.725
Operações Compromissadas	303.029	224.850	302.397	223.793
Letras de Crédito do Agronegócio	56.036	112.023	56.036	111.740
Captações no Exterior – Dívida Subordinada e TVM no Exterior	(68.879)	218.021	(68.879)	218.021
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos	5.137	7.094	6.677	8.790
Créditos Cedidos com Retenção de Risco	42.568	71.087	42.568	71.087
Total	2.464.145	3.630.621	2.573.774	3.755.337



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

17) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.

São representados por: crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário. Em 31/12/2016 montavam a R\$ 155.796 (R\$ 102.786 em 31/12/2015).

18) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:

Consolidado	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
No exterior (1)(2)	-	-	-	2.038	132.063	134.101	154.730
Total em 31/12/2016	-	-	-	2.038	132.063	134.101	-
Total em 31/12/2015	1.096	-	-	-	153.634	-	154.730

(1) Operação da Brazilian Securities junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7f).

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

Empréstimos	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
No País (1)	-	(14.485)
No Exterior (2)(3)	16.243	(25.588)
Total	16.243	(40.073)

(1) CCB (cédula de crédito bancário) liquidado em 04/12/2015 junto ao Credit Suisse;

(2) Em 31/12/2015 foi reclassificado o montante de R\$ (3.267) para Outras despesas operacionais; e

(3) O montante de variação cambial totalizou em 31/12/2016 uma receita de R\$ 26.019 (e uma despesa de R\$ (25.846) em 31/12/2015).

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	Banco e Consolidado	
					31/12/2016	31/12/2015
No Exterior (1)(2):						
2020	10	US\$ 456.792	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.576.844	2.203.182
No País:						
2018 (3)	06	R\$ 10.000	R\$	100% da taxa CDI + 1,35% ao ano	17.190	14.876
2019 (4)	06	R\$ 100.000	R\$	100% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	156.631	139.288
2019 (5)	05	R\$ 500	R\$	111% CDI	681	589
Total					1.751.346	2.357.935

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 68.879 no exercício findo em 31/12/2016 (despesa de R\$ (207.498) no exercício findo em 31/12/2015). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Nota 7f);

(2) Em 23/06/2016 foi realizado liquidação antecipada dos (*Bonds*) correspondente a 8,64% da dívida no montante de US\$ 43.208;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018;

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e

(5) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

20) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretensão enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I- Provisões segregadas por natureza:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Processos cíveis	206.726	141.534	222.741	153.638
Processos trabalhistas	174.230	98.623	188.330	132.741
Processos tributários	323	3.635	11.538	17.317
Total (Nota 21b)	381.279	243.792	422.609	303.696

II- Movimentação das provisões:

Banco	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2015	141.534	98.623	3.635	243.792
Saldo oriundo de incorporação	361	50.331	-	50.692
Baixas	(96.254)	(76.872)	(5)	(173.131)
Constituições líquidas de reversões	161.085	102.148	(3.307)	259.926
Saldo em 31/12/2016	206.726	174.230	323	381.279



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2015	153.638	132.741	17.317	303.696
Baixas	(101.579)	(102.669)	(12)	(204.260)
Constituições líquidas de reversões	170.682	158.258	(5.767)	323.173
Saldo em 31/12/2016	222.741	188.330	11.538	422.609

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III- Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. O processo aguarda resultado de diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais antes do julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco Pan S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento final do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo e aguarda julgamento.

No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco Pan S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de swap da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Processos ainda em fase de julgamentos na esfera administrativa. Os processos encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento final do Recurso Voluntário da empresa.

No 2º trimestre de 2016, o Banco Pan S.A. recebeu dois autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visa exigir ISS incidentes sobre honorários decorrentes de serviços de cobrança, no período de 11/2011 a 10/2012, cujo montante atualizado de principal, multa e juros totalizou R\$ 8.650. O processo encontra-se no Conselho Municipal de Tributos, aguardando decurso do prazo para apresentação de recursos em face de decisão que determinou o cancelamento do Auto de Infração.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
COFINS a recolher	18.112	12.426	18.938	15.118
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	6.593	6.969	6.739	7.315
Impostos e contribuições sobre salários	14.993	8.703	15.589	15.429
PIS a recolher	2.943	2.019	3.085	2.559
ISS a recolher	2.076	2.066	2.141	3.044
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	1.382	1.896	1.382	2.075
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	5.481	1.420	21.081	13.664
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 32e)	-	-	87.302	93.798
Total	51.580	35.499	156.257	153.002

b) Diversas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cessão com retenção de riscos (1)	413.853	489.692	413.853	489.692
Operações com cartão de crédito	665.762	664.694	665.762	664.709
Provisão para passivos contingentes (Nota 20)	381.279	243.792	422.609	303.696
Provisão para pagamentos a efetuar	489.878	209.437	492.834	225.313
Arrecadação de cobrança	77.260	51.281	77.501	51.521
Valores a pagar a sociedades ligadas	21.446	34.505	20.190	14.759
Valores específicos de consórcio	-	-	4.080	7.366
Provisão para cartas de fiança (Nota 8c)	264	566	264	566
Outros	36.423	34.041	38.700	39.806
Total	2.086.165	1.728.008	2.135.793	1.797.428

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios anteriores a resolução CMN nº 3.533/08 e fianças (Nota 8f).

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.460.732 em 31/12/2016 e 31/12/2015. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Ordinárias	535.029.747	535.029.747
Preferenciais	394.010.416	394.010.416
Total	929.040.163	929.040.163

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

No exercício de 2016, os saldos da reserva legal, reserva para integridade do Patrimônio Líquido e de reserva de capital foram utilizados integralmente para a absorção do prejuízo do exercício.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em reunião do Conselho de Administração de 01/02/2016, aprovou-se o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2015, referendado na Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre as contas dos administradores de 2015, no valor bruto de R\$ 3.152, sendo R\$ 0,003392520 brutos por ação (R\$ 0,002881753 líquido de imposto de renda na fonte de 15%). A seguir demonstra-se o cálculo dos juros sobre o capital próprio relativo ao exercício findo em 31/12/2015.

	31/12/2015	% (1)
Lucro líquido	8.052	
(-) Reserva Legal	(403)	
Base de cálculo	7.649	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	3.152	41,2%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(472)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	2.677	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

23) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Operações de crédito	266.783	289.516	266.885	289.674
Rendas de cartões	120.831	105.108	120.831	105.108
Rendas de comissão / intermediação	59.254	49.251	61.002	49.533
Rendas de serviços de cobrança	805	1.570	805	1.570
Administração de consórcios	-	-	24.764	22.174
Outras	9.192	5.161	15.118	12.867
Total	456.865	450.606	489.405	480.926

24) DESPESAS DE PESSOAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Proventos	242.454	196.733	303.764	322.796
Encargos Sociais	79.055	52.087	106.166	98.543
Benefícios	51.819	34.942	71.222	71.156
Honorários (Nota 29b)	16.110	16.287	24.892	32.521
Outros	2.603	3.196	2.771	3.505
Total	392.041	303.245	508.815	528.521



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

25) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.366.777	1.231.788	1.232.438	1.001.913
Serviços de terceiros	195.853	149.911	228.483	190.092
Serviços do sistema financeiro	145.107	148.789	153.169	152.407
Processamento de dados	137.816	110.849	140.334	113.518
Aluguéis	42.198	34.630	51.328	48.842
Comunicações	47.141	38.030	49.576	43.816
Depreciação e amortização	35.890	25.194	39.574	29.565
Propaganda, promoções e publicidade	16.807	22.915	19.777	26.773
Despesas com busca e apreensão de bens	28.767	24.827	28.767	25.058
Manutenção e conservação de bens	3.452	2.483	4.904	4.918
Viagens	4.431	6.195	6.111	8.739
Transporte	4.661	4.365	5.033	5.077
Taxas e emolumentos	3.617	3.807	7.603	8.735
Materiais de consumo	590	584	703	804
Outras	88.516	74.220	104.741	88.216
Total	2.121.623	1.878.587	2.072.541	1.748.473

26) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição à COFINS	141.720	133.966	162.465	162.114
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	21.227	21.241	29.383	35.062
Contribuição ao PIS	23.030	21.769	27.161	27.519
Impostos e taxas	3.719	7.046	16.112	19.064
Total	189.696	184.022	235.121	243.759

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de encargos e despesas	95.993	63.275	100.027	71.557
Varição monetária ativa / cambial	133.160	116.172	140.751	121.103
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	3.975	7.564
Reversão de provisões	3.413	9.013	19.511	20.884
Outras	22.860	27.777	27.182	29.607
Total	255.426	216.237	291.446	250.715



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Outras despesas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cessão de operações de crédito	505.108	472.375	505.108	472.375
Constituição de provisões	263.233	139.253	345.974	165.717
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	62.992	53.545	63.514	55.003
Varição monetária passiva / cambial	207.082	398.000	207.178	399.568
Descontos concedidos	29.132	27.128	29.725	28.174
Amortização de ágio	11.645	11.645	25.053	25.053
Gravames	23.811	25.476	23.851	25.502
Outras	56.116	13.886	60.583	42.803
Total	1.159.119	1.141.308	1.260.986	1.214.195

28) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resultado na alienação de outros valores e bens	(44.616)	(59.590)	(48.864)	(75.254)
Reversão/desvalorização de outros valores e bens	2.408	7.063	6.173	14.305
Impairment de ativos não financeiros (1)	(18.444)	(4.386)	(24.853)	(15.991)
Outros	1.046	2.451	1.046	2.518
Total	(59.606)	(54.462)	(66.498)	(74.422)

(1) No exercício encerrado em 31/12/2016, foram baixados valores por "impairment" de ativos não financeiros, no montante de R\$ 15.865 no Banco PAN e R\$ 21.139 no Consolidado, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

29) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo máximo	Banco			
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)					
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	5.327	13.039
Brazilian Mortgages Cia Hipotecária	22/12/2017	609.913	466.298	65.328	26.853
Caixa Econômica Federal	01/07/2016	-	-	5.647	2.539
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	01/11/2018	65.787	55.756	8.068	7.334
Total		675.700	522.054	84.370	49.765
Cessão de crédito (b)					
Caixa Econômica Federal	-	1.128.806	921.297	-	-
Total		1.128.806	921.297	-	-
Outros créditos					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	30.053	25.376	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	6.583	4.583	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	13	11	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	Sem prazo	4.774	3.958	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	-	13	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	Sem prazo	-	432	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	-	21	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização (j)	Sem prazo	2.390	2.764	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	Sem prazo	73	1	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (j)	Sem prazo	4.069	3.732	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	456	-	-
Stone Pagamentos S.A.	Sem prazo	78	-	-	-
Total		48.033	41.347	-	-
Depósitos à vista (c)					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(340)	(245)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(154)	(101)	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	Sem prazo	(17)	(8)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	(12)	(88)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	Sem prazo	-	(5)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(2)	(11)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(1)	(10)	-	-
Brazilian Mortgages Cia Hipotecária	Sem prazo	(5.199)	(2.273)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(21)	(5)	-	-
Pessoal chave da administração	Sem prazo	(1)	(3)	-	-
Total		(5.747)	(2.749)	-	-
Depósitos interfinanceiros (d)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2017	(435.077)	(310.000)	(66.077)	(213.264)
Caixa Econômica Federal	26/01/2017	(11.231.214)	(9.691.077)	(1.484.658)	(857.720)
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	05/05/2016	-	(246)	(11)	(383)
Total		(11.666.291)	(10.001.323)	(1.550.746)	(1.071.367)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Depósitos a prazo (e)					
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	29/05/2019	(29.815)	(14.569)	(3.003)	(1.948)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	13/06/2019	(33.402)	(7.837)	(1.204)	(985)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	23/05/2019	-	(21.059)	(3.671)	(3.278)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	18/03/2019	(91.347)	(37.735)	(9.781)	(1.471)
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	12/06/2019	(80.487)	(49.657)	(8.448)	(6.096)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	05/06/2019	(3.866)	(5.492)	(694)	(709)
BMSR II Participações S.A.	-	-	-	-	(69)
Banco BTG Pactual S.A.	-	(208)	-	(13)	-
Pan Holding S.A.	-	-	-	-	(1.685)
Total		(239.125)	(136.349)	(26.814)	(16.241)
Obrigações por operações compromissadas					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2017	(527.189)	(630.001)	(72.806)	(27.648)
Caixa Econômica Federal	-	-	(901)	(477)	(932)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	28/02/2020	(3.399)	(6.254)	(631)	(1.057)
Total		(530.588)	(637.156)	(73.914)	(29.637)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (f)					
Banco BTG Pactual S.A.	04/12/2018	(113.606)	(404.366)	(28.106)	(53.392)
Pessoal chave da administração	04/02/2021	(35.875)	(30.719)	(4.292)	(3.566)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	-	-	-	-	(283)
Total		(149.481)	(435.085)	(32.398)	(57.241)
Instrumentos financeiros derivativos (g)					
Brazilian Securities Companhia de Securitização	15/02/2022	16.465	(13.321)	43.212	(47.697)
Banco BTG Pactual S.A.	15/02/2022	13.399	351.450	(280.326)	124.447
Total		29.864	338.129	(237.114)	76.750
Outras obrigações					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(19.927)	(14.756)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	Sem prazo	-	(18.354)	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	Sem prazo	(1.318)	(1.343)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(35)	(16)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	-	(36)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(71)	-	-	-
Total		(21.351)	(34.505)	-	-
Receita de prestação de serviços (h)					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	58.081	49.252
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	-	-	-	286	-
Total		-	-	58.367	49.252
Despesa de pessoal (i)					
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	-	-	-	(266)	-
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(231)	(191)
Total		-	-	(497)	(191)
Outras despesas administrativas					
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	-	(151.557)	(245.950)
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(4.178)	(2.071)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(271)	(868)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(115)	(108)
Tecban S.A.	-	-	-	(1.362)	(990)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(9.712)	(9.136)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Total		-	-	(167.393)	(259.123)
Resultado obtido na cessão de crédito					
Caixa Econômica Federal	-	-	-	2.095.079	1.628.252
Total		-	-	2.095.079	1.628.252

- (a) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (b) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
- (c) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (d) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (e) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (f) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97,7% do CDI;
- (g) Referem-se às operações de Swap;
- (h) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios;
- (i) Referem-se à parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores; e
- (j) Dividendos recebidos no montante de: R\$ 2.389 da Brazilian Finance & Real Estate S.A. e R\$ 1.700 da Brazilian Securities Companhia de Securitização, até 31/12/2016. Há um saldo provisionado de R\$ 2.726 oriundo da empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A.

	Prazo máximo	Consolidado			
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades (a)					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	10.320	3.318	-	-
Total		10.320	3.318	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)					
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	5.327	13.039
Caixa Econômica Federal	01/07/2016	-	-	5.647	2.539
Total		-	-	10.974	15.578
Cessão de crédito (c)					
Caixa Econômica Federal	-	1.128.806	921.297	-	-
Total		1.128.806	921.297	-	-
Outros créditos					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	30.053	25.376	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	6.583	4.583	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	13	11	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	456	-	-
Total		36.649	30.426	-	-
Depósitos à vista (d)					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(340)	(245)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(154)	(101)	-	-
Pessoal chave da administração	Sem prazo	(1)	(3)	-	-
Total		(495)	(349)	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2017	(435.077)	(310.000)	(66.077)	(213.264)
Caixa Econômica Federal	26/01/2017	(11.231.214)	(9.691.077)	(1.484.658)	(857.720)
Total		(11.666.291)	(10.001.077)	(1.550.735)	(1.070.984)
Depósitos a prazo (f)					
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	23/11/2018	(29.815)	(14.569)	(3.003)	(1.948)
Banco BTG Pactual S.A.	19/07/2018	(208)	-	(13)	-
Total		(30.023)	(14.569)	(3.016)	(1.948)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Obrigações por operações compromissadas					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2017	(527.189)	(630.001)	(72.086)	(27.648)
Caixa Econômica Federal	-	-	(901)	(477)	(932)
Total		(527.189)	(630.902)	(72.563)	(28.580)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (g)					
Banco BTG Pactual S.A.	13/08/2018	(161.299)	(508.200)	(37.080)	(67.339)
Pessoal chave da administração	04/02/2021	(37.845)	(33.409)	(4.525)	(3.681)
Total		(199.144)	(541.609)	(41.605)	(71.020)
Instrumentos financeiros derivativos (h)					
Banco BTG Pactual S.A.	15/02/2022	13.399	351.450	(280.326)	124.447
Total		13.399	351.450	(280.326)	124.447
Outras obrigações					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(19.927)	(14.759)	-	-
Total		(19.927)	(14.759)	-	-
Receita de prestação de serviços (i)					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	58.081	49.252
Total		-	-	58.081	49.252
Despesa de pessoal (j)					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(395)	(340)
Total		-	-	(395)	(340)
Outras despesas administrativas					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(4.178)	(2.071)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(271)	(868)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(115)	(108)
Tecban S.A.	-	-	-	(1.362)	(990)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(9.712)	(9.136)
Total		-	-	(15.836)	(13.173)
Resultado obtido na cessão de crédito					
Caixa Econômica Federal	-	-	-	2.104.548	1.633.727
Total		-	-	2.104.548	1.633.727

- (a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, Brazilian Securities Companhia de Securitização e BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.;
- (b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
- (d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97,7% do CDI;
- (h) Referem-se às operações de *Swap*;
- (i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros; e
- (j) Referem-se à parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores.

b) Remuneração dos Administradores:

No Banco PAN, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2016, o valor global máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2016 no montante de R\$ 30.000 (R\$ 35.000 em 2015) (despesas de honorários). No Grupo PAN o valor para o ano 2016 é de R\$ 60.000 (R\$ 70.000 em 2015).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de honorários (Nota 24)	16.110	16.287	24.892	32.521
Contribuição ao INSS	3.625	3.665	5.601	7.317
Total	19.735	19.952	30.493	39.838

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de referência nível I	1.908.118	2.400.644
Capital Principal	1.908.118	2.400.644
Patrimônio de referência nível II	779.430	919.813
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.687.548	3.320.457
Patrimônio de referência	2.687.548	3.320.457
- Risco de crédito	18.697.144	18.804.777
- Risco de mercado	329.776	324.085
- Risco operacional	1.285.684	971.467
Ativo ponderado pelo risco – RWA	20.312.604	20.100.329
Índice de Basileia	13,23%	16,52%
Nível I	9,39%	11,94%
Nível II	3,84%	4,58%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e *Carteira Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Análise de Sensibilidade em 31/12/2016

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(1.641)	(453.198)	(881.088)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(333)	(84.079)	(157.559)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(422)	(59.398)	(112.749)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(551)	(13.773)	(27.546)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	(9)	(898)	(1.785)
Total em 31/12/2016		(2.956)	(611.346)	(1.180.727)
Total em 31/12/2015		(2.186)	(773.335)	(1.570.755)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de junho de 2016, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2016 e 31/12/2015.

Ativos – Dólar	31/12/2016	31/12/2015
Operações de crédito (ACC/CCE)	286.653	566.486
Outros Recebíveis	9.782	22.585
Total Ativos	296.435	589.071

Passivos – Dólar	31/12/2016	31/12/2015
Dívida subordinada	1.576.844	2.203.182
Obrigações por empréstimos no Exterior	134.101	154.730
Total Passivos	1.710.945	2.357.912



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/12/2016 e 31/12/2015, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Posição comprada - Dólar				
<i>Swap</i>	1.309.090	1.112.537	1.946.661	2.627.538
DDI	59.898	62.964	59.898	62.964
DOL	-	133.012	-	133.012
Total	1.368.988	1.308.513	2.006.559	2.823.514
Posição Vendida - Dólar				
<i>Swap</i>	147.086	131.141	125.744	139.215
DDI	214.951	575.394	214.951	575.394
DOL	21.299	90.860	21.299	90.860
NDF	-	12.470	-	12.987
Total	383.336	809.865	361.994	818.456

• Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

• Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Consolidado	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	2.276.966	2.287.689	10.723	2.143.368	2.098.036	(45.332)
- Ajuste de títulos para negociação	71.479	71.479	-	5.239	5.239	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.051.517	1.051.517	-	948.518	948.518	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	1.153.970	1.164.693	10.723	1.189.611	1.144.279	(45.332)
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	19.082.919	21.668.429	2.585.510	17.325.766	18.527.053	1.201.287
Depósitos interfinanceiros	11.765.701	11.767.088	(1.387)	10.096.847	10.099.971	(3.124)
Depósitos a prazo	2.514.071	3.864.495	(1.350.424)	1.927.017	2.612.617	(685.600)
Recursos de emissão de títulos	3.155.708	3.061.879	(93.829)	4.004.143	4.010.740	(6.597)
Obrigações por empréstimos	134.101	134.101	-	154.730	166.004	(11.274)
Dívidas subordinadas	1.751.346	1.750.758	588	2.357.935	2.352.388	5.547
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			1.151.181			454.907

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

31) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/05/2015, a PREVIC aprovou a retirada de patrocínio do Banco PAN no Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer parte da política/plano de benefícios adotado pela instituição. No exercício findo em 31/12/2015, o montante da contribuição foi de R\$ 223 no Banco PAN e R\$ 230 no Consolidado.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2016 a R\$ 51.819 no Banco PAN e R\$ 71.222 no Consolidado (R\$ 36.072 no Banco PAN e R\$ 69.373 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2015).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(400.126)	(155.964)	(450.408)	(198.838)
Alíquota efetiva (1) / (2)	45%	45%	-	-
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	180.057	70.184	202.968	89.670
Efeito no cálculo dos tributos:				
Constituição de Crédito Tributário de CSLL (2)	-	119.873	-	123.199
Participação em controladas	(27.620)	(17.583)	14.921	-
Ajuste de Crédito Tributário de Exercícios Anteriores	-	-	-	(6)
Reclassificação entre empresas – Ágio Cisão Total	-	(14.436)	-	(1.210)
Outros valores	10.451	5.978	(4.721)	(4.765)
Receita de Imposto de renda e contribuição social do exercício	162.888	164.016	213.168	206.888

(1) No consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada entre as empresas do segmento financeiro e demais segmentos; e

(2) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança é válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Banco			
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.098.709	475.281	(418.585)	1.155.405
Provisão para contingências cíveis	63.690	73.060	(43.723)	93.027
Provisão para contingências trabalhistas	44.381	71.453	(37.430)	78.404
Provisão para contingências tributárias	1.597	98	(1.566)	129
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	13.576	118.782	(118.820)	13.538
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	56.341	253.078	(289.018)	20.401
Outras provisões	130.315	226.007	(112.763)	243.559
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.408.609	1.217.759	(1.021.905)	1.604.463
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.277.551	-	(6.041)	1.271.510
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (Nota 11)	2.686.160	1.217.759	(1.027.946)	2.875.973



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.190.930	520.718	(425.427)	1.286.221
Provisão para contingências cíveis	68.717	77.279	(46.823)	99.173
Provisão para contingências trabalhistas	56.311	77.800	(50.656)	83.455
Provisão para contingências tributárias	7.056	2.469	(4.922)	4.603
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	19.446	121.287	(122.673)	18.060
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	72.449	274.376	(300.261)	46.564
Outras provisões	150.165	233.948	(120.914)	263.199
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.565.074	1.307.877	(1.071.676)	1.801.275
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.496.211	9.292	(14.670)	1.490.833
Total dos créditos tributários (Nota 11)	3.061.285	1.317.169	(1.089.346)	3.292.108
Obrigações fiscais diferidas (Nota 32e)	(93.798)	(11.707)	18.203	(87.302)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.967.487	1.305.462	(1.068.143)	3.204.806

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2016, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 06/02/2017.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

	Banco					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2016		368.589		2.706		371.295
2017	891.695	565.549	1.618	7.450	893.313	572.999
2018	627.329	265.755	89.307	1.733	716.636	267.488
2019	69.366	155.558	75.917	77.218	145.283	232.776
2020	4	36.514	100.944	143.922	100.948	180.436
2021	-	50	109.832	199.861	109.832	199.911
2022	2.114	2.183	132.779	236.938	134.893	239.121
2023	5.074	5.240	170.321	283.446	175.395	288.686
2024	5.074	5.240	189.578	324.268	194.652	329.508
2025	3.807	3.931	219.233	9	223.040	3.940
2026	-	-	181.981	-	181.981	-
Total	1.604.463	1.408.609	1.271.510	1.277.551	2.875.973	2.686.160



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Consolidado					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2016	-	384.363	-	14.303	-	398.666
2017	915.887	592.849	4.293	24.096	920.180	616.945
2018	655.545	288.168	96.006	20.022	751.551	308.190
2019	93.370	176.972	91.733	96.798	185.103	273.770
2020	24.072	66.724	117.600	160.322	141.672	227.046
2021	23.394	1.257	136.758	221.825	160.152	223.082
2022	11.272	10.883	159.029	254.561	170.301	265.444
2023	31.134	10.312	195.161	301.384	226.295	311.696
2024	21.553	10.312	212.782	342.203	234.335	352.515
2025	7.002	23.234	243.798	17.628	250.800	40.862
2026	18.046	-	194.268	-	212.314	-
Total	1.801.275	1.565.074	1.451.428	1.453.142	3.252.703	3.018.216

Em 31/12/2016, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN totalizava R\$ 1.784.919 e R\$ 1.965.541 no Consolidado (R\$ 1.491.591 no Banco PAN e R\$ 1.640.235 no Consolidado em 31/12/2015).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 39.405 (R\$ 43.069 em 31/12/2015), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2016, o Banco PAN e o Consolidado possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 1.141.506 (31/12/2015 - R\$ 1.130.522 no Banco PAN e no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 456.602 no Banco PAN e no Consolidado em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(10.167)	(5.177)	10.849	(4.495)
Variação cambial	-	(6.530)	3.441	(3.089)
Superveniência de depreciação	(83.631)	-	3.913	(79.718)
Total (Nota 21a – 32b)	(93.798)	(11.707)	18.203	(87.302)

33) OUTRAS INFORMAÇÕES

- Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 278.756 em 31/12/2016 (R\$ 277.656 em 31/12/2015);
- O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- Em 31/12/2016 e 31/12/2015, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;

- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- f) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96); e

Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.

- g) O ano de 2016 foi um ano importante para o PAN no segmento de veículos, pois o banco lançou uma nova plataforma e, desde junho, toda a captura de negócios de veículos está sendo realizada em um único sistema que proporciona mais agilidade, qualidade e segurança no processo para todo o time comercial, parceiros e áreas internas. Este foi um importante passo para a organização ampliar sua participação no mercado de veículos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2016.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2016.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

São Paulo, 06 de fevereiro de 2017

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

CONTADOR

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas

Banco Pan S.A. e suas controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pan S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Nota Explicativa 12)

O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, sendo suas principais operações: (i) Crédito Direto ao Consumidor, (ii) Consignado, (iii) Veículos, (iv) Capital de giro, dentre outros, os quais são ainda objeto frequente de cessão a um de seus controladores, sem a retenção substancial de riscos e benefícios. A determinação do valor da provisão para crédito de liquidação duvidosa é uma área que requer julgamento e utilização de um conjunto de considerações por parte da Administração.

Nesse processo, a política estabelecida busca capturar fatores internos e externos, cenários econômicos, situação financeira da contraparte, níveis de inadimplência, fluxos de caixa futuros esperados, políticas de renegociação, valores estimados de recuperação e realização das garantias, bem como as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Tendo em vista esses aspectos, esta área foi definida como foco em nossa avaliação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Analisamos os desenhos e os controles relacionados a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa que tratam da integridade da base de dados e sistemas subjacentes; processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a PCLD com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, o valor recuperável levando em consideração o risco de crédito, tanto para as provisões calculadas individualmente quanto para as de avaliação coletiva.

Consideramos que os julgamentos e critérios adotados pela Administração para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em seus aspectos mais relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação. Nos últimos anos, os principais sistemas do Banco e de suas controladas vêm sofrendo aprimoramentos que visam estabelecer uma estrutura de tecnologia adequada ao volume de transações do Grupo.

Embora sejam observáveis tais mudanças no ambiente de tecnologia e seus respectivos controles internos, os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Em função desses aspectos, essa foi uma área de foco em nossa auditoria. Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, avaliamos as políticas e os procedimentos utilizados no ambiente de tecnologia da informação.

Consideramos, entre outros, o desenho e testamos a efetividade operacional dos controles de tecnologia e segurança da informação, julgados por nós relevantes e atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando requerido.

Em complemento aos procedimentos para os controles de tecnologia, checamos os controles automatizados ou dependentes de tecnologia, os controles compensatórios, restrições de acessos e segregações de funções relacionados às aplicações dos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação.

Créditos Tributários (Nota explicativa 15)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,0 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários de longo prazo. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro e revisada pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, bem como deixar de atender aos requisitos do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras. Realizamos o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a razoabilidade dessas estimativas de realização.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação das projeções de lucros tributários para realização dos créditos tributários são razoáveis em seus aspectos mais relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Banco Pan S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco Pan S.A. e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança (Comitê de Auditoria e Administração) a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers Carlos Augusto da Silva

Audidores Independentes Contador CRC 1SP197007/O-2

CRC 2SP000160/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pan S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – “PCLD” (Notas Explicativas 3f e 8)

O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, sendo suas principais operações: (i) Crédito Direto ao Consumidor, (ii) Consignado, (iii) Veículos, (iv) Capital de giro, dentre outros, os quais são ainda objeto frequente de cessão a um de seus controladores, sem a retenção substancial de riscos e benefícios. A determinação do valor da provisão para crédito de liquidação duvidosa é uma área que requer julgamento e utilização de um conjunto de considerações por parte da Administração.

Nesse processo, a política estabelecida busca capturar fatores internos e externos, cenários econômicos, situação financeira da contraparte, níveis de inadimplência, fluxos de caixa futuros esperados, políticas de renegociação, valores estimados de recuperação e realização das garantias, bem como as normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil - Resolução CMN no. 2682. Tendo em vista esses aspectos, esta área foi definida como foco em nossa avaliação.

Analisamos os desenhos e os controles relacionados a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa que tratam da integridade da base de dados e sistemas subjacentes; processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a PCLD com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações conforme normas aplicáveis.

Consideramos que os julgamentos e critérios adotados pela Administração para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em seus aspectos mais relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação. Nos últimos anos, os principais sistemas do Banco e de suas controladas vêm sofrendo aprimoramentos que visam estabelecer uma estrutura de tecnologia adequada ao volume de transações do Grupo.

Embora sejam observáveis tais mudanças no ambiente de tecnologia e seus respectivos controles internos, os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Em função desses aspectos, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, avaliamos as políticas e os procedimentos utilizados no ambiente de tecnologia da informação. Consideramos, entre outros, o desenho e testamos a efetividade operacional dos controles de tecnologia e segurança da informação, julgados por nós relevantes e atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando requerido.

Em complemento aos procedimentos para os controles de tecnologia, checamos os controles automatizados ou dependentes de tecnologia, os controles compensatórios, restrições de acessos e segregações de funções relacionados às aplicações dos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação.

Créditos Tributários (Notas explicativas 3n e 32)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,2 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários de longo prazo. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro e revisada pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, bem como deixar de atender aos requisitos do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras.

Realizamos o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a razoabilidade dessas estimativas de realização.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação das projeções de lucros tributários para realização dos créditos tributários são razoáveis em seus aspectos mais relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco Pan S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco Pan S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers Carlos Augusto da Silva

Auditores Independentes Contador CRC 1SP197007/O-2

CRC 2SP000160/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Pan S.A. ("Banco" ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, incluindo as notas explicativas e, com base: (a) no Parecer dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 06 de fevereiro de 2017, onde é mencionado que os auditores tiveram acesso suficiente às informações necessárias para sua elaboração, cujos principais assuntos de auditoria são: 1 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), o qual concluiu que os julgamentos e critérios adotados pela administração da Companhia para a determinação da PCLD são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das Demonstrações Financeiras, conforme notas explicativas nº 3f e 8; 2 – Ambiente de Tecnologia da Informação ("TI"), com procedimentos de segurança dos sistemas de TI, incluindo acesso e segregação de função, que propiciou evidência para planejamento e execução do processo de exame de auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia; 3 – Crédito Tributário, em relação aos créditos ativados no valor de R\$ 3,3 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo que, para a sua realização, dependem da materialização das premissas constantes do Estudo Técnico de Viabilidade de Realização de Créditos Tributários elaboradas pela Administração da Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração em 06 de fevereiro de 2017, conforme notas explicativas de nº 3n e 32; (b) nas reuniões com os auditores externos; (c) no relatório do Comitê de Auditoria, datado de 06 de fevereiro de 2017; e (d) na análise de documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pela Administração da Companhia no decorrer do exercício de 2016, notadamente pela Diretoria de Controladoria e Compliance.

O Conselho Fiscal é de opinião que esses documentos: (a) refletem adequadamente as atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2016, a situação patrimonial e a posição financeira e (b) estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2017.

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Paulo Roberto Salvador Costa

Fernando Antonio Ribeiro Soares

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2016.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2016.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Apresentação das Demonstrações Financeiras em IFRS